

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONOMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO**

FABRÍCIO TREVISOL BORDIGNON

**CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA
2003-2014.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico

Orientador: Prof. Dr. Alcides Goularti Filho

**CRICIÚMA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B729c Bordignon, Fabrício Trevisol.

Crédito e desenvolvimento em Santa Catarina 2003-2014 /
Fabrício Trevisol Bordignon. - 2018.

132 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul
Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Socioeconômico, Criciúma, 2018.

Orientação: Alcides Goularti Filho.

1. Bancos de desenvolvimento – Santa Catarina. 2. Créditos. 3.
Empréstimos bancários. 4. Santa Catarina – Aspectos
econômicos. 5. Desenvolvimento econômico – Santa Catarina. I.
Título.

CDD 23 ed. 332 28098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla – CRB 14/1101

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

parecer

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu orientador Alcides Goularti Filho pela dedicação atribuída à minha orientação, que mesmo de longe nunca deixou de me atender. Agradeço, também, aos funcionários do BADESC, que em muito contribuíram para a catalogação dos dados, sempre de forma muito gentil e prestativa, e em especial na pessoa de seu diretor Sr. Celestino. No mais, também agradeço a minha esposa Fernanda Teixeira Rodrigues Bordignon, pelo apoio e compreensão principalmente nos momentos de ausência para a elaboração deste trabalho.

“Não há como compreender o desenvolvimento sem entender a função do crédito”.

Celso Furtado.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a atuação dos Bancos de Desenvolvimento no fomento econômico regional, mais especificamente no Estado de Santa Catarina, no período que compreende os anos de 2003 a 2014. Para atingir tal finalidade, foi feito um debate teórico demonstrando a função do crédito como avalanche do desenvolvimento. Para compreender o papel do crédito como elemento do processo de industrialização, foram extraídos conceitos relevantes de autores clássicos, como Schumpeter, Hilferding e Keynes. Aliado a isso, fez-se uma discussão sobre o processo de industrialização do Brasil, por meio de um levantamento bibliográfico, em uma abordagem desenvolvimentista. Fez-se ainda, uma apresentação dos bancos de desenvolvimento, descrevendo a atuação deste tipo de instituição na história do processo de industrialização e crescimento industrial, no contexto histórico e atual, com destaque para a história dos três bancos abordados na presente pesquisa, BNDES, BRDE e BADESC. Os resultados obtidos com a pesquisa, por meio da análise dos financiamentos contratados no período, demonstraram a volta de um modelo desenvolvimentista, com os bancos de desenvolvimento voltando a desempenhar uma função estruturante dos programas de governo, embora o BADESC tenha apresentado uma atuação distinta dos demais bancos, para um primeiro período de 2003-2011. Ao final, pode-se concluir pela importância fundamental da existência deste tipo de instituição financeira para o processo de desenvolvimento socioeconômico.

Palavras Chave- Crédito e Desenvolvimento.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the performance of Development Banks in regional economic development, specifically in the State of Santa Catarina, during the period from 2003 to 2014. To achieve this purpose, a theoretical debate was held demonstrating the role of credit as an avalanche of development. To understand the role of credit as an element of the industrialization process, relevant concepts were extracted from classical authors such as Schumpeter, Hilferding and Keynes. Allied to this, a discussion about the process of industrialization of Brazil was made, through a bibliographical survey, in a developmentalist approach. A presentation of the development banks was made, describing the performance of this type of institution in the history of the industrialization and industrial growth process, in the historical and current context, highlighting the history of the three banks addressed in the present research, BNDES, BRDE and BADESC. The results obtained with the research, through the analysis of the financing contracted in the period, demonstrated the return of a development model, with the development banks returning to play a structuring function of the government programs, although BADESC presented a performance different from the banks for the first period 2003-2011. In the end, it can be concluded that the existence of this type of financial institution is fundamental for the socioeconomic development process.

Keywords: Credit and Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - BADESC: Volume de crédito contratado por ano e setores de atividade econômica, no período 2003-2014. Dados deflacionados (IPCA). Valores em Reais.	102
Tabela 2 - BADESC: Participação dos setores econômicos por ano, no período 2003-2014. (Em porcentagem).....	103
Tabela 3 - BADESC: Taxa de Variação para o ano anterior por setores, no período 2003-2014.(Em porcentagem).....	104
Tabela 4-BRDE:Volume de crédito contratado, por ano e setores de atividade econômica, no período 2003-2014. Dados deflacionados (IPCA). Valores em Reais.	107
Tabelas 5- BRDE: Participação dos setores econômicos por ano, no período analisado 2003-2014.(Em porcentagem).....	108
Tabela 6-BRDE: Taxa de variação para o ano anterior, por setores, no período 2003-2014. (Em porcentagem).....	109
Tabela 7-BNDES: Volume de crédito contratado, por ano e setores de atividade econômica no Estado de Santa Catarina, no período 2003-2014.Dados deflacionados (IPCA). Valores em Reais.	112
Tabela 8- BNDES: Participação dos setores econômicos por ano, no período 2003-2014.(Em porcentagem).....	113
Tabela 9- BRDE: Taxa de variação para o ano anterior, por setores, no período 2003-2014.(Em porcentagem).....	114
Tabela 10 Total de desembolsos por Banco de Desenvolvimento, no período 2003-2014. Dados deflacionados (IPCA). Valores em Reais.	115
Tabela 11-Participação no volume total de recursos, por banco, no período 2003-2014. (Em porcentagem).....	115
Tabela 12-Volume de crédito contratado (BNDES+BRDE+BADESC), por ano e setores de atividade econômica, no período 2003-2014. Dados deflacionados (Valores em Reais)	117
Tabela 13-Participação dos setores econômicos por ano, no período 2003-2014. (Em porcentagem).....	118
Tabela 14- Taxa de Variação para o ano anterior, por setores, no período 2003-2014. (Em porcentagem).....	119
Tabela 15 – Saldo da movimentação dos empregos formais, por setor, no Estado de Santa Catarina , no período 2003-2014	120
Tabela16-Número de vínculos ativos, por setor, no período 2003-2014.	121
Tabela 17-Evolução do PIB, PIB per capita, população em Santa Catarina, no período 2003-2014.....	122

Tabela 18- Tabela comparativo de indicadores, PIB, taxa de crescimento do PIB, volume de desembolsos dos bancos (BNDES+BRDE+BADESC) e percentual dos desembolsos em relação ao PIB, no período 2003-2014.
..... 124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.

BANADE (Banco Nacional de Desenvolvimento)
BASA- Banco da Amazônia
BB-Banco do Brasil
BDE- Banco de Desenvolvimento do Estado
BADESC-Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.
BESC- Banco do Estado de Santa Catarina
BIRD -Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BNH- Banco Nacional de Habitação
BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul)
CACEX-Carteira de Comercio Exterior
CDB-China Constrution Banck
CELESC- Centrais Elétricas de Santa Catarina,
CEPAL-Comissão Econômica para Assuntos da América Latina
CMBEU- Comissão Mista Brasil Estados Unidos
CODESUL Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul
ESAG-Escola Superior de Administração e Gerencia
EXIMBANK- Export Import Bank
FAT-Fundo de Amparo ao Tralhador
FGTS-Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNDESC-Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
IBAGESC- Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial de Santa Catarina
ICM- Imposto sobre circulação de mercadorias
INCO-Banco da Industria e Comercio
IVC-Imposto sobre vendas e consignações.
JK- Juscelino Kubitschek
LSE- London School of Economics
ORTN- Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG- Programa de Ação Econômica do Governo
PBM- Plano Brasil Maior
PDP-Política de Desenvolvimento Produtivo
PED-Plano Estadual de Desenvolvimento
PIB- Produto Interno Bruto
PITCE- Política Industrial, Tecnologia e Comércio Exterior
PLAMEG-Plano de Metas Governamentais
PND-Plano Nacional de Desenvolvimento

POE-Programa de obras e equipamentos

PROCAPE- Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas

PRODEC- Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense

PSI-Plano de Sustentação do Investimento

SUMOC- Superintendência da Moeda e do Crédito.

TELESC- Empresa de telecomunicações de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO PARA O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO	31
1.1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO.....	31
1.2 A FUNÇÃO DO CRÉDITO E DOS BANCOS NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO.....	36
1.3 PROBLEMAS ECONÔMICOS DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS E SUBDESENVOLVIDOS.....	48
1.4 A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO: O FINANCE E O <i>FUNDING</i> DE KEYNES E O SISTEMA FINANCEIROS DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS (BREVE NOTA).....	53
2 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO INDUSTRIAL	56
2.1 ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL	56
2.2 ORIGENS DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL E DO FINANCIAMENTO PÚBLICO EM SANTA CATARINA.	69
3 BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	74
3.1 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO.....	74
3.2 BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-BNDES.....	86
3.3 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL- BRDE	90
3.4 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA-BADESC.....	95
4 A ATUAÇÃO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2014	99
4.1 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA- BADESC.....	99
4.2 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDE	104
4.3 BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-BNDES.....	109
4.4 SÍNTESE DOS VALORES LIBERADOS PELOS TRÊS BANCOS.	114

4.5 CONTRIBUIÇÃO DOS BANCOS PARA A GERAÇÃO DE NOVAS VAGAS DE EMPREGO.....	119
4.6 CONCLUSÃO DA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS BANCOS..	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERENCIAS	128
ANEXO	131
ANEXO I- COLETÂNEA DE DADOS	132

INTRODUÇÃO

Dentro de uma economia capitalista, para que exista crescimento é necessária a atuação de agentes dinamizadores, com setores produtivos avançados que requerem um enorme volume de investimentos financeiros para se desenvolverem. Por isso, mostra-se importante dentro de uma economia capitalista, principalmente de industrialização tardia, a análise das fontes de financiamento de longo prazo, já que este tipo de investimento precisa de um maior período para a maturação.

Com a crise na produção do café, pode-se perceber que desde 1930, os Governos têm se preocupado com a implantação de políticas públicas que promovam a industrialização e o desenvolvimento econômico, muito embora se possa perceber facilmente, em alguns momentos da história, uma descontinuidade destas políticas. Mas a busca deste desenvolvimento não se pode atrelar tão somente a industrialização, sendo esta, tão somente uma linha do processo de formação, consolidação e expansão capitalista.

O Estado Novo consagrou como principal tarefa do Estado retirar as barreiras do desenvolvimento. Para tanto foram atribuídas constitucionalmente como tarefas do Estado a coordenação, o planejamento e o estabelecimento do incentivo do desenvolvimento, o que ficou muito evidente com a criação do Conselho de Economia Nacional que dentre as suas seções destacava-se a do crédito.

A concessão de crédito até então praticada pelo Estado Brasileiro restringia-se carteira de agrícola e industrial do Banco do Brasil, a quem caberia financiar novas indústrias ou a ampliação das já existentes, com linhas de crédito com prazo de pagamento de até 10 anos.

Com a volta de Getúlio Vargas ao poder em 1951, as grandes questões de formação e consolidação do capitalismo brasileiro voltaram à cena, na qual algumas ações tornaram-se marcos para o desenvolvimentismo, como a formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos pela qual foi elaborado um diagnóstico da economia brasileira que apontava seus principais entraves e formulado projetos específicos para a promoção do desenvolvimento. Como parte destes projetos criou-se em 1952 o BNDE - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que seria o responsável pela execução dos demais projetos.

O primeiro banco de desenvolvimento brasileiro nasceu muito depois de seus pares Latino Americanos: o NAFINSA (Nacional Financeira), do México, foi criado em 1934; o CORFO (Corporação de Fomento à Produção), do Chile, foi criado em 1939; o BANADE

(Banco Nacional de Desenvolvimento), da Argentina, foi criado em 1944; e o IFI (Instituto de Fomento Industrial), da Colômbia, foi criado em 1940.

Enquanto esta era a realidade econômica nacional, no sul do país, embora os três Estados apresentassem nesta época expressivas taxas de crescimento seguindo as taxas nacionais, em termos qualitativos, estas deixavam a desejar ao eixo Rio-São Paulo, o que já naquela época chamava a atenção das elites e governos locais que viam o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek-JK como concentrador do desenvolvimento no Sudeste, pois este acreditava que um centro de desenvolvimento iria se irradiar para as mais diversas regiões do país.

O Plano de Metas trouxe ao centro do debate econômico brasileiro, o projeto de industrialização planejado. Neste período entre 1956 a 1961 a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 7,4%, enquanto a expansão industrial alcançou o importe de 10,1%. Esta teria sido a fase inicial do primeiro ciclo de crescimento gerado endogenamente, acionado pela dinâmica global de acumulação engendrada pela interação entre os setores de bens de produção e bens de consumo. (TAVARES, 1985).

Atentas as medidas implementados pelo Plano de Metas, os governos sulinos começaram a implementar políticas de desenvolvimento como reação à concentração proposta por JK, dentre estas políticas, durante o Governo de Celso Ramos no Estado de Santa Catarina, foi implementado o Plameg que dentre os seus propósitos estava a ampliação do crédito. Neste bojo foi criado em 1961 o BDE-Banco de Desenvolvimento do Estado, posteriormente transformado em Banco do Estado de Santa Catarina - BESC, o qual em 1965 com recursos federais ou próprios deveria financiar a produção industrial e agrícola a médio e longo prazo.

Posteriormente, ainda foi criado em 1975, o BADESC, como novo banco de desenvolvimento do Estado. Dentro deste contexto, ainda, surgiu a ideia de se fundar um Banco Regional de Desenvolvimento entre os três Estado do Sul, concretizada na criação do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) em 1962.

Dentro desta perspectiva, os bancos públicos desempenharam, e ainda desempenham, um papel fundamental na promoção do desenvolvimento por meio do fomento a setores estratégicos, capazes de criar cadeias industriais que efetivamente promovam o desenvolvimento econômico e social, com a geração de riquezas, e empregos essenciais para a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Esta promoção do desenvolvimento, dificilmente poderia ser

gerada pela poupança, pois este necessitaria de um longo tempo para alcançar cifras satisfatórias a implementação de qualquer empreendimento, além disso, como bem anota Keynes a poupança é um ato negativo em que se deixa de consumir, segundo, ainda, a poupança decorre da renda e esta depende do investimento. Ou seja, o investimento gera a renda, que, por sua vez parte desta renda gera poupança. O Investimento não depende da poupança para ocorrer, mas sim do crédito destinado a financiar a produção de bens de capital. O papel da poupança é tão somente de consolidar a acumulação de capital.

Como bem anota Hobson (1983), os bancos desempenham uma dupla função no financiamento das grandes companhias, primeiramente fazendo sua promoção incentivando a instalação de novas empresas e novos negócios, quando muitas vezes fazendo papel de subscritores distribuindo seus valores mobiliários, e até mesmo subscrevendo as ações não absorvidas pelo mercado, e em segundo, comprando e vendendo dinheiro, por meio dos descontos de títulos a adiantamentos de dinheiro, restando evidente que o grande negócio do banqueiro é a gestão financeira geral, ou seja a dominação financeira da indústria pelos grandes bancos.

A partir do ano de 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, houve uma retomada do desenvolvimento baseada no crédito público, que se pode observar com o crescimento do volume de desembolsos do BNDES, trazendo consigo uma nova fase do desenvolvimento brasileiro. Este pode ser observado com a comparação da evolução do crédito, o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), e o decrescimento da taxa de desemprego.

A medida que a atuação do banco crescia em volume de desembolsos, este crescimento era acompanhado pelo aumento do PIB, e pelo decrescimento da taxa de desemprego. A continuidade deste movimento, pode-se ser observada no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, com o apoio das instituições locais, no Estado de Santa Catarina, no Governo de Raimundo Colombo.

Dentro desta conjuntura, pode-se observar que a presença e atuação dos bancos de desenvolvimento são capazes de fomentar o desenvolvimento gerando riquezas e desenvolvimento social. Dentro desta perspectiva o presente trabalho procurará responder e analisar à questão da pesquisa: Quais segmentos econômicos foram beneficiados por financiamentos a longo prazo pelo Estado, via bancos de desenvolvimento, dentre os anos de 2003 a 2014; estes financiamentos ajudaram a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina?

Justifica-se a elaboração deste estudo, tendo em vista que, em vários momentos históricos o fraco desempenho da economia, medida pelo Produto Interno Bruto e pela taxa de desemprego levou a discussão do papel do Estado como indutor e fomentador da atividade econômica para o desenvolvimento do país. Esta indução e fomento foram e são realizadas por meio dos bancos de desenvolvimento.

Dentro de uma economia capitalista, para que exista desenvolvimento é necessária a atuação de agentes dinamizadores da economia, com setores produtivos avançados que requerem um enorme volume de investimentos financeiros para se desenvolverem. Ocorre que estes setores necessitam de linhas de crédito com longo prazo para pagamento. Em países com desenvolvimento tardio, não existem agentes privados que promovam este fomento. Para superar esta necessidade foram criados os bancos de desenvolvimento, a exemplo do BNDES, BADESC, BRDE e programas de incentivos fiscais como o FUNDESC (1970-1969), o PROCAPE (1975-1984) e o PRODEC (pós 1988).

É necessário demonstrar a relevância da função destes bancos para fortalecimento de setores estratégicos para o desenvolvimento, que tragam o desenvolvimento de toda uma cadeia produtiva. A título de ilustração o BNDES no ano de 2015 desembolsou R\$ 136 bilhões para projetos de investimento, dos quais R\$54,9 bilhões foram destinados a infraestrutura, R\$36,9 bilhões para a indústria, R\$ 30,4 bilhões para o comércio e R\$ 13,7 bilhões para a agropecuária. No Estado de Santa Catarina no ano de 2015, o Badesc totalizou em sua carteira de crédito R\$669,2 milhões, do qual 75,6% deste total representou a carteira junto ao setor privado, e o restante ao setor público.

No presente trabalho, à diferença dos demais trabalhos desenvolvidos sobre o tema, não foi abordado tão somente o papel desempenhado pelo BNDES, mas também os agentes locais de crédito, como o BADESC e o BRDE, além de trazer uma comparação entre os volumes de créditos contratados, a taxa de crescimento do PIB do Estado e saldo da geração de novos empregos.

Desta forma depois de superada a fase liberal do Estado dos anos 90, em 2003 os bancos de desenvolvimento retomaram seu papel desenvolvimentista, assim, a questão norteadora deste trabalho tem como objetivo ANALISAR quais foram as contribuições dadas pelo BNDES, BRDE e BADESC, ao crescimento econômico e social do Estado de Santa Catarina entre os anos de 2003 a 2014.

Isto posto, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar a função desempenhada pelos bancos de desenvolvimento no fomento

econômico regional, mais especificamente no Estado de Santa Catarina, identificando quais seguimentos econômicos, foram beneficiados por financiamentos a longo prazo pelo Estado via bancos de desenvolvimento, demonstrando a contribuição destes setores para o crescimento do PIB e para a geração de novos postos de trabalho, entre os anos de 2003 a 2014.

Como objetivos específicos o trabalho buscou:

- Demonstrar a relevância do crédito para o processo de industrialização e desenvolvimento capitalista, assim como a das políticas públicas creditícias.
- Apresentar uma perspectiva histórica do crédito e das políticas públicas de financiamento no Estado de Santa Catarina. Partiu-se de uma perspectiva histórica, do novo sistema de crédito catarinense surgido na década de 60, com o deslocamento do crédito voltado para o consumo, para o crédito de investimento de longo prazo, com a criação do BDE, BRDE além do BADESC;
- Analisar a atuação dos bancos públicos no período compreendido do 2003 a 2014, frente a nova política pública desenvolvimentista identificando o direcionamento do crédito, por setores demonstrando de que forma o fomento estatal fomentou e dinamizou a economia catarinense ajudando na adoção de ações anticíclicas.

Para atingir os objetivos específicos as estratégias de ação metodologias e métodos utilizados foram:

- Para demonstrar a relevância do crédito para o processo de industrialização e desenvolvimento capitalista, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em autores clássicos de economia como, Marx Keynes, Schumpeter, Hilferding, Kalecki, Hobson;
- Para apresentar uma perspectiva histórica do crédito no Estado de Santa Catarina, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental;
- Para demonstrar a importância do crédito público para o processo de industrialização e realizar uma apresentação dos Bancos Públicos. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental;
- Para analisar a atuação dos bancos públicos no período compreendido entre os anos de 2003 a 2014, foi realizada uma pesquisa documental, com consultas aos dados disponibilizados pelos próprios bancos de desenvolvimento,

trabalhando com dados secundários.

1 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO PARA O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

1.1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO.

Neste capítulo, será feita uma análise do processo de desenvolvimento econômico, a partir do estudo e compreensão do processo de industrialização de alguns países desenvolvidos, para que a partir disso se compreenda a importância do crédito em uma economia capitalista e o papel fundamental exercido pelos Estados e pelos dos bancos de desenvolvimento no incentivo à industrialização nas economias tardias.

É muito comum pensar que os países desenvolvidos traçam a rota do desenvolvimento para os menos desenvolvidos, como se existissem etapas a serem seguidas para se alcançar o desenvolvimento econômico. Ocorre que, a história dos países industrializados nem sempre projeta a imagem do futuro de desenvolvimento para países mais atrasados.

Tal pensamento era muito comum pelo fato de que a discussão que envolve o processo de industrialização dos países, sempre tinha como eixo principal a longa trajetória que levou a Inglaterra a deixar de ser um país rural e passar a ser uma potência industrial no século XIX.

Em certos casos de desenvolvimento, a exemplo de alguns países europeus, como no caso da Alemanha que seguiu alguns passos que a Inglaterra havia dado anteriormente, pode-se até imaginar que a afirmação anterior poderia ser uma verdade absoluta, no entanto por outro lado a existência de aspectos individuais, importantíssimos para o desenvolvimento, muitas vezes em virtude de seu próprio atraso pode levar ao desenvolvimento por outros caminhos. (Gerschenkron, 2015)

E esta é a principal tese defendida por Gerschenkron (2015), em que, em alguns casos da história de países industrializados, os diversos processos muitas vezes seguidos como etapas para o desenvolvimento levaram a diferenças consideráveis nos países atrasados, principalmente em comparação às economias mais adiantadas.

Estas diferenças, que podem ser apontadas na velocidade e no caráter do desenvolvimento industrial, devem-se a fatores não existentes nos países com economia mais avançada, por resultarem de instrumentos institucionais não presentes nestes países. Soma-se a isso, a diferença no lapso de tempo da industrialização resultar em aplicações de diferentes ideologias ou espírito desenvolvimentista entre os países industrializados e os atrasados, que variam em proporção direta ao grau de atraso econômico e das potencialidades industriais e naturais dos

países em questão. (GERSCHENKRON,2015)

Os países atrasados, antes do processo de industrialização, vivem uma tensão entre as atividades econômicas já existentes, os obstáculos colocados ao seu desenvolvimento, a grande promessa que o desenvolvimento econômico traz. Obviamente os benefícios e oportunidades que o avanço da industrialização traz não podem ser dados como certos, pois estes são variáveis, de acordo com as condições dadas por cada país, conforme seus recursos naturais e as condições institucionais colocadas, como a servidão dos camponeses, ausência de unificação política e a segurança jurisdicional que garanta as liberdades individuais e o direito à propriedade privada.

Presumindo-se que sejam retirados os entraves à industrialização e que o país possua uma boa reserva de recursos naturais a serem explorados, pode-se afirmar que, as oportunidades geradas pelo processo de industrialização variam de acordo com as condições do atraso econômico de cada país, de modo que se mostra mais promissora a industrialização que conseguir retirar a maior reserva de inovações tecnológicas dos países avançados e implementar na sua. (GERSCHENKRON,2015)

Aliás, por muitas vezes os processos de industrialização destes países são erroneamente identificados como forma de pagamento de baixo custo de mão de obra, em relação aos bens de capital e a dificuldade em substituir-se a mão de obra abundante em capital. De fato, por vezes, a depender de cada país, é muito difícil se formar uma mão de obra apta a trabalhar em fábricas que seja confiável, disciplinada e estável. O processo de criação de mão de obra industrial é um processo difícil e demorado de modo que a mão de obra barata não pode ser considerada um diferencial que ajuda no processo de industrialização dos países. De certo modo, isso ajuda a explicar o fato dos países atrasados promoverem o desenvolvimento de atividades em que exista um alto progresso tecnológico, principalmente nas etapas iniciais de sua industrialização, em que não havia uma mão obra apta a trabalhar em fábricas. Neste ponto, pode-se perceber a diferença de tratamento dados pelos países avançados que em certos casos hesitaram em fazer modernizações em suas fábricas, seja por inércia, ou por não aceitarem os sacrifícios implícitos de um grande programa de investimento. (GERSCHENKRON,2015)

A par disso, pode-se constatar que o processo de industrialização se dá simultaneamente em diversas linhas de atividades econômicas pela existência de complementariedade e indivisibilidade do processo econômico.

Tudo aqui, até o momento exposto, teve como objetivo listar alguns fatores básicos que influem diretamente no processo de industrialização dos países atrasados e que geram maior velocidade de crescimento nas estruturas produtivas. Há de se anotar, ainda, que estes fatores básicos foram potencializados por meio da utilização de instrumentos institucionais e pela aceitação de ideologias específicas em favor da industrialização, de modo que a seguir serão apresentados alguns fatores que contribuem para o processo de industrialização e como se deu o seu modo de operação (GERSCHENKRON, 2015).

A história da França pode ser considerada um bom exemplo de processo de industrialização. Com a chegada do Segundo Império (1815-1848) e sob o comando de Napoleão III pôs-se fim a um longo período de estagnação econômica que perlongava desde a restauração dos Bourbon e pela contribuição de políticas adotadas por Napoleão I.

A economia francesa estava presa por um determinado grupo de interesses que estavam protegidos por lucros monopolistas e uma produção estagnada de carvão e ferro, que o impediram de avançar em seu crescimento. No entanto com o Tratado de Cobden-Chevalier de 1860, que fora precedido por uma redução das tarifas aduaneiras e pela eliminação da barreira às importações, a economia francesa se expôs novamente à concorrência internacional o que possibilitou o acesso a matérias primas mais baratas. (GERSCHENKRON, 2015)

Além destas novas políticas e pela nova postura do governo da França, outro fator importantíssimo deu impulso ao desenvolvimento industrial francês: que foi o desenvolvimento da atividade bancária no governo de Napoleão III.

Nem sempre o desenvolvimento da atividade bancária é ligado ao desenvolvimento industrial e nem sempre é dada importância a este elemento fundamental para o desenvolvimento de uma economia relativamente atrasada. A Teoria do Banco Empreendedor, no qual o capital é utilizado intencionalmente para gerar desenvolvimento econômico, foi formulada pelo Conde de Saint-Simon, ainda durante o governo de Napoleão. (DRUKER, PETER, 2005)

Na história do desenvolvimento francês, em especial, os bancos de investimento tiveram um papel decisivo, assim como em parte do continente europeu, principalmente pela história e atuação do banco Credit Mobilier, o primeiro banco “empreendedor” dos irmãos Jacob e Issac Pereire, que eram seguidores do Conde de Saint-Simon. (DRUKER, PETER, 2005).

O Credit Mobilier foi fundado em 1852, mais de trinta anos após

a morte de Saint-Simon e diferentemente dos bancos comuns de hipoteca da época, os Sociétés du Crédit Foncier, que somente emprestavam aos detentores de propriedade mobiliária e empresas industriais, de mineração ou outras já devidamente constituídas, não destinadas a inovação, aquele estava voltado a criação de novos empreendimentos e para ampliação da capacidade produtiva. Ao lado do Credit Mobilier estavam algumas outras instituições que ao lado de poucos empresários, financiaram à construção de ferrovias, a abertura de novas minas de carvão, de novas fábricas, a construção de novos portos dentre outros empreendimentos. (HUDSIN, BEZEMER, 2005)

Por esta inovação na prática de financiar as atividades produtivas e suas obras de infraestrutura a longo prazo, os irmãos Pereire entraram em conflito com os antigos detentores de riquezas e principalmente os banqueiros, em especial os Rothschild. Este conflito foi responsável pelo colapso do Credit Mobilier, em 1867. Como legado do banco, obteve-se a mudança de postura dos tradicionais banqueiros, que deixaram de financiar somente o governo, para a começar a operar aos moldes de seu concorrente. Tanto que os próprios Rothschild somente conseguiram impedir a abertura do Credit Mobilier Austríaco, que se chamaria Credit Anstalt, pois esses mesmos o fizeram, transformando a sua instituição em um banco voltados à industrialização. (FERREIRA, MEIRELLES, 2009)

Esta nova roupagem bancária, pôde ser vista não somente na França e na Áustria, mas também, na Bélgica e na Alemanha e a partir da segunda metade do século XIX, foi observado o aumento do número de casas bancárias em vários países, ao molde do banco dos Pereire. Mais importante que influência e propagação de instituições deste tipo, foi a transformação desta ideia inicial em um novo tipo de instituição; os Bancos Universais, que na Alemanha e em grande parte dos países da Europa tornou-se a forma predominante de instituição bancária. (GERSCHENKRON, 2015)

Outro fato que fazia do Credit Mobilier tão diferente dos demais e que serviu de inspiração para a criação de novas instituições seguindo seu modelo, consistia no fato de ele não se aproximar ao modelo dos bancos comerciais existentes nos países industrializados à época, a exemplo dos bancos existentes na Inglaterra. A diferença fundamental entre eles consistia que o banco inglês era projetado para operar linhas de crédito de curto prazo, enquanto àquelas criadas ao molde dos Pereire eram destinadas a financiar operações a longo prazo. Assim a estrutura de capital dos bancos apresentava uma diferença gigantesca. Já no caso dos bancos universais alemães, o seu sucesso derivava da combinação

destes dois fatores e da junção da ideia do Credit Mobilier com a conjuntura dos bancos comerciais. (GERSCHENKRON,2015)

Alguns anos depois o jovem americano J.P. Morgan, e o alemão Georg Siemens unificaram a teoria do banco empreendedor com o comercial, criando os primeiros bancos modernos de sucesso; o J.P. Morgan & Company nos Estados Unidos e o Deutsche Bank na Alemanha respectivamente. Uma década depois o jovem japonês Shibusawa Eiichi adaptou o modelo de Siemens no seu país construindo os fundamentos da economia japonesa moderna. (DRUKER, PETER, 2005).

Como resultado desta fusão entre as operações de curto e longo prazo os bancos universais tornaram-se instituições muito mais fortes e sólidas se comparadas ao Credit Mobilier que sempre dependia de novos aumentos de capital para continuar com suas operações. Os bancos universais, criados na Alemanha, Áustria e na Itália fundiram-se com a indústria, de modo que o banco acompanhava a indústria desde a sua criação até a sua liquidação. Este novo modelo de banco ligava os bancos as indústrias, de forma tão fidedigna, que apesar dos créditos concedidos pelos bancos serem formalmente a curto prazo, como os bancos controlavam as contas correntes dessas, materialmente as linhas de crédito tornavam-se de longo prazo, com as instituições financeiras supervisionando as atividades empresariais, o que trazia, também, aos bancos uma formidável forma de controle das firmas industriais. (GERSCHENKRON,2015)

Sem adentrar profundamente de como se deu este processo de transformação da atividade bancária, até porque o importante é registrar sua origem e seus efeitos sobre o processo de industrialização, cabe, no entanto, mencionar que na Inglaterra este processo se deu sem a ajuda efetiva dos bancos ligados a financiamentos de longo prazo. Isto se deve ao fato, que neste país o processo de industrialização foi mais gradativo, se deu em um período maior de tempo no qual a acumulação de capital se deu primeiramente no comércio e na agricultura modernizada, o que possibilitou o aumento da produção para venda do excedente e depois da própria indústria, acarretando a desnecessidade de capital a longo prazo e por consequência de instituições que concedessem empréstimos deste tipo. (GERSCHENKRON,2015)

Esta situação, não era realidade nos demais países atrasados em que o capital se encontrava disperso e escasso e que ainda enfrentava uma certa desconfiança, em relação as atividades industriais. Aliado a isso, a falta de talento empresarial nos países atrasados acarretou um desenvolvimento diferenciado da atividade bancária nos diversos países

da Europa. (GERSCHENKRON,2015)

Aqui encontra-se o ponto histórico e geográfico das teorias do desenvolvimento econômico, que apontam os processos de poupança forçada, induzidas pela atividade bancária de criação de dinheiro, elemento essencial dessas.

No entanto, o uso destas medidas não pode ser atribuído como instrumento de desenvolvimento em qualquer país atrasado, mas tão somente àqueles em que o atraso não ultrapasse certa medida. Mesmo nos países em que o atraso não era grande, os bancos basicamente centraram seus esforços em recolher e redistribuir os recursos disponíveis sem se preocuparem com financiamentos a longo prazo, para a promoção do desenvolvimento. Obviamente, este não retirava a importância do sistema financeiro já constituído que apesar da escassez de capital, financiava as atividades econômicas do período, que não eram ligados a empreendimentos industriais. O próprio fato de existir uma escassez de capital posteriormente direcionou os bancos a determinadas linhas de produção, em detrimento das demais. Como no caso da Alemanha, que privilegiou os setores de mineração de carvão, ferro, aço, engenharia elétrica em detrimento das indústrias têxtil, de alimentos, couro entre outras, que ficaram às margens das linhas de crédito a longo prazo e do interesse dos bancos (GERSCHENKRON, 2015).

A este fato, pôde-se atribuir o efeito da reestruturação produtiva das indústrias aliadas à concentração bancária ocorrida nas três últimas décadas do século XIX. Na Alemanha, pôde-se observar um intenso processo de fusão dos bancos, que acarretou um movimento de cartelização da indústria, haja vista que perceberam o potencial de oportunidades lucrativas com a cartelização e fusão das empresas industriais, que ao comando dos bancos deixavam de travar grandes lutas concorrenciais, acompanhados pelo aumento de capacidades produtivas das fábricas. Desta forma, apesar da Alemanha ter chegado tarde ao desenvolvimento industrial em comparação com a Inglaterra, essa tirou proveito de seu processo de modo diferenciado comparado a esta (GERSCHENKRON, 2015).

1.2 A FUNÇÃO DO CRÉDITO E DOS BANCOS NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO.

Para analisarmos e compreendermos o papel dos Bancos como agentes de desenvolvimento quanto ao seu principal meio de atuação, qual seja, o fornecimento de crédito, faz-se necessário abordar como

ocorre o desenvolvimento econômico e qual a função exercida pelo crédito.

Schumpeter, em seu livro *A Teoria do Desenvolvimento Econômico* publicado em 1912, trata o processo produtivo como um círculo vicioso, ou como nomeado pelo autor, um Fluxo Circular, em que todos os agentes econômicos estão em um equilíbrio de produção e consumo, de forma que os produtos são todos produzidos na mesma maneira todos os anos, de modo que, para cada demanda exista uma produção correspondente. Desta maneira, não existindo nenhuma inovação, todos os produtos são produzidos e vendidos da mesma forma ano após ano, com variações insignificantes de preços, sendo o dinheiro apenas um meio circular da economia.

Por sua vez, para o autor as condições econômicas são mais que simples precedentes e sim, um conjunto total precedente. Desta feita, a economia está sujeita a elementos de transformação que rompem com este ciclo, de modo que mudanças são impostas de dentro pelos sujeitos das relações econômicas. Estas mudanças são advindas de novas combinações de produção que aparecem na vida industrial e comercial, em que o produtor cria novas necessidades aos consumidores ensinando-lhes a querer coisas novas, diferentes das quais estavam acostumados a usar. Em que pese, urge analisar a necessidade dos consumidores finais para a criação de novos produtos, nem todo produto deverá nascer de uma necessidade de criação.

Isso porque, quando estas mudanças rompem o fluxo circular formando um fenômeno novo e estranho, fugindo ao equilíbrio previamente existente temos o chamado desenvolvimento econômico. Para Schumpeter (1985, p.): “desenvolvimento é, portanto, não apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa”.

Assim, somente com o surgimento do “empreendedor”, responsável pela ligação entre as novas combinações de produção, será possível a concretização do fenômeno do desenvolvimento econômico. Schumpeter chama de “empreendimento” a realização destas novas combinações e de “empresários” os indivíduos que a realizam. Referido autor não aceita a definição marshaliana do empresário, que define a função empresarial simplesmente como “administração” e coaduna com J-B, Say: “a função do empresário é combinar os fatores produtivos e reuni-los. Com isso há uma atuação do tipo especial apenas quando os fatores são combinados pela primeira vez em um negócio”. (SCHUMPETER, 1985)

Deste modo, só é admitida a constituição do empresário mediante

a realização de novas combinações, mesmo que para isso, muitos não estejam permanentemente vinculados à empresa. Assim, destaca Schumpeter que muitos financistas e promotores podem ou não ser empresários neste sentido, portanto, em sua definição, o autor distingue empresários de capitalistas sendo irrelevante se estes últimos não proprietários de dinheiro, direito a dinheiro ou de bens materiais. (SCHUMPETER, 1985)

Schumpeter elenca cinco formas de como se dão as novas combinações. Em primeiro, pode se dar pela introdução de um novo bem, desconhecido dos consumidores ou pelo menos por sua nova qualidade. Por segundo, pela introdução de uma nova forma de produção que não necessariamente altere o conteúdo do objeto ou pela simples nova forma de comercialização. Por terceiro, por meio da abertura de um novo mercado em um país que ainda não tenha sido explorado, podendo o bem ter existido ou não anteriormente neste mercado. Por quarto, pela descoberta e pelo domínio de uma nova fonte de matérias primas ou bens semimanufaturados, já tendo existido ou não neste mercado. E por quinto, pelo estabelecimento de uma nova indústria, seja pela criação de um novo monopólio ou pela cisão de uma já existente. (SCHUMPETER, 1985)

Na mesma senda, o autor segue com o pensamento de que, para que surjam novas combinações e para que o desenvolvimento ocorra rompendo o Fluxo Circular são necessárias outras premissas. Primeiramente, que as contribuições novas sejam feitas pelas mesmas pessoas que já controlam o processo produtivo ou comercial, embora este quesito não seja essencial. Este quesito não se mostra essencial pois via de regra, as novas combinações são realizadas por novas empresas que não são desdobramentos das antigas, mas que começam a produzir ao seu lado. Para as antigas e novas empresas uma barreira se impõe para a quebra do fluxo: a obtenção dos novos meios de produção. Essas que já obtiveram seus meios de produção abrem-se duas alternativas: obter novos meios de produção por meio do lucro da operação anterior ou pela poupança, o que as coloca em certa posição de vantagem. (SCHUMPETER, 1985)

Pode-se pensar que a maior parte do dinheiro vem da parcimônia da poupança social, dos recursos que poderão torna-se livres ou pelo resultado da inovação anterior bem-sucedida qualificado como lucro empresarial. No entanto, claramente a maioria deles, não advém da abstenção ao consumo ou da existência de capital acumulado do desenvolvimento anterior, embora o novo produtor possa possuir riqueza se este não as tiver na quantidade necessária, terá que recorrer-se ao

crédito. (SCHUMPETER, 1985)

O sistema de crédito nasceu justamente para cumprir esta função, de financiar novas combinações produtivas forçando novos caminhos dentro do fluxo circular. Conforme bem anota Schumpeter (1985, p.35),

“Nem mesmo a ortodoxia mais conservadora dos teóricos pode negar que a estrutura da indústria moderna não poderia ter sido erigida sem ele, que ele torna o indivíduo até certo ponto independente dos bens herdados, que o talento na vida econômica “cavalga sobre suas dívidas em direção ao sucesso”.

No entanto, nem mesmo todas as reservas em posse dos bancos canalizadas por meio dos depósitos são suficientes para atender a demanda por crédito, pois estes também representam objeto do fluxo circular. Nas palavras de Schumpeter: “Se os instrumentos de crédito apenas substituem um dinheiro metálico já existente, então o seu uso não produzirá por si mesmo nenhum fenômeno novo.” Assim, o entrave que se coloca entre o inovador, criador de novas combinações, e os meios necessários para produzi-las ainda existe, ou seja, a falta de recursos. Entretanto, este problema é suprimido pela criação de dinheiro, em forma imaterial, por meio de títulos não cobertos por reservas líquidas, em que sua forma externa é apenas direito a dinheiro, como as notas promissórias e letras de câmbio. (SCHUMPETER, 1985)

Isto ocorre devido ao fato que na vida real o crédito total deve ser maior do que poderia ser se fosse levado em consideração somente o dinheiro existente. Esse deve ser maior do que o crédito totalmente coberto. Assim, a expansão do crédito se dá além das reservas existente de ouro, mas também, além da base existente de mercadorias, fato este que não pode ser negado porque não necessariamente a venda e os pagamentos das mercadorias ocorrem simultaneamente, sendo o valor devido pelo comprador creditado num certo período de tempo. Para isto acontecer é necessária a existência de uma sociedade capitalista em que os capitalistas produtores tenham uma reserva suficiente de capital para esperar pelo pagamento futuro, já que os compradores das mercadorias não possuem as reservas suficientes para realizá-lo no momento da compra. Ou seja, existirá uma concessão unilateral de crédito entre o comprador e o vendedor em que este possua uma reserva correspondente ao valor devido por aquele. (HILFERDING, 1985)

Isto não é o que acontece, quando são utilizados outros meios de

pagamento como a nota promissória em que o comprador não só concede o crédito, mas o toma emprestado de outra pessoa externa à relação principal e paga este com uma letra de câmbio do vendedor. Assim, as circulações das letras de câmbio baseiam-se na circulação das próprias mercadorias, porém estas já foram convertidas em dinheiro pelo ato anterior da venda que já se consumou, mesmo que ainda não estejam efetivamente pagas pelo comprador. (HILFERDING, 1985)

A este tipo de crédito que substitui o dinheiro Hilferding chamou de crédito de circulação, em que há transferência da mercadoria sem intervenção do dinheiro.

Com esta desnecessidade do dinheiro para promover a transferência de mercadorias, que podem ser realizadas pelo aumento dos meios de circulação, há possibilidade de um aumento na produção, que não estará mais atrelada ao volume de dinheiro existente, mas sim ao volume do crédito disponível, que só é limitada pelo número de transações comerciais efetivamente realizadas. (HILFERDING, 1985)

Desta forma, o crédito de circulação é concedido pelos próprios capitalistas que somente na falta de retorno destes é que estes irão se socorrer a terceiros, os bancos. Estes somente irão intervir nos processos de circulação de mercadorias quando a circulação dos títulos sofrer alguma paralisação, já que este é condição para aquele. Esta paralisação pode ocorrer pela falta de saída das mercadorias ou por outras condições como a especulação. Como consequência desta intervenção bancária no sistema de circulação que aumentando ou completando o crédito, temos um acréscimo da economia corrente, reflexo do aumento do volume de créditos compensados. (HILFERDING, 1985)

Contudo, para que exista este aumento no volume de crédito compensado também é necessário que os títulos efetivamente funcionem como meios de pagamento e para que isto ocorra é crucial reunir as letras de câmbio para que sejam compensadas entre si, sendo que, esta tarefa cabe aos bancos. Por meio dos bancos foi possível aumentar a abrangência territorial para compensação e cobranças dos títulos, além de possibilitar a compensação simultânea. Além disso, para que ocorra crescimento no volume de pagamentos é necessário o reconhecimento da credibilidade do título, da sua solvência. A esta tarefa de reconhecer a segurança da solvência cabe igualmente aos bancos que compram os títulos no mercado, substituindo o crédito comercial pelo crédito bancário, trocando as duplicatas comerciais e industriais por notas bancárias, cujo título goza de uma maior credibilidade por possuir o banco um crédito inabalável. (HILFERDING, 1985)

Antes do surgimento das notas bancárias era comum as letras

conterem centenas de assinaturas, o que espelhava o quando circularam antes do seu vencimento. Mas com a evolução do sistema bancário, os bancos transformaram-se em grandes guardiões de poupança ou dinheiro não empregado, que os capitalistas tinham que manter em disponibilidade para saldar as diferenças entre os seus recebimentos e pagamentos, o que aumentou o poder dos bancos em substituir o crédito industrial pelo bancário. Desta forma, ainda, as letras de câmbio passaram a circular cada vez mais como meio de pagamento, mas sob uma nova roupagem; como nota bancária. (HILFERDING, 1985)

Com uma maior concentração gerada pela facilidade técnica de liquidação e compensação exclusivamente entre instituições bancárias, reduz-se ainda mais o volume de moeda corrente necessária para pagamentos. Além disso, substituindo as notas industriais e comerciais por notas bancárias, o banqueiro, graças a sua credibilidade, consegue aumentar o volume de dinheiro creditício, haja vista necessitar de um capital reduzido para a sua própria solvência. Assim, o crédito de circulação, exposto acima, cria moeda fiduciária capaz de libertar a produção de mercadorias antes limitada à disponibilidade de moeda corrente. (HILFERDING, 1985)

Por esse fenômeno, pode-se no campo da teoria distinguir-se o crédito normal, àquele advindo da produção social, dos bens existentes e serviços prestados, do crédito anormal que seria aquele advindo não dos bens já produzidos e dos serviços já prestados, mas daqueles que seriam prestados e produzidos. Assim, a diferença existente entre as duas categorias de crédito, mostra-se em relação a sua natureza e seus efeitos, no qual um abarca uma produção social já existente e outra futura, muito embora externamente como meios de pagamento sejam indistinguíveis não se podendo considerar títulos financeiros como algo “anormal”. (SCHUMPETER, 1985)

Isto ocorre devido à necessidade do capital industrial percorrer todas as fases do processo cíclico, que se constitui como meio de circulação na transformação do dinheiro em meios de produção, a produção em mercadorias e a venda das mercadorias em dinheiro, sendo o ciclo assim representado: D-M_P_M1-D1. (HILFERDING, 1985). Esta transformação do capital monetário, em capital mercantil e em capital industrial, não gera espécies de capital, mas sim funções exercidas pelo capital industrial. (HILFERDING, 1985)

De outro lado, qualquer outra forma de capital é simplesmente capital monetário pois o dinheiro, por si só, não representa capital sendo somente destinado a exercer a função de dinheiro, meio de circulação ou meio de pagamento. Somente quando o dinheiro se destina a

transformação de elementos de capital produtivo é que este se transforma em capital. Por isso, na relação D-M (meio de produção), o crédito desempenha uma função importante, por conseguinte possibilita a compra dos meios de produção, na qual, nesta relação o dinheiro gasto com a compra dos meios de produção representa um simples adiantamento em dinheiro que após percorrer todas as funções do capital industrial deve retornar ao capitalista devidamente aumentado. E é este retorno do capital aumentado, que se constitui o pressuposto do crédito de produção, só se empresta dinheiro, só se fornece crédito, àquele que depois de aplicá-lo em um meio de produção possa permitir sua volta à circulação. (HILFERDING, 1985)

A criação deste tipo de crédito não se constitui em uma necessidade para o financiamento de novas combinações mas acaba se tornando algo bem próximo. Tanto que a caução, em tais casos, não se dá em produtos existentes porque ainda não foram produzidos, mas em outros objetos. Neste processo devemos distinguir duas situações: a primeira em que o empresário possui algo que possa dar em garantia ao banco, o que facilita as operações de crédito; e a segunda em que o empresário é destituído de qualquer forma de riqueza. Nesta segunda hipótese pode o empresário fornecer a caução necessário por meio do empenho dos bens que este adquire com o poder de compra que toma emprestado. (SCHUMPETER, 1985)

Desta forma, diferentemente do processo normal em que primeiro se constitui a caução para posteriormente liberar-se o crédito, neste processo a concessão de crédito vem primeiro e só posteriormente a caução é prestado, mesmo que neste processo se constitua em um pequeno intervalo de tempo. Assim, é criado um poder de compra sem o qual não corresponda nenhum bem em garantia, estando assim por dizer, ser falsa a afirmação de que o crédito se constitui em “moeda propriedade”. A este adiantamento do crédito, Schumpeter chama de inflação creditícia, mas a distingue da inflação com propósito de consumo. (SCHUMPETER, 1985)

Embora nestes casos, este novo poder de compra exerça o mesmo papel do antigo, retirando bens de circulação e pagando por meio das somas emprestadas, os bens retirados são consumidos, os meios de pagamento permanecem em circulação, sendo o crédito renovado continuamente e subindo os preços permanentemente. (SCHUMPETER, 1985)

Por outro lado, o empresário que toma o crédito além de empregá-lo na atividade produtiva contribuindo para o ciclo das mercadorias, deve devolvê-lo ao banqueiro, e ao se chegar ao final desta

corrente social, se tudo ocorrer de acordo com as expectativas, o empresário terá enriquecido esta corrente de mercadorias em montante maior (preços totais) do que ele havia recebido na forma de crédito. Desta forma, estará restaurada a equivalência entre dinheiro e mercadorias e a inflação creditícia estará eliminada. (SCHUMPETER, 1985)

Neste sentido, leciona Schumpeter (1985, p.40):

“O empresário deve não apenas devolver legalmente o dinheiro ao seu banqueiro, mas deve também devolver economicamente as mercadorias aos reservatórios de bens- o equivalente aos meios produtivos emprestados; ou, como o exprimimos, deve, em última instância, cumprir a condição com o qual os bens podem normalmente ser retirados da corrente social. O resultado do seu empréstimo capacita a cumprir esta condição. Após completar o seu negócio- portanto, em nossa concepção, após o período ao fim do qual os seus produtos estão no mercado e os seus bens produtivos foram gastos-, se tudo ocorreu de acordo com as expectativas, ele enriqueceu a corrente social com bens cujo preço total é maior que o crédito recebido e do que o preço total dos bens direta ou indiretamente gastos com ele. Assim a equivalência entre dinheiro e as correntes de mercadorias é mais do que restaurada, a inflação creditícia é mais que eliminada, os efeitos sobre os preços mais que compensados de modo a se dizer que não há nenhuma inflação creditícia neste caso- antes talvez deflação- mas apenas um aparecimento não-sincrônico de poder de compra e das mercadorias a ele correspondentes, o que temporariamente produz aparência de inflação”.

Diante da necessidade da tomada de crédito pelos empreendedores, o capitalismo moderno impõe cada vez mais importância aos homens detentores do poder monetário, os chamados financistas. O rápido desenvolvimento de novas cadeias produtivas exige uma forma de capital mais livre, de fácil acesso aos que desejam empreender, o que não mais poderia ser fornecido pelas finanças privadas. Disto, surgiu a necessidade de uma reforma em que as poupanças individuais acumuladas fossem colocadas à disposição dos

empreendedores. Com a pulverização do uso dos bancos dentro da sociedade como forma de guardar os recursos provenientes das poupanças e sem aplicação imediata em qualquer atividade produtiva, criou-se um fundo de depósitos capaz de sustentar o sistema de crédito criado pelos bancos a fim de financiar as companhias tanto para a sua fundação quanto para o desenvolvimento de suas atividades produtivas (HOBSON, 1983).

Desta forma, o banqueiro coloca o crédito em circulação, para por meio dele extrair mais dinheiro, transformando o capital monetário em produtor, com isso amplia-se o volume de produção. Nota-se que antes do aumento do volume de produção o que há é um aumento no volume de circulação, desta forma, pode-se ampliar a produção sem dinheiro novo, mas somente aproveitando o ocioso. Portanto, a possibilidade do aumento do investimento, da produção decorre diretamente do incremento da circulação do capital monetário, em que o banqueiro aproveita o ciclo ocioso do capital, depositados por alguns capitalistas, para colocá-lo a disposição de outros capitalistas (HILFERDING, 1985).

Assim, se anteriormente os capitalistas produtores, industriais e comerciais realizavam suas transações por intermédio da moeda fiduciária, agora ele se torna um capitalista monetário fornecedor de empréstimos quando seu capital se torna ocioso. Logo, da mesma forma que em certos momentos ele fornece empréstimos, em outros momentos ele os toma emprestado de outros capitalistas, sendo apenas uma função transitória (HILFERDING, 1985).

Com a evolução dos bancos, o caráter de capitalista prestador torna-se uma função especial destes. Graças a esta evolução, limita-se o capital ocioso ao mínimo necessário, a experiência ensina aos bancos, o quanto é este mínimo necessário. Claramente o dinheiro criado pelos bancos via novos sistemas de pagamento não representa a quantidade igual em dinheiro físico, assim se todos os depositantes resolvessem levantar o valor de seus depósitos de uma única vez, os bancos estariam impossibilitados de honrarem com seus compromissos, pois os novos meios de pagamento não somente substituem o dinheiro, mas andam lado a lado com as reservas existentes. Em alguns países de capitalismo mais desenvolvido, talvez, $\frac{3}{4}$ dos depósitos bancários são simplesmente créditos em que os empresários primeiramente o tomam do banco tornando-se assim seu devedor para aquisição das novas combinações e posteriormente torna-se credor de seus depósitos advindos do lucro empresarial como consequência do processo de desenvolvimento (SCHUMPETER, 1985).

Graças a esta intermediação é possível disponibilizar capital

monetário em uma escala muito maior. A fim de bem desempenhar esta função, cabe aos bancos reunir todo o dinheiro ocioso e prontamente emprestá-los aos capitalistas produtores nas mais diversas formas de crédito. O crédito entraria na estrutura das empresas desde a sua concepção como forma de integralização de capital subscrito ou posteriormente por meio de empréstimos, descontos de títulos ou outras formas de operações de crédito. Obviamente a base financeira deste crédito terá como fundamento a capacidade de geração de lucro pela atividade econômica desenvolvida, de modo que assegure lucro tanto ao empresário quanto ao prestador, revelando como grande vantagem a colocação a disposição de mais crédito e capital de giro a possibilidade do aumento da eficiência competitiva. Deslocar o crédito para ramos mais prósperos ou que possuam uma maior expectativa de crescimento em instituições organizadas é papel dos financistas, tanto que Schumpeter chamou os bancos de um fenômeno do desenvolvimento (HOBSON, 1983).

Hobson (1983) destaca que a expansão industrial e das empresas (sociedades por ações) resumem-se em expandir o crédito, haja vista que não somente com a subscrição de ações capitaliza-se a sociedade por meio das reservas disponíveis dos pequenos investidores, mas também pelo capital disponibilizados por meio do crédito o qual é essencial para que a empresa consiga uma rotação mais rápida possível. Assim é possível alavancar o número de negócios, a um volume muito superior ao que a companhia poderia prover com recursos próprios o que lhe garante uma grande vantagem competitiva à medida que o crédito ou o dinheiro lhe possibilite comprar e vender mais estabelecendo um circuito em que há necessidade de mais crédito, ou seja, cria-se uma maior dependência financeira do crédito bancários.

Quanto mais desenvolvida a utilização do crédito mais ela se torna necessária para ganhos de competitividade. Tanto que o próprio capital dos capitalistas se torna somente uma diminuta parte do investimento, em que só se permite a expansão da produção, de força produtiva dos trabalhos, através da injeção de capital alheio (via bancos), e que permite os empresários atingirem lucros maiores antes de seus concorrentes (HILFERDING, 1985).

Muito embora a companhia tenha que pagar juros sobre a utilização do crédito bancário, evidente que enquanto a taxa de juros for inferior ao retorno obtido (lucro) pela comercialização das mercadorias, a tomada de crédito sempre será vantajosa para a companhia, que sempre estará em posição de vantagem, em relação aos seus concorrentes que não recorrem ao crédito bancário.

“Nas condições vigentes no mundo moderno, não pode ser lucrativo para nenhum concorrente realizar negócios sem o habitual recurso do crédito. Sem o recurso habitual ao crédito seria impossível obter um retorno razoável do investimento” (HOBSON, 1983, p.)

Evidentemente, as empresas sempre devem respeitar seu limite na tomada de crédito para que não ocorra dificuldades posteriores em sua gestão pois cada vez mais os bancos têm assumido o papel de fornecedor de crédito por meio de descontos de títulos, identificando-se como elemento da própria estrutura financeira da sociedade, sendo resultado disso o aumento da eficiência de todo o sistema industrial. Entretanto as companhias mais fracas ou que não possuem uma administração eficiente podem sucumbir mais rapidamente se forem submetidas a cobrança de altas taxas de juros pelos bancos, principalmente para crédito mais urgente, acarretando a entrega de todo o seu lucro ao banqueiro através do pagamento de juros e possivelmente dos ativos valiosos da companhia (HOBSON, 1983).

Assim sendo, para que os bancos possam fornecer este crédito fomentando a expansão da produção urge que seu capital também cresça. Para reunião deste, devem os bancos concederem juros aos depósitos feitos a fim de torná-los atrativos, além de espalharem estabelecimentos para o recolhimento aumentando a eficiência da transferência deste capital. Por outro lado, o banco deve pulverizar o máximo possível a sua carteira de crédito a fim de que seja diminuído o seu risco, além dos retornos dos empréstimos entrarem com maior regularidade. Com a concessão de crédito a mais longo prazo, a relação do banco e da indústria também muda, não interessando somente o momento atual da indústria ou a situação de mercado, mas passa a importar muito mais o futuro da empresa e do mercado. Quanto maior for o crédito, maior será interesse deste a indústria pois este capital transferido aos capitalistas produtores pode ser empregado para investimento na ampliação da produção de duas formas básicas: transformação em capital circulante ou em capital fixo (HILFERDING, 1985).

Enquanto o capital monetário é fornecido para aquisição de capital circulante, este volta da mesma forma monetária ao fim do seu ciclo. Já em relação ao capital transformado em fixo, o dinheiro retorna apenas com o decorrer da produção, gerando longos períodos de rotação, permanecendo o dinheiro preso durante todo este tempo. Assim o banco que depositou o seu capital participa do futuro da empresa enquanto não tiver o retorno do dinheiro investido. Com isso, o banco tem preferência maior sobre o crédito ao comerciante, devido a sua liberdade ser maior que em relação ao empresário industrial. Além disso, a imobilização

mais longa do capital exige um maior capital do próprio banco, para fazer frente aos constantes saques de depósitos (HILFERDING, 1985).

Se para o banco o crédito a longo prazo torna-se um risco, estes possuem meios de controle que o colocam em relação de superioridade em relação à indústria. Além da disponibilidade monetária, tendo por base que os bancos possuem três funções básicas, o encarteiramento de títulos, o crédito de capital e os investimentos, estes passam a ser gestores da indústria. Por meio do crédito de capital, o banco adquire o movimento da conta corrente e através dela pode-se controlar e julgar a empresa industrial tendo o conhecimento de suas vendas regulares que podem significar um bom andamento dos negócios. Assim, por meio destas relações o banco colhe um conhecimento vantajoso sobre a empresa, inclusive quanto a negócios da bolsa (HILFERDING, 1985).

Ainda, com o crescimento da indústria necessitando cada vez mais de crédito, para que o banco consiga atender a demanda de capital, é preciso que estes se concentrem cada vez mais, dando por este aspecto uma superioridade aos grandes bancos nos negócios mais lucrativos, por isso, as técnicas bancárias geram uma tendência de concentração bancária e industrial (HILFERDING, 1985).

Dito isso, pode-se concluir que o crédito se torna cada vez mais vital para o desenvolvimento das atividades empresariais e um instrumento de controle dos banqueiros. Entretanto para que exista realmente este controle por parte dos banqueiros é necessário que este crédito não seja pulverizado em um grande número de casas bancárias, sob pena deste poder não significar dominação. Assim, economias mais maduras tendem a ter uma concentração maior de grande parte do volume de crédito nas mãos de poucos financistas, sejam estas operações financeiras públicas ou privadas, mas que sejam capazes de planejar e executar grandes operações no mercado financeiro, o que não poderia ser feito por pequenos agentes de crédito de uma forma efetiva, eficiente e eficaz (HOBSON, 1983).

Por último, vale lembrar que no processo de acumulação capitalista nenhum truste consegue investir seus lucros em sua própria atividade, o que o leva a fazer fora, geralmente por meio das finanças com a criação de bancos aptos a investirem na formação de novos trustes, o que acarreta, também, a necessidade da conquista de novos mercados para seus produtos daí a expansão imperialista moderna das grandes indústrias e economias (HOBSON, 1983).

Assim, podemos concluir que o inovador só se torna empresário se for previamente um devedor, devido ao que ele quer primeiramente é o crédito, o poder de compra para obter novas combinações de produção,

desta forma o desenvolvimento é em princípio impossível sem o crédito. Portanto, pode-se afirmar que crédito é o poder de compra criado artificialmente pelos bancos ou pelos capitalistas para dotar os empresários dos meios necessários à aquisição e junção dos meios de produção (SCHUMPETER, 1985).

Logo a criação do poder de compra é o elemento essencial que permite ao empresário ter acesso a forças produtivas das quais ele não teria acesso se seguisse a ordem legal de acumulação primária de poupança ou de bens. Isto se constitui na função estrutural do crédito, de quebrar o equilíbrio perfeito do fluxo circular (SCHUMPETER, 1985).

Assim, embora o crédito constituía-se em um elemento desprezível dentro do fluxo circular, haja vista este não possuir brechas entre produtores e meios de produção que atendem uma demanda e uma oferta pré-definida, e pelo fato da maioria das transações se darem a vista, é claro que tal brecha existe quando novos produtos e meios de produção ou novas combinações, são colocados no mercado. Transpor esta brecha é a função do novo capitalista, o banqueiro, que por meio da criação do poder de compra, coloca à disposição dos empresários as novas combinações (SCHUMPETER, 1985).

Em países de capitalismo tardio, como o Brasil, torna-se fundamental a intervenção do Estado como agente financiador de novas companhias ou de expansão das já existentes, haja vista que o mercado de capitais ainda não se mostra suficiente maduro para o financiamento privados de projetos, inexistindo interesses de agentes privados no fomento ao nascimento de novas companhias. Além disso, na segunda função bancária descrita por Hobson, pode-se perceber que as taxas de créditos bancários se mostram caras à medida de a taxa de juros praticadas consumirem grande parte dos lucros advindos da atividade industrial, assim cabe ao Estado subsidiar linhas de créditos com baixas taxas de juros de longos prazos de pagamento para fomentar a criação de novas indústrias.

1.3 PROBLEMAS ECONÔMICOS DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS E SUBDESENVOLVIDOS

Kalecki, ao analisar as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas identificou diferenças entre a produção e a demanda em cada tipo de economia. Segundo o autor o grande problema de uma economia capitalista desenvolvida é adequação da demanda efetiva, haja vista que os equipamentos de capital existentes se equivalem à força produtiva de trabalho disponível e se estas forem utilizadas em sua

plenitude geraria uma renda per capita mais elevada. No entanto, acreditava-se que este processo seria automático, ou seja, tenderia a sempre manter o pleno emprego e que eventual desemprego seria apenas um desvio acidental do processo com uma baixa taxa a ponto de ser desprezada (KALECKI, 1983).

Ocorre que, com a grande depressão de 1930, este automatismo foi revisado. É evidente que a subutilização de recursos pode surgir a qualquer momento, sendo até mesmo, inerente a uma economia capitalista, na qual uma parte dos produtos produzidos serão consumidos pelos trabalhadores, uma outra parte pelos capitalistas e uma terceira parte correspondente a uma parcela dos lucros não será consumida. Se o investimento não for suficiente para absorver esta parcela não consumida, os bens se acumularão na forma de estoques e as empresas obviamente terão que diminuir sua capacidade de produção, nas quais o pleno emprego não será mantido. A queda do nível de emprego gerará a queda da renda nacional e por consequência o declínio do consumo e da poupança. Desta forma, facilmente pode-se perceber a renda nacional é a grande responsável pela demanda efetiva de produtos (KALECKI, 1983).

Uma maneira de contornar os problemas sazonais de demanda e de queda no emprego é a geração de demanda artificial por meio dos gastos governamentais, desde que estes, sejam financiados via empréstimos e não por meio de aumento de impostos, pois desta forma geraria uma redução de renda. Assim, a geração de déficits orçamentários em nível elevado pode garantir o pleno emprego. Este artifício financeiro é o fundamento da política governamental dos países capitalistas desenvolvidos. Entretanto, não necessariamente deve-se utilizar dos gastos governamentais para atingir a demanda adequada para promoção do pleno emprego, se inicialmente o pleno emprego é alcançado pelo déficit orçamentário, as taxações das poupanças feitas a partir do lucro artificialmente produzido serão posteriormente reduzidas ao nível anterior ao investimento governamental. Assim, tanto o déficit orçamentário quanto a taxação dos lucros podem garantir o pleno emprego (KALECKI, 1983).

Entretanto existe uma diferença fundamental entre estes dois meios de geração do pleno emprego. Quando é utilizada a via do déficit orçamentário, os lucros se elevam na mesma proporção da despesa governamental gerando aumento no consumo capitalista e no investimento privado. De outra forma, quando o pleno emprego é gerado ou garantido pela tributação dos lucros, o consumo dos capitalistas e o investimento privado permanecem inalterados por

consequência do impacto dos tributos nos lucros (KALECKI, 1983).

Já no países subdesenvolvidos, segundo Kalecki o problema não reside na demanda efetiva, até mesmo, por ser deficiente. O problema fundamental reside em que embora existam equipamentos de capital, mesmo que totalmente utilizados, eles não são capazes de absorver toda a força de trabalho disponível, o que resulta por consequência uma baixa renda e um padrão de vida inferior para a grande maioria da população. Desta forma, o problema não pode ser resolvido por artifício financeiro ou taxação de poupança, pois não existe produção excedente. O grande problema a ser enfrentado é a baixa capacidade produtiva não representada pela subutilização, mas a falta de equipamento de capital capaz de expandir rapidamente a produção, o que é um problema muito mais difícil de ser solucionado (KALECKI,1983).

Desta forma, o problema fundamental a ser enfrentado pelos países subdesenvolvidos é o aumento no investimento para acelerar a expansão da capacidade produtiva, por consequência aumentando o nível de emprego e de renda e não para gerar demanda efetiva como nos países desenvolvidos. Para isso ocorrer três barreiras devem ser derrubadas: primeiramente enfrentar o baixo investimento privado que não se realiza em uma taxa suficiente, principalmente em países subdesenvolvidos, devendo então o Estado intervir para que se alcance o nível de investimento desejado e suficiente; por segundo, podem não existir recursos físicos suficientes para produzir mais bens de investimento, logo deve-se pôr à disposição os recursos faltantes; em terceiro, após superadas estas dificuldades deve-se adequar a oferta de bens de primeira necessidade, para suprir a demanda gerada pelo aumento da renda, consequência do aumento de empregos (KALECKI,1983).

O investimento básico nas economias subdesenvolvidas deve ser promovido pelo Estado, a quem se dá a confiança na estratégia de desenvolvimento econômico, haja vista a incapacidade da classe média alta em exercer o papel de "empreendedor". A realização desta tarefa do Estado, de intervir na economia promovendo o seu crescimento é algo bem característico de nossa época mesmo em países desenvolvidos. Ainda existe um nível razoável de intervencionismo estatal, mesmo que seja tão somente para prevenir movimentos de queda na atividade econômica (KALECKI,1983).

Assim, todos os países de certa maneira são planejadores do seu desenvolvimento econômico embora cada uma tenha suas próprias características. Os países subdesenvolvidos lutam para aumentar o seu potencial econômico ampliando sua capacidade de produção, geração de

emprego e renda, enquanto os países desenvolvidos lutam para manter a plena utilização da sua capacidade produtiva, garantindo o pleno emprego. Desta forma os países subdesenvolvidos após planejar o seu desenvolvimento econômico proporcionam um grande volume de investimentos no setor público, uma vez que não se pode atribuir somente à iniciativa privada este investimento, com estrutura apropriada. Assim, um capitalismo de Estado dificilmente pode ser evitado por um país subdesenvolvido (KALECKI,1983).

No entanto para que isso ocorra, é necessária à existência de fontes de financiamento e que estas fontes de crédito sejam apropriadas ao investimento quase sempre de longo prazo, desta feita este caminho para a evolução pode encontrar barreiras impostas por países imperialistas. Infelizmente, este problema não pode ser superado por meio da taxação dos lucros, pois como visto anteriormente este meio apenas assegura que os lucros capitalistas não aumentem após a dedução dos impostos, não resultando desta forma do aumento do consumo capitalista (KALECKI,1983).

Se assim fosse feito, poder-se-ia gerar um elevado nível de emprego e conseqüentemente um maior consumo, que, no entanto, geraria uma maior pressão inflacionária sobre os bens de consumo de primeira necessidade principalmente alimentos, que não possuem uma rápida capacidade de expansão da produção, assim embora exista um mais alto nível de emprego, o salário real resultaria inalterado pressionado pela inflação. Este declínio nos salários poderia resultar em um maior nível de investimento, que, no entanto, constituir-se-ia em uma forma bastante injusta de crescimento da economia (KALECKI,1983).

Estes problemas podem ser mais facilmente contornáveis se forem administrados em um plano de longo prazo e não gerados por meio de uma expansão repentina da capacidade produtiva. No longo prazo, pode-se planejar e promover mais adequadamente o aumento da renda nacional juntamente com o aumento da produção de bens de consumo de primeira necessidade agora demandados pelo aumento da renda nacional. Fora deste planejamento, teremos que enfrentar o problema, nas palavras de Kalecki (1983, p.80):

"Afora isso, teremos que enfrentar o problema do aumento gradual da participação do investimento na renda nacional, em contrapartida a um aumento gradual da taxa de crescimento dessa renda. Isso envolve uma redução da participação relativa do

consumo na renda nacional e, para consegui-lo de forma correta, assim como para restringir o consumo de bens não essenciais, é necessário aplicar impostos. Assim, o crescimento gradualmente acelerado da renda nacional será acompanhado do aumento da oferta de bens de primeira necessidade, adequado para evitar pressões inflacionárias; e a participação relativa mais alta do investimento na renda nacional será compensado por uma redução da participação relativa do consumo de bens não essenciais, nessa mesma renda, obtida mediante uma apropriada taxação direta ou indireta dos ricos e abastados”.

Este seria o meio pelo qual se encontraria um caminho equilibrado para o desenvolvimento de uma economia subdesenvolvida. No entanto sua implementação encontraria barreiras políticas; primeiramente por tentar introduzir um planejamento estatal profundo na economia que tentaria regular não somente o volume de produção, mas também a estrutura de seu investimento para só assim se atingir um equilíbrio entre a produção de bens de primeira necessidade, os não essenciais e os de investimento, muito diferentemente que somente regular a plena utilização dos recursos existentes como na economia capitalista desenvolvida; aliado a isto, o governo teria de investir em todos os setores econômicos em que a iniciativa privada não fosse suficiente para promover o investimento adequado, além disso onde houvesse investimento privado o Estado teria que regular o seu volume para que não fosse produzido em nível superior ao planejado. Em seguida, existiria um problema ainda mais difícil de ser superado, muito embora fosse assegurada as condições para o aumento da oferta de bens de primeira necessidade isto não necessariamente resolveria o problema, pois existiriam outras variedades de obstáculos a serem superados que impediram o crescimento a uma taxa mais elevada dos recursos materiais (KALECKI, 1983).

Nas economias subdesenvolvidas as mudanças institucionais a serem promovidas principalmente pela resistência das classes privilegiadas são de resolução muito mais complexa do que a aplicação de um truque financeiro. A própria taxação maior dos ricos para conseguir um investimento maior encontra sérios obstáculos. A arrecadação de tributos encontra diversos empecilhos além da alta taxa de evasão. Geralmente, encontram-se dois tipos de desenvolvimento, com alguns casos intermediários: um desenvolvimento não inflacionário,

mas extremamente neutro; ou outro desenvolvimento extremamente rápido acompanhado de altas taxas de inflação. Por isso mesmo, o exposto acima explica o porquê das tensões políticas existentes nos países subdesenvolvidos, nenhum modelo se mostra de fácil aplicação, ou de agrado de todas às classes sociais (KALECKI,1983).

Basicamente então, a diferença existente para os problemas econômicos dos países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos reside em que o problema econômico dos desenvolvidos consiste na plena utilização dos recursos existentes no qual o capitalismo moderno aprendeu o truque de como fazê-lo, o artifício financeiro. Já nos países subdesenvolvidos os recursos têm que ser produzidos, para isso precisam implementar reformas (KALECKI,1983).

1.4 A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO: O FINANCE E O *FUNDING* DE KEYNES E O SISTEMA FINANCEIROS DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS (BREVE NOTA).

Para que os investimentos que promovem o desenvolvimento sejam realizados, é necessário que as fontes de financiamento, que servem aos empresários, tenham uma estrutura de longo prazo, estejam livres de possíveis flutuações do mercado e da demanda por liquidez. Este conjunto de condições pode ser denominado de Funding (KEYNES, 1982).

Ocorre que, nos países em desenvolvimento muito embora possa existir um sistema financeiro desenvolvido, as condições econômicas postas em cada país podem impedir o desenvolvimento e a formação deste conjunto. Garantindo somente a existência do Finance, que são os recursos colocados à disposição somente no curto prazo, pois estão sujeitos a flutuações especiais próprias, dentro de um fundo rotativo em que os recursos são repostos à medida que os investimentos se concretizam. Desta forma, a circulação do dinheiro está vinculada à ideia do pré-investimento, no qual a poupança exerce pouca influência ou quase nenhuma, haja vista que, o investimento planejado já trataria de garantir sua própria provisão financeira (KEYNES, 1982). Aqui, encontra-se a importância da existência dos bancos, que são os responsáveis por garantir a realização destes projetos de investimento, haja vista possuírem recursos livres em carteira.

O *Finance* por se colocar no curto prazo, fica sujeito a flutuações em sua taxa de juros, à medida que a demanda por liquidez do dinheiro cresce, o que por consequência, afeta as condições do financiamento e da eficiência marginal de um bem de capital- EMgK. Ainda se pôr

ordem especulativa houver uma demanda incomum por moeda, isto pode resultar em uma escassez de recursos para o investimento, uma vez que a taxa de juros determina o volume de investimentos a serem realizados (KEYNES, 1982).

Entretanto, não se pode esquecer que, quando Keynes utilizou-se desta teoria do *finance-funding*, ele tinha em mente o sistema financeiro vigente a época nos Estados Unidos e na Inglaterra, no qual existiam bancos fornecedores do *finance*, que possuíam uma alta liquidez e um mercado de capitais já desenvolvido que fornecia o *Funding*, por meio da alocação, no mercado, de ações e títulos de dívida, por meio de intermediários financeiros, os bancos de investimento. A estrutura existente a época, também garantia a existência de um mercado secundário, em que os títulos de dívidas e ações, pudessem ser livremente negociados e devido a existência de especuladores existia liquidez mesmo para os ativos de mais longo prazo, o que estimulava os poupadores a também comprarem estes títulos (REDIVO, 2012).

Ocorre que, esta estrutura segmentada não estava presente em outros países, o que não impediu a formação do *finance-funding* por outros meios. O modelo alemão por exemplo, como já dito, seguiu a forma de bancos universais, em que as funções de oferecer liquidez e financiamento a longo prazo concentraram-se em uma única instituição financeira, ou seja, forneciam o *finance* e o *funding* (REDIVO, 2012).

No entanto, a história da industrialização dos países desenvolvidos mostra que não existe um sistema financeiro como modelo a ser seguido pelos países em desenvolvimento. Na verdade, as características preexistentes em cada país, é que irá determinar a forma de construção do sistema financeiro. Em virtude disto, Zysman (1983) classificou o sistema financeiro com base no crédito em dois tipos: aqueles controlados por grandes grupos financeiros (modelo alemão) e àqueles controlados por órgãos do governo, ao estilo Francês. A história mostra, que tanto o sistema de financiamento baseado no mercado de capitais, como o sistema bancário tem sido eficiente no apoio ao crescimento econômico.

Entretanto nem sempre o desenvolvimento do sistema financeiro ocorreu conjuntamente com o crescimento econômico. Os países que passaram pelo processo de industrialização posteriormente a Segunda Guerra Mundial, tiveram como suporte financeiro instituições controladas pelos governos, seja na forma de grandes bancos públicos/desenvolvimento ou agência de fomento, que em alguns casos eram parceiros de agentes privados. Gerschenkron, em sua obra “O atraso econômico em perspectiva histórica”, já havia elencado, que o

processo de industrialização dos países atrasados, se dava de forma descontínua e por saltos, por isso a necessidade da intervenção do Estado; por meio de instrumentos públicos de financiamento para dar suporte ao desenvolvimento industrial. Isto porque, nos estágios iniciais do desenvolvimento em que as instituições privadas de crédito não possuem força financeira suficiente para a promoção do desenvolvimento, o sistema econômico baseado em bancos, bancos públicos de desenvolvimento, mostram-se mais eficientes na alocação dos recursos e poupanças existentes para a diminuição das distorções de informações assimétricas (PAULA, 2013).

Assim, pode-se observar ao final deste capítulo, que o processo de industrialização, e de desenvolvimento econômico não possui um caminho único a ser seguido, muito embora os países que já passaram por este processo, alcançando o desenvolvimento econômico possam dar indicações do caminho a ser seguido, isto não garante aos países em processo de desenvolvimento o alcance deste, tendo em vista a existências de diversos outros aspectos que levam o processo a resultados distintos.

2 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO INDUSTRIAL

2.1 ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NO BRASIL

Neste capítulo, será apresentado um breve resumo sobre o processo de industrialização brasileira, indicando seus principais personagens, e aspectos históricos, para a compreensão do tema. Em um segundo momento, será feita uma abordagem deste processo especificamente no Estado de Santa Catarina.

As lideranças políticas que assumiram o governo Federal na década de 1930, buscaram implementar uma política de industrialização com o objetivo de retirá-lo do atraso econômico vivido até a época, em que, a economia brasileira era baseada tão somente no setor agrário. Buscou-se desta forma a implantação de um projeto no qual ao lado de uma agricultura forte, fosse possível implantar e impulsionar um parque industrial forte.

Em 1930, o mundo enfrentava uma grave crise econômica e o liberalismo enfrentava um grande descrédito como política econômica. Para a superação da crise, Keynes defendia a ideia de fortalecimento do Estado como interveniente da ordem econômica constituindo-se em um agente capaz de garantir o pleno emprego e o equilíbrio social, em detrimento da liberdade absoluta do mercado. Aceitando a ideia da intervenção estatal, cada Estado buscou promover a sua superação da crise de forma peculiar, a exemplo do Brasil que na década de 1930 a 1940 vivia uma fase muito difícil que exigia uma ação, uma definição imediata sobre quais rumos o capitalismo brasileiro iria seguir, qual seria o papel do Estado na promoção do desenvolvimento capitalista brasileiro e quais seriam suas fontes de financiamento (FONSECA, 1981).

Sendo o Brasil um país de industrialização tardia, com atraso de 150 anos em relação aos centros mais industrializados, era preciso um plano de ação capaz de colocar o Brasil em um plano mais avançado do capitalismo. Entretanto, isto não se constituía em uma tarefa fácil, haja vista fragilidade da burguesia até então existente. Diante disso era preciso fortalecer o Estado para que este liderasse o processo de industrialização em uma realidade que exigia vultuosos investimentos em infraestrutura e na produção de insumos básicos. Em um momento histórico em que, quase não existia a presença de capitais estrangeiros, o Estado foi obrigado a tutelar a indústria existente protegendo-a da concorrência e em muitas vezes assumindo o risco da atividade empresarial, tornando-se um Estado empresário com a criação de

diversas empresas estatais em setores básicos, proporcionando estímulos e subsídios à indústria privada nascente, garantindo assim a acumulação primitiva do capital. Muito diferentemente do que ocorreu nos países já industrializados em que o desenvolvimento industrial foi capitaneado pela iniciativa privada. Entretanto, o desenvolvimento não pode ser entendido tão somente com sua linha industrializante, vincula-se a um processo maior de formação e consolidação capitalista, no qual o Estado tem papel fundamental na economia de provocar e induzir o desenvolvimento (TAVARES, 1998).

Dentro desta perspectiva e aliada a teoria de Maria de Conceição Tavares, a industrialização não é, simplesmente, a implantação de um setor industrial, que se de fato somente fosse isto, poderia se entender que a industrialização brasileira se deu muito antes de 1930, resultado de uma diversificação do capital cafeeiro, mas sim, como uma “constituição de forças produtivas especificamente capitalistas” capaz de afiançar a acumulação capitalista, o que de fato somente ocorreu com a entrada definitiva do Estado como agente capitalista indutor e fomentador de uma indústria pesada de bens de produção, aliado ao incentivo à instalação de empresas internacionais de produção de bens de consumo capitalista (TAVARES, 1998).

Dentro desta ideologia de pensamento, que tinha como base o Estado forte e indutor do desenvolvimento, um fato importante e que marcou o processo de industrialização brasileiro foi que ele ocorreu por meio da substituição das importações, tão somente até 1950, mais propriamente pela diminuição da capacidade de importação que promoveu um crescimento da indústria nacional até a entrada definitiva do Estado na estrutura industrial a partir de 1950, que se convencionou chamar de Industrialização restringida devido à pouca acumulação interna, devido à baixa entrada de capital estrangeiro novo (TAVARES, 1998).

Nesta senda, pode-se apontar três fases dentro do processo de industrialização brasileiro: o primeiro com a produção de bens de consumo imediato (Bens não duráveis), a segunda à produção de bens de consumo duráveis e a terceira a produção de bens de capital e insumos básicos.

Esta proposta de industrialização era defendida pela CEPAL-Comissão Econômica para Assuntos da América Latina, sendo que nesta reside a origem das ideias desenvolvimentistas. Ao final de meados de 1940 a 1960, foram os economistas ligados a esta instituição, os grandes divulgadores, sistematizadores e em boa parte, implementadores das teses e projetos oficiais mais ligados ao que se convencionou chamar de

Desenvolvimentismo na América Latina e em especial no Brasil (FONSECA, 1981).

Entende-se por desenvolvimentismo: “a política econômica formulada e/ou executada de forma deliberada por governos (nacionais e subnacionais) para através do crescimento da produção e da produtividade sob a liderança do setor industrial transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista” (FONSECA, 2013).

Decompondo-se este conceito, podemos entender como “as políticas meio, fins e institucionais formuladas e executadas conscientemente e intencionalmente pelos governos para reverter uma situação não desejável por meio do crescimento da produção e da produtividade indústria, mostrando-se esta, a chave para a transformação da sociedade, em uma ação consciente dos indivíduos a fim de se incorporar os fins desejáveis, que por último é a superação dos problemas econômicos e sociais, como a baixa produtividade, a concentração de renda, dentro da sociedade capitalista garantidora da propriedade e iniciativa privada.

Para Pedro Fonseca a origem do desenvolvimentismo pode ser encontrada no positivismo - doutrina que dividiu com o liberalismo a visão de mundo das elites brasileiras por largo período (grosso modo, da crise do império a partir de 1870 até 1930, abarcando todo o período da República Velha) tendo grande influência para a Abolição dos Escravos (1888) e a Proclamação da República (1889). Ao contrário dos liberais conservadores que não aceitavam o intervencionismo e propunham ao Estado ficar adstrito às suas funções básicas (justiça e segurança, por exemplo) e limitado aos instrumentos de política econômica em sentido estrito (políticas monetárias e cambial), os positivistas desde logo não admitiam a passividade do Estado. Assim, o positivismo mesmo que se aproximasse do liberalismo em alguns aspectos, como não admitir a gerência direta do Estado na regulamentação das leis trabalhistas, abria uma brecha para certo intervencionismo bem maior que os costumeiramente admitidos pelos liberais. Na verdade, mesmos estes apelavam frequentemente ao Estado diante de certas circunstâncias “práticas”, como por exemplo a defesa do café (FONSECA, 1981).

O positivismo, assim mais que a origem do desenvolvimentismo, permearia todo o processo político de desenvolvimento capitalista no Brasil. No campo específico da economia, entretanto, apesar de parecer mais comprometido com a ideia de que a agenda estatal deveria ser ampliada frente às novas exigências, pelo menos se comparado ao

liberalismo, o positivismo assumia em seu corpo ideológico outros aspectos que limitariam na prática a intervenção estatal em defesa da moralização e do orçamento equilibrado. Como instituição mais evoluída da sociedade, o Estado deveria dar exemplo não gastando demasiadamente, recorrendo ao mínimo a empréstimos e seguindo à risca as normas das finanças sadias. Ao contrair déficit ou recorrer a empréstimos, o Estado dava mal exemplo ao gastar o que não era seu. E ao priorizar determinados setores, regiões ou classes, feria seu princípio de Estado Neutro; em tese não haveria por que dar crédito à indústria, por exemplo, sem que o mesmo montante fosse atendido aos anseios da agricultura (FONSECA, 1981).

A ascensão de Vargas ao Governo do Rio Grande do Sul marcaria o fim da rigidez positivista até então praticada por Borges de Medeiros, em três questões centrais: o equilíbrio orçamentário, o crédito e empréstimos externo. O saneamento financeiro como objetivo primordial do governo cederia espaço, mesmo que timidamente, a proposta de que a tarefa do Estado era promover o desenvolvimento econômico, na verdade, ambos conviveram por longo tempo no mesmo discurso. E a apologia do crédito, como na citação abaixo, vale a pena ser mencionada pois atesta a mudança essencial das concepções de parte dos homens públicos da época, abandonando o dogmatismo positivista.

“Grandes capitais, de que dispõe os fazendeiros e agricultores, precisam ser mobilizados, através de institutos de crédito e amparados contra flutuações dos mercados consumidores; porém devemos organizar no trabalho um fator indispensável da produção que é a riqueza do dinheiro sem trabalho, sem aparelhamento econômico de nada vale (CORREIO DO POVO, p.2).

Como imposição da própria necessidade, surgiu um elemento imaterial destinado a atingir os limites da flexibilidade que é o crédito. Este se expressa por um estado de confiança e segurança econômica.

“A relação mercantil, diz um financista moderno, criou a operação sem dinheiro pela simples promessa de pagamento, que, por sua vez, se converte em riqueza, estimulando o trabalho e se transmutando em novos valores. A estabilização realizada pelo governo atual constitui um importante fator para a criação deste instituto de

crédito. Em se tratando de letras pagáveis, em ouro, a oscilação cambial traria, no caso de alta, a desvalorização das propriedades hipotecadas e, no caso de baixa, a diminuição do ativo do banco para elevação dos preços do resgate” (CORREIO DO POVO, p.2).

A partir de 1930, com a ascensão de Vargas ao Governo Federal, o desenvolvimentismo gradualmente passou a tomar vulto a nível nacional. O Estado Novo consagraria definitivamente que a tarefa principal do Estado era vencer as barreiras ao desenvolvimento capitalista. A própria constituição outorgada ampliou as tarefas do poder executivo a quem caberia coordenar, planejar, incentivar e estabelecer as regras do desenvolvimento nacional. Toda esta face do Estado Novo pode ser mostrada na proposta de criação do Conselho de Economia Nacional, dividido em cinco seções: indústria, agricultura, comércio, transportes e crédito. Esta última ao consagrar o crédito em seção própria demonstra a preocupação quanto a sua racionalização e seu incremento. A concessão de crédito oficial até então praticamente restringia-se a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, criada em 1937, que começou a agir, de forma cautelosa, concretizando operações somente em 1938. A esta nova carteira de crédito, era dada a competência para financiar a criação de novas indústrias e ampliação das já existentes, concedendo empréstimos com prazos de até dez anos com juros “módicos”. Efetivaram-se no ano de 1938, financiamentos a fruticulturas, feijão, milho, financiamento para aquisição de matérias primas, aperfeiçoamento de aparelhagem e obras de irrigação de núcleos agroindustriais, sempre com cuidado para que a carteira não interferisse negativamente no patrimônio do Banco. Este cuidado interferiu até mesmo na carteira de redescontos (BIANCHI, 1988).

O Estado Novo consagraria a ideia segundo a qual desenvolvimento econômico significa industrialização acelerada. A proposta em si do projeto ideológico, não excluía de imediato os trabalhadores, uma vez que a distribuição de riquezas, entendia-se, viria como consequência do crescimento e da modernização; assim, construía-se uma ideologia segundo a qual a melhoria dos índices sociais decorreria do desenvolvimento, de imediato lucrariam os industriais, mas a consequência seria o melhor nível de vida da população inteira. O fenômeno é mais complexo, conquanto exigia respaldos mais palpáveis que simples promessas: em parte, a

solidificação de tal aliança deu-se pela política de reajuste do salário mínimo, a exceção de Dutra que manteve o seu valor nominal entre 1943-1952, trazendo assim o desenvolvimentismo e reduzindo este a acumulação de capital (BIANCHI, 1988).

A volta de Vargas ao Poder, em 1951, faria retornar a cena, com mais força e nitidez, as grandes questões que diziam respeito a formação e consolidação do capitalismo brasileiro, tornando-se um marco do desenvolvimentismo no Brasil. Em primeiro lugar pela formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos na qual técnicos brasileiros e Norte Americanos elaboraram um diagnóstico da economia brasileira e propuseram quarenta e um projetos específicos de desenvolvimento. O diagnóstico detectava pontos de estrangulamento e definia como prioritários os investimentos em infraestrutura. Para tanto o Banco Mundial deveria entrar com um financiamento de 500 milhões de dólares e para a execução dos projetos criou-se o BNDE- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1952. Entretanto devido a eleição do republicano Eisenhower a presidência dos Estados Unidos, apenas 63 milhões de dólares foram recebidos, para projetos determinados pelos americanos. De qualquer forma, a comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o BNDE e mais tarde o grupo BNDE e a CEPAL marcaram experiências pioneiras de planejamento e financiamento de longo prazo no Brasil, criaram órgãos e prepararam a máquina pública para todas as experiências posteriores, inclusive o Plano de Metas a quem deve parte de seu sucesso. Em segundo lugar, o período 1951-1954 trouxe a cena de forma bastante extremada as duas faces da ideologia populista: a desenvolvimentista, procurando incentivar a industrialização e a modernização agrícola e a trabalhista pois traziam a pretensão de inserir os trabalhadores na sociedade capitalista em construção. Em terceiro lugar, trouxe a cena explicitamente a proposta que expressaria a maturidade do desenvolvimentismo; a industrialização deveria ser aprofundada com a produção de insumos básicos, bens intermediários e de capital, com o que se deveria criar uma capacidade produtiva além da demanda previamente existente (PAIVA, 2012).

O governo JK representa ao mesmo tempo continuidade e ruptura em relação a proposta desenvolvimentista de Vargas. Continuidade, no sentido de que realizou um programa de inversões de vulto em infraestrutura de serviços de energia e de transportes e nos segmentos fundamentais da indústria pesada, que foi capaz de promover um salto no processo de industrialização, o qual implicaria uma expansão no Departamento I sem precedentes. Entretanto este se deu com a

diversificação de bens de consumo que deve ser entendida como bens de consumo para alta renda, ou consumo capitalista e em bens de consumo para trabalhadores (FONSECA, 1981).

Para alavancar o processo de industrialização JK implantou a administração paralela que seria a grande responsável pela implantação das políticas desenvolvimentista da política econômica defendida no Plano de Metas, destinada a dinamizar a economia e elevar a um novo patamar quantitativo e qualitativo. Entre os órgãos existentes estavam A Carteira de Comércio Exterior (Cacex) e a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), órgãos pertencentes ao Banco do Brasil destinados a cuidar do comércio exterior, importações e exportações e pela política de moeda e de crédito. Aliado a este, o BNDE, como banco de fomento, tinha a incumbência de financiar projetos de expansão na área econômica e de infraestrutura. Como resultados destas políticas, teve-se o aumento de 100% na produção das indústrias de aço, 125% nas indústrias mecânicas, 380 % nas elétricas e de comunicações e incríveis 600% nas indústrias de equipamentos de transporte (CARNEIRO,2002).

Este salto, sobretudo, deveu-se pela instalação de indústrias estrangeiras no país, que deram um salto no investimento direto. No entanto, deve atentar que grande parte deste investimento estrangeiro fora financiada pela própria poupança interna, carregada através de fundos de investimentos, venda de ações, ou financiamento direto por parte do poder público. Para se ter uma ideia, o BNDE concedeu mais empréstimos à indústria estrangeira (6,9 bilhões de cruzeiros), que à indústria Nacional (6,5 bilhões de cruzeiros), não quando muitas vezes as subsidiárias instaladas no Brasil faziam empréstimos junto as matrizes, o que acarretava a estas o controle da produção de bens de capital, a tecnologia e o financiamento internacional, o que acarretou um tratamento desigual às industriais nacionais, impedindo estas de conseguirem competir no mercado internacional principalmente em ramos altamente tecnológicos, o que acabou se tornando um fator determinante do mundo pós-guerra (CARNEIRO,2002).

Se Vargas e JK aproximaram-se formalmente ao pretenderem executar um projeto que avançasse para os bens de capital diferem quanto ao padrão de acumulação. O padrão de Vargas estava mais próximo ao padrão d1-d3 enquanto o de JK d1-d2 no qual cada um deles supunha arranjos próprios, políticas monetárias, cambiais e fiscais diversas e sobretudo correlação de forças políticas diferentes. O padrão d1-d3 implicaria em um fortalecimento do mercado interno com nível tecnológico semelhante ao vigente, mas com mercado mais amplo, assegurado pela distribuição de renda. Já o padra d1-d2 exigiria

concentração maior de renda e maior dinamismo tecnológico, assentarse-ia na grande empresa, privado ou do Estado, de propriedade nacional ou estrangeira. Se, deste ponto de vista os projetos se excluem, não há como negar que a solução de JK era mais “natural” (no sentido histórico) já que representava a continuidade da excelência e da concentração pessoal e regional de renda: de fato, a respeito da retórica e da ascensão do movimento de massas, o Brasil passou por todo o período populista sem alterar sua distribuição de renda ou mais que isso, sem qualquer plano explícito para modificá-la (FONSECA, 1981).

Prova disso, são as fontes de financiamento utilizados por JK. Como a implantação do Plano de Metas exigia recursos superiores aos disponíveis pelo país à época, o então presidente decidiu utilizar dentre as possíveis possibilidades de arrecadação de recursos os meios mais fáceis, a obtenção de recursos externos e as emissões inflacionárias, haja vista serem muito mais simples do que a implantação do aumento das exportações, o que traria um aumento da poupança externa ou aumento da arrecadação através de aumento de tributos ou o aumento do investimento por parte de empresas estrangeiras. A inflação constituiu-se em um dos meios pelos quais os países em desenvolvimento se utilizaram para acelerar o crescimento, principalmente na fase inicial do processo de industrialização. Acreditava-se seguindo a linha de pensamento econômico cepalino, que aceleração do crescimento só seria possível se acompanhada de uma inflação “administrada”. Deixando de lado as consequências da inflação como perda salarial, desequilíbrios sociais, desestímulo a poupança etc... (FONSECA, 1981).

Desta forma seguiram os planos PAEG e PED, que colocaram a margem as questões salariais, distribuição de renda e parte-se para profundas reformas no setor financeiro, que de certo modo, significaram seu aparecimento. A criação do Banco Central, ativação das Bolsas de Valores, a criação de fundos (como FINAME e FIPEME), a criação de novas instituições financeiras que compõe o Sistema Financeiro de Habitação, os bancos de investimento, Bancos Estaduais e Regionais de Investimentos, que atuavam também com os bancos comerciais (que passaram um processo de fusões e incorporações) vieram a superar um dos problemas crônicos que marcaram a experiência do desenvolvimento brasileiro até então: há inexistência de mercado financeiro capaz de agilizar o crédito e repassá-lo de forma direta e a baixo custo a setores prioritários. Isto porque, até metade dos anos 60, o sistema financeiro nacional mostrava-se inadequado, sendo um dos problemas a serem enfrentados para a alavancagem do sistema industrial, pois limitava-se a oferecer linhas de crédito a curto prazo e não

ofereciam alternativas não inflacionárias para a expansão do crédito, haja vista estarem muito concentradas na mobilização da poupança forçada e entrada de recursos do exterior (SUZIGAN,1974).

A criação da ORTN e da correção monetária, juntamente com a reforma tributária (substituição do IVC pelo ICM, a nova legislação para o imposto de renda- o qual praticamente significou sua criação) e a centralização tributária maior a nível federal, implicaram em dotar o governo federal de recursos e instrumentos capazes de ampliar sua atuação no financiamento a acumulação. Além disso cabe ressaltar a entrada de capitais estrangeiros e certas facilidades antes inexistentes no que tange ao financiamento da dívida externa. A fase conhecida como “Milagre” (1968-1973) foi o auge deste tipo de experiência de desenvolvimento; este significava o crescimento e taxas jamais vistas (SUZIGAN,1974).

O II PND, do período Geisel, foi a última experiência desenvolvimentista no Brasil, no século XX, capaz de propor um projeto de longo prazo a economia brasileira que viria reafirmar a confiança oficial no desenvolvimentismo de forma mais complexa que os planos anteriores, ainda, incorporaria preocupações com os indicadores sociais, admitindo a gravidade da concentração de renda e elegendo projetos de infraestrutura regionais. O II PND teve como fundamento o ajuste da economia com base no padrão de financiamento, ainda com base no endividamento externo, no plano doméstico de poupança compulsória e das instituições públicas de crédito, no qual o Estado Brasileiro foi protagonista fornecendo crédito a longo prazo graças a reformas de 1964-1966, em que as poupanças compulsórias administradas pelo BNH- Banco Nacional de Habitação, BNDES- Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e pelo Banco do Brasil-BB, proporcionaram linhas de crédito a longo prazo com reduzidas taxas de juros o que favoreceu a acumulação de capital. O Estado Brasileiro, ainda promoveu, uma ampliação nas facilidades para as grandes empresas obterem empréstimos diretamente do exterior ou por repasses bancários, executou uma política pública para montagem de novos setores produtivos e a sustentação de outros por meio de subsídios fiscais e creditícios, atuando, desta forma, direta e indiretamente nos projetos de indústrias de base, além de intervir em setores intermediários via empresas públicas. No campo da indústria pesada autuou ativamente por meio de financiamentos realizados pelos BNDES ao setor privado em especial aos bens de capital. Neste período os empréstimos eram concedidos a taxa de 40% da correção monetária vigente, que diante da aceleração inflacionária, constituíram-se em verdadeiras doações de

capital, haja vista que os recursos do PIS/Pasep se constituíam no principal funding do BNDES, e que eram remunerados pela correção monetária mais 3%. (CARNEIRO, 2002).

Dentre os diversos fundos criados ou remodelados para atender as demandas do desenvolvimento sem considerar os bancos regionais e estaduais de desenvolvimento estão:1) No Banco Nacional de Desenvolvimento; o FRE destinando ao financiamento em infraestrutura (energia e transportes, e siderurgia passou a atender todos os ramos industriais, o FIPEME, FUNDEPRO, FINAME e FUNGIRO. 2) No Banco do Brasil; FINEX, FDI, FIRUM, FAD, FUNDIPRA e PASEP. 3) No Banco Central do Brasil o FUNDECE e FIBEP.4) No Banco Nacional de Habitação o REINVEST (SUZIGAN,1974).

Por outro lado, o setor bancário privado nacional, restringiu-se a participar deste processo de ampliação do crédito, limitando-se a repassar recursos oriundos do Estado ou de empréstimos externos, desobrigando-se a constituírem *fundings* para empréstimos de longo prazo, de certa forma para não se exporem aos riscos dos financiamentos do crescimento o que evidenciou a fraqueza de desenvolvimento financeiro do país e sua capacidade de promoção do desenvolvimento econômico nacional (CARNEIRO, 2002).

Neste período elegeu-se o setor da construção civil como setor prioritário para gerar emprego ao trabalho não qualificado. Ainda se impediu a continuação da queda do salário mínimo real revertendo a tendência descensional até elevando-o, embora em porcentagem incapaz de fazê-lo retornar a média histórica, independente do período base (CARNEIRO,2002).

Depois de décadas de intervenção na economia, conduzindo e promovendo o processo de industrialização brasileiro, na década de 1980 o Estado Brasileiro estava esgotado, sendo o período marcado pela hiperinflação e pela declaração da moratória em 1987. Devido aos seguidos fracassos de planos econômicos e ao controle da inflação, o sistema bancário passa a obter lucros por meio da inflação deixando ainda mais de lado os financiamentos a longo prazo (BARKER, 1990).

Esta década, ainda foi marcada, por diversas intervenções em bancos estaduais e de desenvolvimento, que buscaram seu próprio saneamento financeiro. O próprio Estado passou a ser mais enxuto e menos ativo na economia.

Na década de 1990, sob forte influência das consequências da crise da anterior, que impediu o Estado de continuar os investimentos em infraestrutura necessários ao crescimento industrial, pode-se observar um estrangulamento da economia brasileira, que reduziu

drasticamente a competitividade da indústria devido à falta de uma infraestrutura eficiente e com custos competitivos. Dentro deste contexto, deixa-se de lado as políticas desenvolvimentistas (políticas industriais verticais-direcionadas a determinados setores da economia) e passa-se a adotar princípios neoliberais, com diminuição da participação do Estado, privatização de empresas estatais, liberação do câmbio, regimes de controle fiscal dentre outros, que buscaram controlar a inflação, promover a estabilidade econômica, com o objetivo final de reestabelecer a competitividade da economia brasileira a nível mundial (COUTINHO, 2002).

A incapacidade financeira do Estado para investir, refletiu diretamente nas empresas estatais, que culminou, em 1990, com o Programa Nacional de Desestatização, que promoveu a venda de empresas estatais ligadas aos setores de telecomunicações, petroquímico, siderúrgico e de energia elétrica. Os recursos obtidos com as privatizações ajudaram no processo de ajuste fiscal (COUTINHO, 1998).

Entretanto, o fato marcante para a economia brasileira na década de 1990, foi o lançamento do Plano Real, em 1994, que aliado a outras medidas trouxe a estabilidade econômica para o país, embora em um primeiro momento, devido a sobrevalorização do Real frente ao dólar, tenha acarretado a perda da competitividade da indústria nacional (COUTINHO, 1998).

Já nos anos 2000, o ano de 2003 ficou marcado pela posse de Luiz Inácio Lula da Silva no cargo de Presidente da República e com ele a volta da intervenção do Estado nas atividades econômicas. Pode-se perceber a volta de políticas desenvolvimentistas, por meio da retomada de programas do Estado, o que veio a ser chamada de Novo-Desenvolvimentismo. Segundo Bresser-Pereira, o desenvolvimentismo está associado a uma estratégia nacional de desenvolvimento e apesar do Estado voltar a influenciar no ambiente econômico, esta nova fase, possui algumas diferenças frente ao antigo desenvolvimentismo. O novo discurso seria marcado não pelo desenvolvimentismo populista, nem pelos pressupostos liberais, mas sim pelo viés, que o autor chamou de “terceiro discurso”, em que o consenso entre os diferentes atores sociais, estivesse aliado ao fortalecimento do Estado enquanto articulador e a empresa privada como produtora e competidora no mercado externo. Segundo o autor, o Novo Desenvolvimentismo é influenciado por um novo contexto histórico marcado pela globalização, em que, o Estado teria uma participação menor, que no antigo desenvolvimentismo, aliado a uma maior participação do mercado (BRESSER-PEREIRA, 2007).

O novo período desenvolvimentista, ficaria marcado pela

implantação de cinco novos programas: a PITCE- Política Industrial, Tecnologia e Comércio Exterior, os Programas de Aceleração do Crescimento I e II- PAC I e PAC II, pela Política de Desenvolvimento Produtivo- PDP, pelo Plano de Sustentação dos Investimentos- PSI e o Plano Brasil Maior-PBM (BRESSER-PEREIRA, 2007).

Segundo Cano e Silva, o plano de Política Industrial, Tecnologia e de Comércio Exterior- PITCE era formado por 57 medidas e 11 programas, baseado em três linhas, uma destinada a promover a competitividade internacional da indústria nacional, outra destinada a promover setores em potencial, como biocombustíveis e uma terceira destinada a indústria de softwares e semicondutores. Embora os resultados do plano tenham sido fracos, um fato positivo foi a reintrodução no Estado, de políticas industriais e tecnológicas (2010).

Em 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento PAC, que tinha como objetivo elevar as taxas de crescimento econômico por meio do investimento em infraestrutura e o estímulo ao financiamento e ao crédito, além de outras medidas, como a desoneração tributária. Em sua primeira fase o PAC visava investir R\$503,9 bilhões em setores como: transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Já o PAC II, entre 2011 e 2014, visava o investimento de R\$955 bilhões, e tinha como prioridades o investimento em ferrovias, rodovias, hidrovias, aeroportos, geração e transmissão de energia, petróleo e gás natural. Contemplava ainda, investimento em unidades básicas de saúde e pronto atendimento, creches e pré-escolas, financiamento habitacionais dentre outros (BNDES, 2011).

Já o PDP, lançado em 2008, contemplava 24 setores econômicos, que promoveriam o investimento para o aumento da capacidade produtiva, além da inovação para o aumento da competitividade, visando um longo período de crescimento industrial. Os três grupos de programas, buscavam consolidar e promover a liderança, fortalecer a competitividade e fortalecimento de setores estratégicos. O Programa recebeu apoio financeiro do BNDES, além de outras medidas na área fiscal e tributária. O PDP funcionou até o ano de 2008, quando foi afetado pela crise (BNDES, 2011).

No ano de 2009, por conta dos reflexos da crise econômica mundial de 2008, o governo federal lançou o PSI, programa baseado em linhas de crédito com taxas de juros mais baixos, alongamento dos prazos de pagamento e ampliação de prazos de carência. O PSI funcionou até 2011, ano em que as taxas de juros para o setor industrial tiveram um aumento, aliado a baixa nos recursos liberados pelo BNDES (BNDES, 2011).

Em 2011, já no Governo Dilma Rousseff, foi lançado o Programa Brasil Maior (PBM), que contemplava 35 medidas a serem implementadas no período de 2011-2014, que refletiam uma continuidade das políticas industriais anteriores. Este possuía cinco diretrizes: o fortalecimento das cadeias produtivas para o aumento da competitividade das empresas nacionais no mercado interno, a criação e ampliação de empresas nacionais com conteúdo tecnológico, o desenvolvimento de cadeias produtivas de energia, diversificação das exportações e consolidação da utilização de tecnologia em setores que utilizam recursos naturais. Neste programa o BNDES foi um dos responsáveis pela execução do programa, por meio de linhas de crédito como BNDES Pro caminhoneiro, BNDES limite de crédito, BNDES petróleo e gás, BNDES Revitaliza, BNDES Finame Componentes, BNDES PSI, entre outros (BNDES, 2011).

Isto posto, após a crise do neoliberalismo e constatado a impossibilidade de crescimento sem a participação do Estado para a superação do atraso econômico, pode-se apontar duas correntes desenvolvimentistas no atual cenário econômico brasileiro; a primeira o Desenvolvimentismo Exportador do setor privado e a segunda o Desenvolvimentismo Distributivo orientado pelo Estado. A primeira corrente nunca encontrou suporte político para sua implementação, haja vista a implementação de políticas públicas, nos últimos anos, voltadas a redistribuição (segunda corrente) que induzem o crescimento e fortalecimento do mercado interno, por meio do dinamismo do mercado interno, aliado a valorização dos salários e a distribuição de renda, principalmente por programas como o Bolsa Família, com renda mensal per capita inferior a R\$70. Esta corrente possui o Estado como agente central da execução da política de distribuição de renda e orientação de investimentos, tendo como principais políticas públicas, além da elevação dos salários, a ampliação dos gastos sociais, o fortalecimento de empresas estrategicamente escolhidas de acordo com sua capacidade de ampliação industrial para todo o seu setor, além de políticas desempenhadas pelos bancos de desenvolvimento Estatais (BASTOS, 2012).

Torna-se menos provável, também, a implementação da corrente exportadora afim de se preservar as cadeias produtivas locais pois no Brasil as indústrias de transformação sempre se orientaram e interessaram mais pelo mercador interno e regional do que buscaram nichos para a exportação. As filiais estrangeiras, a exemplo, passaram a importar mais bens de produção aumentando as importações e agravando a crise econômica. Tamanho era o problema que o Governo

Dilma exigiu como contrapartida para o acesso a subsídios fiscais a inserção de conteúdo nacional. A par disso, pode-se apontar a redefinição internacional do trabalho como uma barreira a política proposta pela corrente exportadora haja vista a influência das divisões no interior das corporações transnacionais no investimento interno que fica condicionada a taxas de câmbio e a capacidade ociosa dos países em que estão localizadas as matrizes e grande parte da concentração da produção mundial dos bens de maior valor agregado, o que se leva a concluir, que é muito pouco provável a promoção do crescimento baseado em exportações (BASTOS, 2012).

Assim, tendo em vista as circunstâncias apresentadas parecem mais realistas as propostas de Desenvolvimento Distributivas orientadas pelo Estado cuja base da proposta encontra-se na ampliação, integração e diversificação do mercado interno, como impulso ao investimento lastreado em uma política seletiva de defesa comercial (BASTOS, 2012).

2.2 ORIGENS DO CRESCIMENTO INDUSTRIAL E DO FINANCIAMENTO PÚBLICO EM SANTA CATARINA.

Como já relatado acima, partir de 1930, a economia brasileira passou a sustentar altas taxas de crescimento lideradas pelo setor industrial. Tais taxas sofreram uma desaceleração durante a II guerra mundial, mas após esta, e novamente sob o impacto do setor industrial alcançariam patamares superiores a 5%. Muito embora não existam dados regionais pode-se considerar que a região sul teria acompanhado este processo de crescimento, em termos quantitativos, embora os três Estados do Sul tenham se inserido no processo de industrialização com relativo atraso tecnológico, principalmente se comparado do eixo Rio-São Paulo. Em linhas gerais, até meados dos anos 60, a problemática deve ser mais entendida em termos qualitativos do que quantitativos haja vista que provavelmente não foi a magnitude das taxas de crescimento verificadas nesse período o principal determinante do que, mais tarde, alarmou políticos e técnicos locais conscientes e preocupados com as desigualdades regionais, que aumentavam em decorrência das ideias de JK, segundo o qual que era possível a criação de centro dinâmico único- São Paulo, do qual irradiar-se-ia progressivamente à industrialização (FONSECA, 1981).

Neste período o governo Federal canalizou a maioria de seus investimentos em energia, transporte, infraestrutura e a instalação de indústrias nacionais e estrangeiras por meio de empréstimos concedidos pelo BNDE. Em decorrência desta política os demais Estados como

Minas Gerais, Rio de Janeiro e principalmente o Rio Grande do Sul foram perdendo espaço dentro do produto industrial do país, tanto que em 1907 São Paulo detinha 16,5% da produção industrial e o Rio Grande do Sul 14,9 %, já na década de 80 São Paulo já possuía 60% de toda a produção e o Rio Grande do Sul apenas 5,5% (ALVES FILHO, 1997).

Esta consciência manifesta do aprofundamento das desigualdades regionais, desde o Plano de Metas, fez o Estados do Sul adotarem ideais desenvolvimentistas para conter o aprofundamento das desigualdades pois estes não acreditavam em um centro irradiador do progresso. Em Santa Catarina, pode-se afirmar que a experiência inicial da implantação das ideais desenvolvimentistas se deu em 1955, quando no dia 4 de setembro fora aprovado na Assembleia Legislativa do Estado pela lei nº 1.365 Plano de Obras e Equipamentos (POE) de 1955 (Governo Irineu Bornhausen), o qual previa o plano de investimento a ser realizado nos anos de 1956 a 1965, elencando os setores estratégicos para o desenvolvimento, como investimentos e obras prioritárias nos setores de, estradas, energia, agricultura, educação e saúde. O programa seria financiado com recursos locais, pelo que em março de 1955, encaminhou-se projeto de lei à Assembleia Legislativa no qual se solicitava aumento de 20% no IVC (Imposto de vendas e consignações) pelo prazo de 10 anos. Quanto a aplicação previa-se 45% do montante destinado a estradas de rodagem, 35% em energia elétrica, 10% em agricultura e outros 10 % em educação e saúde (GOULARTI FILHO, 2016).

Para sua execução o POE previa a criação de empresas de economia mista com participação majoritária do Estado nas ações e o estabelecimento de uma Comissão Executiva composta pelo governador do Estado, secretários de Estado, presidentes e diretores de estatais e departamentos do setor público voltadas à área econômica, bem como de representantes do empresariado. Apesar das possíveis críticas ao POE no que tange aos problemas de sua execução e a viabilidade de alcançar suas metas, não resta dúvida que se trata de um instrumento fundamental para evidenciar a preocupação das elites catarinenses quanto a perspectiva do desenvolvimento econômico, consciência esta, manifestada com mais nitidez com o PLAMEG, do Governo Celso Ramos, de 1961 a 1965.Com o POE criou-se no Estado a noção de planejamento, priorizando ações pré-determinadas, tendo em vista a baixa disponibilidade de recursos, desde esta época os planos de governos tornaram-se indispensáveis para as candidaturas futuras ao governo do Estado (ALVES FILHO, 1997).

Em seu plano de Governo, Celso Ramos, desde a campanha eleitoral, havia centrado seus discursos e pronunciamentos na questão do desenvolvimento econômico. Havia concepção manifesta de que o Plano de Metas de JK em vez de irradiar o desenvolvimento para as diversas regiões do país colaborava para torna-se mais concentrado espacialmente. A proposta daí decorrente consubstanciava-se na necessidade de incrementar o planejamento regional, uma vez que a prática demonstrava que o crescimento não era decorrência dos impulsos do centro dinâmico nacional. Entre estes, destacava-se a concepção de que as questões relativas ao desenvolvimento econômico não poderiam nem deveriam ficar restritas ao governo federal cabendo, portanto, aos governos locais ampla tarefa no que tangia a formulação de metas e execução de programas (ALVES FILHO, 1997).

Com a eleição de Celso Ramos o desenvolvimento catarinense, nesses anos, assumiu caráter industrializante. Antes de assumir o governo este fora presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, na qual realizou um seminário socioeconômico, cujos resultados evidenciavam a necessidade de melhor conhecer a economia estadual, e já evidenciavam condições para um desenvolvimento econômico. (GOULARTI FILHO, 2016)

Assumindo o governo, criaram-se seis fundos com o fito de assegurar o alcance das metas: fundo estadual de educação, de aparelhamento da justiça e da segurança pública, de assistência aos municípios, de obras e equipamentos, de saúde pública e de desenvolvimento agropecuário e Industrial. A maior parte desses fundos contou com verbas de impostos em porcentagens estabelecidas em lei, além das provenientes de taxas e contribuições de melhoria. Mas a realização de empreendimentos do vulto proposto pelo PLAMEG exigia muito mais que a realocação ou aumento dos tributos; a questão do financiamento, assim, passou a ser a mais debatida quando de sua execução. No bojo deste debate, foi criado em 1961, o Banco de Desenvolvimento do Estado- BDE, o qual começaria a captar boa parte da receita tributária estadual e que nasceria com a função de agência de fomento dotada de recursos públicos aptos a financiar projetos e programas de interesse estadual a médio e longo prazo com taxa de juros inferiores as praticadas pelo mercado (GOULARTI FILHO, 2016).

Importante frisar, que a ideia de um banco do Estado remonta a um período muito anterior, aos anos de 1937/1938, quando o então governador do Estado Nereu Ramos, propôs a ideia de criação de um banco oficial que apesar de aprovado pelo conselho de administração do Estado, não foi implementado por falta de recursos para viabilizar o

banco e talvez por falta de vontade política nos anos posteriores. Naquela época, o Estado sofria com a diminuta existência de estabelecimentos bancários e de crédito, que só contavam com o Banco Nacional do Comércio instalado em 1911, com o Banco do Brasil em 1916 que, no entanto, limitavam-se as transações envolvendo serviços públicos, a Caixa Agrícola de Blumenau e o Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina- INCO, instalados em 1937 e fundidos nos anos posteriores. Contava ainda com o Banco Sul do Brasil, que embora tivesse sido criado no Rio de Janeiro, teve sua sede transferida para Blumenau em 1948, por determinação de seu controlador Henrique Lage e a fim de atender interesses empresariais e políticos locais (ALVES FILHO, 1997).

Tamanha era importância da criação do Banco Oficial, que em seu plano de governo, Celso Ramos, em seu item 3.4 já explicitava a necessidade de criação de um banco de Investimento.

“3.4- BANCO DE INVESTIMENTOS

O Banco de investimentos nos tem a figura de espinha dorsal de todo o conjunto de nossa programação.

Vencer a Inércia em que nos encontramos pela carência total de investimentos volumosos em setores básicos do desenvolvimento econômico vai exigir a presença de uma entidade de feição novo, de características precisas e de recursos avultados.

Este instrumento nós o denominamos provisoriamente de Banco de Investimento.

Em linhas Gerais este Banco será uma organização não comercial, cuja administração deverá caber aos grupos organizados da indústria, do comércio, da agricultura, do trabalho e do governo.

Acrescento ainda que o banco poderá ampliar pela via creditícia os próprios recursos, por isso que temos a intenção de transformá-lo numa entidade conjugada ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, as Carteiras Especializados do Banco do Brasil, e porque, não dizê-lo, ao próprio Banco Inter-Americano, que agora se projeta sob a inspiração benfazeja do eminente presidente Juscelino Kubitschek.”(apud, ALVES FILHO,1997, p.18)

Assim, em 27 de maio de 1961 foi sancionada a lei 2.719 que criava o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina o qual, com recursos federais ou próprios, deveria financiar a produção industrial e agrícola a médio e longo prazo. Ao lado deste ato, outro conjunto de medidas, com marcado sentido desenvolvimentista e industrializante, ganharia ainda mais realce. É dentro deste contexto que nos três Estados do Sul fundam secretarias ou gabinetes de planejamento e bancos estaduais e/ou de desenvolvimento, assim como órgãos especializados na esfera dos executivos estaduais voltados a setores específicos da economia. É também, dentro deste contexto que surge e se concretiza a ideia de fundar um banco regional de fomento às atividades produtivas da região- o Futuro BRDE (FONSECA, 1981).

Pode-se destacar, ao final deste capítulo, que o processo de industrialização brasileiro, não foi uniformemente tratado pelo governo central, em relação a todos os Estados da Federação, pode-se afirmar que, em especial, no Estado de Santa Catarina, o processo de industrialização se deu em grande parte, como um movimento concentracionista no Estado de São Paulo que fora privilegiado pelas políticas implementadas por JK.

3 BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

3.1 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, serão abordados os diversos conceitos e formas de atuação dos bancos de desenvolvimento existentes tanto em países desenvolvidos, como em países subdesenvolvidos, como o caso do Brasil, e ainda será feita um abordagem sobre os bancos de desenvolvimento regionais, em especial aos atuantes no Estado de Santa Catarina.

Há entre os estudiosos, diversos significados para bancos de desenvolvimento, no geral é considerado banco de desenvolvimento a instituição financeira ou bancária controlada pelo governo que se destina a promover linhas de financiamento a longo prazo para determinados setores específicos, capazes de gerar impactos socioeconômicos relevantes dentro de uma determinada região, o que se faz necessário para adequar as condições financeiras dentro do processo de evolução econômica. Alguns autores, tratam, também os bancos de desenvolvimento como instituições destinadas a suprir falhas no financiamento a longo prazo, como na abordagem novo-Keynesiana (LUNA-MARTINEZ; VICENTE, 2012). As Nações Unidas definem os bancos de desenvolvimento da seguinte forma:

“Instituições financeiras destinadas a acelerar o desenvolvimento econômico frequentemente considerando objetivos de desenvolvimento social e integração regional, principalmente provendo ou facilitando o financiamento de longo prazo de projetos que geram externalidades positivas” (2005, p. 10-11).

E ainda, o Banco Central do Brasil, definia o que são bancos de desenvolvimento, por meio da resolução 93/68:

“Os bancos estaduais ou interestaduais de desenvolvimento (a seguir mencionados abreviadamente “bancos de desenvolvimento”) são instituições financeiras de âmbito regional, sob o controle, isolado ou conjunto, de governos estaduais, especializados em operações de crédito a médio e longo prazos, para suprimento de capital fixo ou de movimento, mediante aplicação

de recursos próprios ou de terceiros, com vistas ao desenvolvimento econômico-social das respectivas áreas de atuação. Além do suprimento de recursos financeiros, compreendem-se no âmbito de atividades dos bancos de desenvolvimento a garantia de operações de crédito e a prestação de assistência técnica direta para a formação e o aperfeiçoamento de pessoal especializado, visando ao preparo e à execução de projetos de desenvolvimento e de melhoria de produtividade.”

Posteriormente alterado pela resolução nº 394/76 que em seu artigo primeiro, simplificou seu conceito para: “os Bancos de Desenvolvimento são instituições financeiras públicas não federais, constituídas sob a forma de sociedade anônima, com sede na Capital do Estado da Federação que detiver o seu controle acionário”.

Claramente um Banco de Desenvolvimento sozinho não está apto a resolver todos os problemas de financiamento de uma economia capitalista. É necessário que além das demais instituições financeiras outras políticas de Estado como fiscais e monetárias coadunem para um mesmo sentido (REDIVO, 2012).

A existência deste tipo de instituição depende por diversas vezes do momento político ideológico que cercam as ideias desenvolvimentistas, em que o Estado assume um papel no processo de acumulação de capital e na dinâmica capitalista, selecionado setores estratégicos para o desenvolvimento que irão receber os recursos dos bancos de investimento, de modo a aumentar a capacidade competitiva de determinadas empresas e setores empresariais, ou como já utilizada, como forma de promover a instalação de indústrias de bens essenciais como aço e produtos petroquímicos, tudo isso de acordo com as metas estabelecidas pelo governo (REDIVO, 2012).

O surgimento dos bancos de desenvolvimento, como já comentado anteriormente, no capítulo sobre o atraso econômico, remonta ao século XIX na Europa. A função essencial destas instituições era fornecer linhas de financiamento a longo prazo para o desenvolvimento industrial. Posteriormente, com o fim da primeira guerra mundial e com a expansão das ideias e políticas desenvolvimentistas do qual fez parte a CEPAL, houve um aumento do número dos bancos de desenvolvimento (ARAÚJO, 2007).

Segundo Bruck (2005), este tipo de instituição financeira geralmente concentra seus esforços em poucos segmentos econômicos,

mas que tenham efeitos sinérgicos, como o setor industrial, o de infraestrutura, exportações, microcrédito e aqueles ligados ao desenvolvimento regional. Além do apoio financeiro, podem prestar auxílio em capacitação técnica e outras formas de transmissão de conhecimento (2005).

No Brasil a exemplo de diversos outros países como o México, o Japão, a Turquia, o Canadá, a Índia, a Coreia do Sul dentre outros, também criou o seu banco de Desenvolvimento, chamado Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Cada país de acordo com sua capacidade de captação de recursos criou sua própria estrutura bancária, no qual se utilizou como fontes de recursos a emissão monetária ou como no caso do Brasil as poupanças compulsórias como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (ARAUJO, 2007).

Muito embora os Bancos de Desenvolvimento não tenham como finalidade o lucro, é desejável que estes tenham um mínimo de lucro, ou seja deve existir uma remuneração mínima do capital originário do banco, para que a própria atividade tenha uma continuidade do funding, ou seja para que se possa elevar a capacidade de financiamentos em outras atividades, até mesmo para que eventuais perdas sejam cobertas pelos superávits de outras operações, além de evitar que a instituição seja alvo de críticas políticas e para demonstrar a outras instituições que a prática de financiamento a longo prazo pode ser rentável (REDIVO, 2012).

Isso não quer dizer que em bancos de desenvolvimento de países com desenvolvimento tardio, principalmente após a segunda guerra mundial, não praticassem taxas inferiores ao custo de captação de capital para o desenvolvimento da indústria e da infraestrutura, como foi o caso brasileiro (CARNEIRO, 2002).

Ademais, os bancos de desenvolvimento também têm um importante papel para a diminuição dos desequilíbrios regionais retirando recursos de áreas superavitárias para colocação de recursos em que há uma escassez de capital, isto é fundamental para a distribuição do crédito em todos as regiões do Estado e para a criação de novos centros de desenvolvimento e novos mercados (FERREIRA; MEIRELLES, 2009).

Afora isso, outra importante função desempenhada pelos bancos de desenvolvimento conjuntamente com os bancos públicos, que possuem uma maior capilaridade, consiste na função anticíclica de períodos recessivos, em que a diminuição da oferta de crédito pelo ente privado tende a ser substituída pela maior oferta do ente público. Além disso, estas instituições são essenciais para o fortalecimento de cadeias

produtivas, ou para a formação de encadeamentos, onde o investimento realizado em uma indústria tem a capacidade de multiplicar o valor investido devido a maior potencialização de todas as empresas envolvidas na produção de determinada atividade econômica, que demandam uma maior produção de insumos fabricados localmente (FERREIRA; MEIRELLES, 2009).

Dentro do Brasil existem diversas instituições que desempenham esta importante atribuição, como aquelas pertencentes a nível federal, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia (BASA), além dos bancos de desenvolvimento regionais, dentre eles Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), pertencentes aos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e os bancos estaduais como o BADESC, que na verdade não é mais propriamente um banco, mas sim uma agência de desenvolvimento.

Dentre os próprios bancos acima citados, em relação às fontes de financiamento “*funding*” podemos afirmar que os bancos de desenvolvimento, entre o BNDES o BRDE e o BADESC possuem um acesso limitado a fontes de financiamento, sendo que o primeiro tem acesso limitado ao mercado financeiro, a poupança geral e os demais ficam vinculados tão somente aos recursos disponibilizados por seus controladores (os Estados) e a recursos repassados pelo próprio BNDES (REDIVO, 2012).

Dentro as principais fontes de “*funding*”, estão o Fundo de garantia por tempo de serviço-FGTS no caso da Caixa Econômica Federal, destinado ao financiamento de imóveis, infraestrutura urbana e o fundo de Amparo ao Trabalhador o FAT, utilizado pelos BNDES para o financiamento de máquinas, equipamento e infraestrutura. (FERREIRA; MEIRELLES, 2009).

Segundo Redivo: “uma parte significativa dos recursos das instituições típicas de desenvolvimento no Brasil, são de origem fiscal. Os maiores fornecedores de recursos são os fundos fiscais e parafiscais, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT) com recursos do PIS-PASEP. O FAT repassa 40% da sua arrecadação ao BNDES, que assume os riscos das operações realizadas e remunera o FAT com a taxa da TJLP (Taxa de juros de longo prazo). Os

recursos do FGTS são destinados, principalmente a Caixa Econômica Federal, Estados, Municípios, Cohab e Companhias de Saneamento.”(2012)

Desta forma pode-se perceber que os bancos de desenvolvimento são instituições criadas para desenvolver e fortalecer setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social.

Ao longo dos anos de atuação destes bancos vão sendo passadas e superadas diversas fases do desenvolvimento, de forma que a própria atuação destes vai mudando de acordo com as novas necessidades criadas. A função basilar de promover a expansão da capacidade produtiva, principalmente naqueles ramos de atividade econômica em que existe pouca intenção de atuação do crédito privado, logo não existindo fontes de financiamento a longo prazo. De certa forma, existindo uma função básica a todos os bancos de desenvolvimento, estes possuem uma pré-disposição para financiar determinados setores de atividade produtiva que apresentam resultados sociais mais relevantes, tais como: o setor de infraestrutura, com destaque para o setor energético, insumos básicos, avanço tecnológico, ao microcrédito orientado, as microempresas e empresas de pequeno porte, e em especial aos projetos ambiental e socialmente responsáveis. (FERRAZ, ALEM, MADEIRA,2012)

No caso dos projetos de infraestrutura, por exemplo, o grande volume de capital para a implementação de projetos cujo prazo de maturação/ retorno do investimento mostra-se mais alto que dos demais, ocasionam um desinteresse dos agentes privados de crédito para o financiamento deste tipo de projeto. No entanto, o financiamento neste setor é fundamental, não somente para o seu desenvolvimento, mas para todo o crescimento da atividade produtiva que necessita de infraestrutura para produzir e escoar a produção. Tão grande é a dificuldade de financiamento deste setor, que poucos países no mundo foram capazes de envolver o crédito privado ou mesmo o mercado de capitais. Em sua grande maioria foram os bancos de desenvolvimento, instituições públicas, que fomentaram o mercado de crédito para o desenvolvimento da infraestrutura. Há de se destacar ainda, que mesmo aqueles que conseguiram um certo envolvimento dos agentes privados, pela insuficiência de recursos, pode-se perceber que, muito embora, certos projetos conseguiram apoio dos agentes privados, outros mais ligados à infraestrutura social e urbana não conseguiram. Ou seja, somente os projetos ligados diretamente a indústria conseguiram financiamento privado (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2012).

Tamanha é a preocupação neste, que um estudo da *London School of Economics-LSE Growth Commission* (2013), recomendou ao governo Britânico que criasse um banco destinado ao financiamento da infraestrutura no país.

“Na infrastructure Bank (IB) to facilitate the provision of stable, long term, predictable, mostly private sector finance for infrastructure. There are good theoretical reasons for the creation of such a bank: it can help to overcome (key Market failures in capital markets in a direct and constructive way. In particular, it can help to reduce policy risk and, through partnerships, to structure finance in a way that mitigates and shares risk efficiently. This will require a whole range of financial instruments including equity and structured guarantees [LSE Growth Commission (2013, p. 25).

Ainda quanto ao setor de tecnologia o financiamento público mostra-se imprescindível, haja vista a incerteza quanto aos seus resultados, risco que não é assumido pelo crédito privado. O apoio à inovação tecnológica é fundamental para o aumento da competitividade das indústrias principalmente no mercado internacional, que muitas vezes já se encontra em um estágio tecnológico mais avançado que o dos países em desenvolvimento.

Claramente, para atingir seus objetivos, os bancos de desenvolvimento quando atingem um grau mais avançado de financiamento, dentro dos estágios do desenvolvimento, não somente linhas de crédito a longo prazo são instrumentos eficientes para a promoção do apoio público, outros instrumentos também podem ser utilizados tais como: a participação em fundos de longo prazo, o investimento em empresas por meio de capital de risco, a securitização, a participação acionária em empresas e no mercado de renda fixa, além de financiamentos conjuntos com a iniciativa privada para o compartilhamento de riscos. Ou seja, a função de um banco de desenvolvimento não é somente fornecer linhas de crédito a determinados setores que não possuem apoio do crédito privado, mas por fim é sempre alcançar resultados que promovam o desenvolvimento socioeconômico do país por meio da implementação de políticas públicas (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

A crise econômica de 2008 foi fundamental para o

redescobrimto da importância dos bancos de desenvolvimento para a estabilização das economias, por meio do desempenho de políticas anticíclicas, no qual em meio a retração do crédito privado, estes desempenharam a função de grande banco fomentador de todas as atividades econômicas. Isso foi possível de ser observados, que a exemplo dos países que possuem bancos de desenvolvimento, como no caso brasileiro, esses foram capazes de amortecer os impactos provocados pela maior crise econômica mundial desde a grande depressão de 1929. Pode-se observar também o aumento das carteiras de crédito destes bancos e dos bancos públicos nos anos de 2008 a 2009. Ferraz (2012) cita ainda, que a importância dos bancos de desenvolvimento foi destacada na *Conference Board of Canada*, em que foi enaltecida a necessidade prévia da existência destas instituições para a atuação anticíclica em momento de crise. Segundo o autor esta característica foi chamada, ou apelidada de “*The Sleeping Beauty*”.

“Once a financial crisis hits, it is too late for governments to create institutional capacity to provide fall-back credit support. The institutions must be already exist, with a clear operate mandate experienced professional staff, and a financial capacity to respond to the financial needs and ramp-up their operations when the private Market fails. [Conference Board of Canada (2010.p.1)].”

Contribuindo para o entendimento acima, Ferraz traça um comparativo entre quatro grandes bancos de desenvolvimento: O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, criado em 1952 no Brasil, o *China Development Bank*, criado em 1994 na China, o *Japan Finance Corporation*, criado em 2008 no Japan e o *KFW Bankengruppe*, criado em 1948 na Alemanha (2013).

Todos estes bancos possuem características muito semelhantes, na medida em que todos são controlados pelo governo e atuam nas mais diversas áreas de atividade econômica. Uma diferença significativa entre eles consiste no fato de que o BNDES, banco brasileiro, ser o único que é regulado pela mesma instituição que regulamenta os bancos privados, todos os demais são regulados e supervisionados diretamente por um órgão do governo (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

Muitos podem levar a acreditar que o fato de ser regulamentado ou supervisionado pelo mesmo órgão dos bancos privados ser uma característica positiva, no entanto esta submissão as mesmas regras das

instituições privados podem levar a um direcionamento as atividades que já possuem certa facilidade de acesso ao crédito privado, ou por questões de risco, seguindo a mesma lógica bancária privada, deixar de lado setores com um grau de risco maior, com menor potencial lucrativo, mas essenciais ao desenvolvimento econômico, como os projetos de infraestrutura. Desta feita, não aparece sensato, submeter os bancos de desenvolvimento as mesmas, rígidas regras bancárias do setor privado. Obviamente, que quando se fala em afrouxamento destas regras, não deve subentender-se com uma maior ineficácia ou desperdício de dinheiro público (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

Quanto a taxa de juros aplicada pelos quatro bancos, pode-se perceber que o KFW, o BNDES e o JFC, aplicam taxas de juros diferenciadas em relação a determinados segmentos econômicos, que podem induzir a existência de setores preferidos para a promoção do desenvolvimento. No caso chinês, o estudo não conseguiu chegar a uma conclusão por falta de informação nos relatórios anuais (FERRAZ; ALÉM; MADEIRA, 2013).

No que se refere às fontes de financiamento/ funding, pode-se observar que em relação ao caso brasileiro e japonês o recurso advém da arrecadação fiscal, enquanto o par chinês e alemão, utilizam-se majoritariamente de recursos captados no mercado de capitais (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

Quanto aos segmentos econômicos apoiados pelas quatro instituições, pode-se perceber em geral que os quatro bancos de desenvolvimento apoiam os mesmos segmentos econômicos com algumas diferenças apontadas abaixo (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

Enquanto pode-se concluir pelo apoio de todas as instituições em setores como de inovação, internacionalização, apoio às micro e pequenas empresas e economia verde. Obviamente cada país, de acordo com seu estágio de desenvolvimento e seguindo as características singulares do mercado de crédito, faz de acordo com suas próprias diretrizes. Uma pequena nota em relação do caso alemão, que embora o KFW não financie a agricultura outro banco de desenvolvimento em nível estatal o *Rentenbank*, cumpre esta função. Assim como no caso brasileiro, em que o Banco do Brasil, banco público, também a nível federal contribui significativamente com o financiamento rural, sendo o responsável por grande parte do financiamento ao setor (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

Em relação ao setor de infraestrutura, embora o banco japonês não financie diretamente projetos ligados a esta área, existe uma

estrutura institucional, que permite a injeção de recursos fiscais em outras instituições para financiar projetos desta natureza, principalmente àqueles ligados a desastres naturais. Porém, é importante ressaltar, que historicamente o banco japonês desempenhou um papel fundamental no financiamento da infraestrutura, ocorre que com o desenvolvimento do mercado de crédito privado para este setor houve uma diminuição por recursos públicos. Desta forma também se deu, o desenvolvimento da infraestrutura alemã, em que se mostrou fundamental o engajamento do KFW, o banco de desenvolvimento alemão, tanto para a recuperação do pós-segunda guerra mundial, quanto para a modernização da Alemanha Ocidental nos anos 1990 e com o passar do tempo foi substituído pelo setor privado, cabendo ao KFW um outro nicho de projetos ligados mais a infraestrutura urbana, energética e social (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

Quanto ao apoio às exportações muito embora na China e no Japão os bancos de desenvolvimento acima citados não possuam atribuições, não exercendo qualquer função neste segmento, as existências de outros bancos de desenvolvimento orientados diretamente a este nicho suprem esta necessidade, a exemplo do Export.- Import. Bank off China e do Gapa Bank for Internacional Cooperativo (JBIC). No Brasil, além do BNDES no apoio as exportações o Banco do Brasil, banco público a nível nacional, também desempenha uma importante função, contribuindo para o aumento das exportações brasileiras.

A nível de cooperação internacional o KFW mostrou-se importantíssimo para a ajuda financeira à Grécia no auge da crise econômica de 2008 e o CDB da China mostra-se comprometido para o estímulo ao desenvolvimento socioeconômico dos países em desenvolvimento, claro que promovendo os interesses nacionais e da indústria chinesa. O Brasil por meio do BNDES também, se prestou a esta importante função financiamento de obras e projetos o exterior. No caso japonês novamente temos uma diferença, embora o JFC, não atue como agente de cooperação internacional o Japão possui um agente próprio para a promoção deste tipo de atividade a Gapa Internacional Cooperativo Avenca, que anteriormente era exercido pelo próprio JBIC. (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

Por último, vale citar o caso francês, em que a estrutura bancária mudou muito nos últimos anos. A própria competição no setor bancário causou consolidação no setor, com a criação de grandes grupos capazes de competir em toda a Europa. E neste processo o Estado Francês teve participação fundamental na reestruturação do sistema jurídico bancário, até porque a maioria dos bancos estava nas mãos do Estado e porque

este objetivava e criar grandes campeões nacionais, europeus e mundiais em vários setores (HUDSIN, BEZEMER, 2006).

Para demonstrar a importância destas instituições, este trabalho irá analisar os indicadores de contratações de crédito do BNDES do BRDE e do Badesc para a economia de Santa Catarina.

A esta abordagem apresentada, costuma-se chamar de histórico institucional na qual não se defende uma única estrutura financeira a ser seguida até mesmo para que se aproveitando das vantagens do atraso de Gerschenkron, pudesse-se criar a estrutura financeira mais adequada à aceleração rápida do desenvolvimento, entretanto, em virtude da importância do tema, conclui-se por bem apresentar as brevemente teorias econômicas sobre os bancos de desenvolvimento e da repressão financeira e a do racionamento do crédito.

Pelos adeptos da teoria da repressão financeira qualquer intervenção do Estado nas taxas de juros por meio de instituições públicas afetaria o equilíbrio e a eficiência do mercado, impossibilitando o desenvolvimento de instituições privadas. Por conta disso, ela seria plenamente condenável, haja vista que o mercado seria plenamente capaz de regular todo o sistema econômico, possibilitando as condições mais favoráveis possíveis. Esta abordagem tem como fundamento a teoria dos fundos emprestáveis, a qual defende que o sistema financeiro é apenas um intermediário entre poupadores e investidores e existindo uma taxa de juros abaixo da praticável pelo mercado, levaria um desequilíbrio entre o volume de recursos ofertados e o volume demandado, ou seja, existiria uma poupança insuficiente. Do contrário se as taxas de juros fossem pactuadas livremente pelo mercado, o “preço” da taxa de juros se ajustaria conforme a demanda existente e sua oferta de modo, que não existiria falta de fundos, de poupança. Desta feita, nenhuma intervenção do Estado seria admitida (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

De outro norte, segundo a abordagem do racionamento do crédito, o problema não se daria em relação ao “preço” deste, em que mesmo existindo sujeitos dispostos a pagarem uma taxa de juros mais elevada, os bancos poderiam se recusar a fornecer o financiamento, existindo assim um problema quanto a quantidade de crédito e não a taxa de juros. Por esta teoria, justificaria a existência de bancos de desenvolvimento a fim de suprirem a quantidade de recursos necessária ao investimento e por consequência ao desenvolvimento (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

Esta abordagem divide-se ainda em duas, segundo duas escolas de pensamento econômico. A escola pós keynesiana e a novo keynesiana.

Esta escola está associada a ideia de falhas de mercados, causada pelo mal funcionamento do sistema financeiro, pela existência de informação imperfeita ou assimetria da informação. Nesta a falta de informações impede que o mercado funcione de forma eficiente, haja vista que para os empresários os negócios teriam uma previsão de taxa de retorno maior que a esperada pelos bancos. Neste caso existindo uma demanda por crédito maior que a capacidade de desembolsos dos bancos, a oferta não estaria regulada pelo aumento da taxa de juros (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2012)

Isto porque, os credores (os bancos) acreditam que somente os projetos mais arriscados, com maior índice de fracasso, é que aceitariam pagar por uma taxa de juros mais elevada, o que por outro lado afugentaria os projetos mais sólidos. A este processo chama-se de seleção adversa. Para evitar este tipo de situação, os bancos limitam a taxa de juros a um percentual que ao mesmo tempo em que reproduza o maior lucro possível, também afaste projetos com alta probabilidade de inadimplência, ou até mesmo de falência do empresário.

Já para a escola pós-keynesiana, que está ligada ao conceito de economia monetária, é caracterizada pelos conceitos de incerteza fundamental ou forte. Este conceito diferencia-se do risco, haja vista este ser incalculável em virtude não existir informações suficientes sobre fatos econômicos que possam a vir a acontecer no futuro. O que existe e o que leva a tomada de decisões no presente, é simplesmente uma expectativa de futuro a curto e a longo prazo, sendo que, é sobre a expectativa de longo prazo que é tomada decisão pelos investimentos (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

A decisão sobre investir envolve muitos fatores e existem muitas possibilidades para a realização do investimento, no entanto o que acaba por pesar sobre a decisão de investir é a rentabilidade esperada e o seu nível de liquidez. O investimento em bens de capital, máquinas e equipamentos, são os que proporcionam o maior nível de rentabilidade, no entanto são considerados ativos de baixa liquidez. Por outro lado, a moeda, é o ativo que apresenta o maior nível de liquidez, entretanto é o que apresenta o menor rendimento, ou rendimento nulo. Pode-se dizer, que em geral, quanto mais ilíquido for o ativo, maior a sua rentabilidade, e quanto maior sua liquidez menor a sua rentabilidade.

Desta forma, os empresários somente irão decidir pelo investimento se a expectativa de lucro for suficientemente vantajosa ao risco de não obterem lucros com o desenvolvimento da atividade e de não conseguirem vender os bens de capital de forma a recuperar os valores iniciais investidos. Justamente por este risco, muitos agentes

preferem a rentabilidade nula da moeda e sua liquidez, principalmente em ambientes econômicos voláteis ou incertos (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

Este mesmo raciocínio aplica-se aos fornecedores de crédito, aos bancos, em que, mesmo com um ambiente favorável, com um bom sistema de crédito desenvolvido, pode vir a não existir oferta de recursos para alguns projetos que envolvam um maior risco financeiro e econômico. Aqui encontra-se a importância da existência dos bancos de desenvolvimento, em que, mesmo em um ambiente favorável em que exista um sistema financeiro desenvolvido, a incerteza em relação a alguns projetos pode levar a inexistência de fontes de financiamento para o seu desenvolvimento, principalmente naqueles projetos mais complexos que exigem um grau de especialidade muito singular em relação aos demais e que por isso mesmo, podem gerar impactos muitos mais expressivos bons ou ruins, em toda economia, a exemplo dos projetos envolvidos nas áreas anteriormente citadas, como de infraestrutura. Desta feita, a necessidade de bancos de desenvolvimento não está ligada a falhas de mercado ou sistemas financeiros não desenvolvidos, ou incompletos, haja vista este fenômeno poder ser observado em países desenvolvidos e não desenvolvidos (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

Há de se mencionar, ainda, que em momentos de crise econômica, a incerteza sobre os rumos da economia e a expectativa sobre a lucratividade das empresas, pode provocar uma maior falta de crédito, tendo em vista que o sistema financeiro é pró-cíclico, ou seja, diminui em uma proporção maior em tempos de crise, do que sua expansão em tempos de crescimento econômico. Isto porque, em tempos de crescimento econômico o otimismo em relação aos resultados das empresas, tendem a crescer juntamente com o risco que os bancos assumem ao financiá-las, ou seja, existe uma diminuição da liquidez dos próprios bancos, por meio da oferta de um maior volume de crédito, o que acaba por fim, a reduzir a margem de segurança dos bancos por uma subavaliação do risco, porém ao menor sinal de incerteza econômica futura o movimento bancário para a volta a margem de segurança é muito mais rápida, o que pode resultar em uma falta de crédito no mercado, para alguns setores (FERRAZ; ALEM; MADEIRA, 2013).

Isto acarreta, além da escassez um aumento nas taxas de juros juntamente com sua concentração em operações consideradas mais seguras, inviabilizando diversos projetos de investimento. Para interromper este fenômeno os bancos de desenvolvimento assumem uma função anticíclica, fornecendo os recursos necessários ao

investimento.

3.2 BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-BNDES.

A história do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, começa muito antes da sua criação em 20 de junho de 1952, por meio lei 1.628. Desde a década de 1930, o governo brasileiro se preocupou em transformar o país, que era essencialmente agrário em um país industrializado. Já durante o Estado Novo Getúlio Vargas deu início a criação de grandes empresas estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Siderúrgica Nacional em (1943), a Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco em 1945. Embora no Brasil, já existissem indústrias, o seu número era insuficiente o que tornava o Brasil um país muito dependente das importações, o que gerava um desequilíbrio na balança de pagamentos e tornava a economia muito frágil. (BNDES,2012)

Muito embora, por consequência da segunda guerra mundial, as economias tenham sofridos grandes perdas, com a diminuição da capacidade produtiva de muitos países europeus, o Brasil soube tirar proveito com a venda de matérias primas e com o aumento das reservas cambiais do país, o que permitiu a expansão do parque industrial. Além disso, a substituição de importações de produtos europeus por produtos americanos, promoveu o estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América, que culminou com a vinda de uma equipe norte-americana, chamada a época de Missão Cooke, que conjuntamente com uma equipe brasileira, tentou traçar um diagnóstico sobre a economia brasileira, seus problemas e gargalos, com o objetivo de aumentar a produção de bens e produtos essenciais, além de ajudar a indústria brasileira a se adaptar a uma tecnologia mais avançada, aperfeiçoar os sistemas de transporte e canalizar a poupança interna para as atividades do setor industrial Em 1948, uma nova comissão, apelidada de Missão Abbink retomou os trabalhos (PAIVA, 2012).

Com o fim da segunda guerra mundial e com o clima de otimismo em relação ao crescimento econômico mundial, houve um estímulo ainda maior ao desenvolvimento econômico do Brasil, com o início de uma nova etapa de industrialização apoiado e efetivado por meio do Plano Nacional de Reparcelhamento Econômico, em 1951. Entre os objetivos do plano, estavam a remoção dos obstáculos, já detectados, que impediam o avanço do processo de industrialização brasileira, que consistiam em problemas de infraestrutura, de transporte

e na falta de disponibilidade de energia elétrica.

Entretanto, para a realização de todos os projetos previstos no Plano de Reparcelamento e que garantiriam a remoção dos obstáculos identificados, um problema crucial necessitava ser anteriormente resolvido: a falta de recursos financeiros. Para eliminar esta barreira o governo brasileiro, já havia acordado uma colaboração com os norte-americanos por intermédio do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e com o *Export Import Bank* (*Eximbank*). Tudo isso, combinado com uma nova vinda de técnicos americanos para auxiliar na implementação do programa de desenvolvimento que contou com a participação de quase 200 técnicos americanos e brasileiros, que ficou conhecida como Comissão Mista Brasil- Estados Unidos (CMBEU), que desenvolveu trabalhos entre os anos de 1951 e 1953, aproveitando os estudos já realizados anteriormente e analisando os principais problemas econômicos brasileiros a comissão obteve resultados concretos, diferente das demais (PAIVA, 2012).

Para o recebimento dos recursos o governo brasileiro teve que assegurar a contrapartida, que se viabilizou por meio da criação de um empréstimo compulsório, arrecadado por meio de uma adicional no imposto de renda. Assim em 1951, foi criado o Fundo de Reparcelamento Econômico.

A assessoria econômica da Presidência da República conjuntamente com a Comissão Mista, selecionaram e prepararam os projetos de infraestrutura indispensáveis para a promoção do desenvolvimento da economia, com base no Plano Nacional de Eletrificação. Além disso, a Assessoria Econômica ajudou na elaboração da proposta, feita pela Comissão Mista, de criação de um banco de desenvolvimento que era considerado indispensável para o processo de industrialização brasileiro. Com a criação do BNDES, o Fundo Nacional de Eletrificação passou a ser gerido por esse, até a criação da Eletrobrás, sendo este, ainda, até hoje, incumbido de promover o processo de eletrificação do país.

Neste contexto, é que nascia o BNDES, uma entidade autárquica, com autonomia e personalidade jurídica própria, ligada ao Ministério da Fazenda, e com capital inicial de 20 milhões de cruzeiros, integralizados pelo Tesouro Nacional, mas que posteriormente teria como principal fonte de recursos O Fundo de Reparcelamento Econômico, constituído com adicionais do imposto de renda, por depósitos obrigatórios de operações de seguro e capitalização (PAIVA, 2012).

Coube, ainda, ao BNDE a competência para a captação de

recursos no exterior para o financiamento do Plano de Reparcelamento. Além da incumbência de dar suporte financeiro ao plano, cabia ao banco a identificação e análise econômica dos principais empecilhos ao desenvolvimento enfrentados pelos países, assim, como a definição da linha de ação a ser seguida. Desta forma, o BNDE não tinha como função única de agente financeiro, mas sim de agente estruturante nos setores que exigiam investimentos a longo prazo. Desta feita, por intermédio da administração pública indireta coube ao Estado Brasileiro, a função de promover a industrialização e modernização do país (PAIVA, 2012).

Segue o depoimento de Lucas Lopes, engenheiro e economista, um dos responsáveis pela criação do BNDE:

“ Foi a Comissão Mista quem propôs a criação do BNDES, que foi feita pelo Ministro Horácio Lafer. Guilherme Arinos era o homem que coordenava, no gabinete da Lafer, a montagem dos Estudos. O objetivo do banco era levantar a contrapartida em cruzeiros aos financiamentos estrangeiros para a realização dos projetos aprovados pela Comissão Mista. Sem esta contrapartida, não haveria financiamentos externos. Essa foi a razão de ser da criação do BNDE e da formulação de toda a sua Política” (BNDES ,2012b, p.12).

Assim, nasceu o BNDE, sem uma grande preocupação quanto a teoria econômica a ser seguida, e com grandes expectativas quanto ao seu desempenho na promoção da industrialização.

“A principal preocupação era a determinação de prioridades, e aí o problema era dramaticamente simples: não havia necessidade de grande teorização. A primeira teorização do pensamento desenvolvimentista foi a correção dos pontos de estrangulamento da economia. E os pontos de estrangulamento eram energia, transportes e infraestrutura. ” (Roberto de Oliveira Campos, economista e diplomata, depoimento prestado em 1982)” (BNDES, 2012b, p.13).

A primeira diretoria do banco composta por três membros foi formada a partir de integrantes da Comissão Mista Brasil- Estados Unidos, tendo Ary Frederico Torres como primeiro presidente, o

economista Roberto Campos como diretor do departamento econômico, e o geólogo Glycon de Paiva Como diretor do departamento técnico, assim como José Soares Maciel Filho como primeiro diretor superintendente (PAIVA, 2012).

O BNDES iniciou suas atividades no prédio do Ministério da fazenda, até ter sua sede própria no Rio de Janeiro, em 1953, ano em que marcou o fim do seu processo organizacional e estrutural, no qual o banco ficou estruturado por seis departamentos: Econômico, Técnico, Financeiro, Jurídico, de controle e administrativo, totalizando 150 funcionários, que a partir já do ano de 1954 foram admitidos via concurso público (BNDES, 2012b)

Neste mesmo ano, foi criado um grupo de trabalho, chefiados por Celso Furtado, composto por funcionários do BNDE e da Comissão Econômica para assuntos da América Latina (CEPAL), com o objetivo de desenvolver modelos econômicos em prol do desenvolvimento do país e mesmo composto por pessoas com orientações ideologias distintas, obtiveram como resultado deste trabalho o “Esboço de um Programa de Desenvolvimento para e Economia brasileira. Período 1955-1962”, que serviu de base para o Planos de Metas de JK (PAIVA, 2012).

Entre os primeiros projetos financiados pelo então BNDE estavam:

- Estrada de Ferro Central do Brasil (remodelação da via permanente, novas Variantes, oficinas para equipamentos e compra de 2.265 vagões)
- Estrada de Ferro Central do Brasil (trens suburbanos da cidade do Rio de Janeiro)
- Estrada de Ferro Santos-Jundiá
- Rede Viação Paraná-Santa Catarina
- Rede Mineira de Viação
- Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – Rio de Janeiro
- Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
- Companhia Paulista de Estradas de Ferro
- Companhia Docas de Santos
- Porto do Rio de Janeiro
- Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais
- American & Foreign Power (Light)
- Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf)
- Comissão Estadual de Energia Elétrica –Rio Grande do Sul
- Usina Hidrelétrica de Salto Grande – São Paulo
- Companhia Mato-Grossense de Eletricidade

- Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande
- Itutinga (MG)
- Companhia de Energia Elétrica de Catanduva – Espírito Santo
- Usina Termelétrica de Piratininga
- Companhia Nacional de Álcalis
- Companhia Metalúrgica Barbará
- Ministério da Agricultura (aquisição de vários tipos de equipamentos agrícolas)
- Estado do Rio Grande do Sul (para a construção de uma rede de silos)
- Banco Exportação do Estado de Minas Gerais (proposta de crédito para compra de equipamento agrícola)

Como pode-se perceber, os financiamentos contemplavam projetos em todas as regiões do país.

3.3 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL- BRDE

Durante a década de 1950, as ideias desenvolvimentistas ganharam força perante as forças políticas e sociais dos três Estados do Sul, conscientes que o desenvolvimento econômico não poderia ficar a cargo tão somente do Governo Federal, começaram a formular metas e programas a fim de alavancar o desenvolvimento, de forma a diminuir as desigualdades regionais aprofundadas pelo plano de metas. Entretanto, para a execução de seus planos os três Estados do Sul encontrariam um obstáculo de difícil superação, a origem dos recursos para o financiamento dos seus projetos. Dentro deste contexto e aliado, a fundação de secretarias de planejamento e bancos estaduais ou de desenvolvimento, é que surge a ideia de fundação de um banco regional de desenvolvimento, pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. (FONSECA, 1988)

A magnitude de tal problema ficou evidenciado pela mensagem do Governador do Estado, Ildo Manchetti, enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 1958:

“Nessa ordem de preocupação, dois elevados ingentes objetivos se apresentam, desde logo, à

atenção do atual Governo: Lançar os fundamentos de uma obra de recuperação de nosso debilitado sistema financeiro e concentrar os esforços, recursos e meios de atuação, no sentido de revitalizar e economia rio-grandense, face as suas imensas possibilidades (...). Outrossim, no que respeita ao crédito bancário, assaz perniciosos são, também, os efeitos inflacionários para as finanças governamentais, uma vez que continua a desvalorização da moeda obriga os estabelecimentos de crédito a elevar demasiadamente a taxa de juros e a diminuir exageradamente os prazos de empréstimos, tornando, assim, impraticável, para o grande número de obras e serviços, essa forma de financiamento” (Apud Fonseca, 1988, p. 40).

Isto, se dava por conta das políticas de restrição ao crédito adotada pelo Banco do Brasil e pelos bancos privados, por consequência da crise econômica que se passava. Até mesmo o BNDE restringia o crédito a somente aos grandes projetos.

Aliado a isso e sobre a influência do impacto causado pela publicação de Franklin de Oliveira, intitulada de Rio Grande do Sul: Um Novo Nordeste, em 1958, que comparava a economia gaúcha com a nordestina e destacava o encolhimento da indústria gaúcha, que também, influenciou os Estados do Paraná e de Santa Catarina, implicou na criação de uma instituição voltada ao financiamento das atividades produtivas nos três estados. Ainda no início da década de 1960, os governadores do Convênio Bacia do Paraná-Uruguaí, levaram a proposta da criação de uma instituição financeira voltada ao financiamento de atividades produtivas, nos Estados em que fazia parte, como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. Entretanto a proposta não seguiu em frente, primeiro pela resistência do governo Federal em criar uma nova instituição financeira, em segundo, por São Paulo, Estado com maior economia e com maior parque industrial, divergir quanto a tipo de estrutura de banco, em que prefeririam na forma de banco comercial, diferentemente dos demais que tinham como propósito um banco de desenvolvimento (FONSECA, 1988).

Diante disso, aproximadamente um ano depois os três governadores do Sul, Leonel Brizola do Rio Grande do Sul, Celso Ramos de Santa Catarina e Ney Braga do Paraná, se reuniram

novamente nos dias 23 a 25 de março (1961) na denominada Reunião de Florianópolis, com Jânio Quadros (Presidente da República) para apresentar o aprofundamento das desigualdades regionais, na presença dentre outras pessoas de Frankilin de Oliveira e Pery Pinto Diniz da Silva. Durante o encontro foram apresentadas, ainda a proposta de criação de um conselho e de um banco de desenvolvimento dos três Estados. Ao contrário de JK, Jânio Quadros recebeu muito bem a ideia, principalmente pelas divergências regionais e defeitos de crescimento econômico de o plano de metas causara. Esses foram as palavras proferidas pelo presidente no encontro:

“No que respeita ao Banco de Desenvolvimento, é até com entusiasmo que recebo a ideia. Peço, assim, aos senhores governadores que elaborem os estudos para a criação desse Banco, convencido de que tudo que esteja ao meu alcance será feito, para que se converta em realidade. Um banco destinado a encorajar a economia paranaense, a economia catarinense e a economia gaúcha, um banco destinado ao desenvolvimento destes Estados, ao desenvolvimento das atividades de produção, na agricultura, na pecuária, na indústria, um banco capaz de promover a vinda para o Extremo Sul das indústrias médias e com a colaboração do Banco de Desenvolvimento Econômico, mesmo de indústrias básicas, só poderia aliviar o Banco Federal. O BNDE tem preocupações maiores, reservando-as para aplicações de grande vulto que tenham repercussão sobre o desenvolvimento do país. A minha adesão é total, quer a ideia do conselho, quer a ideia do Banco. E levo aos Senhores Governadores responsáveis pela ideia, não apenas a certeza de que auxiliarei, mas também o aplauso sincero do Presidente da União” (Apud Fonseca,1988,p. 45).

Desta feita, apenas quatro meses após a reunião de Florianópolis, em julho de 1961 os três governadores voltaram a se reunir, e no dia 15, foi assinado o Convênio e os atos constitutivos que criaram o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul- CODESUL e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul- o BRDE. Em seus atos constitutivos, deixa-se bem claro a necessidade da criação e do

envolvimento das autoridades locais para a promoção do desenvolvimento:

“O desenvolvimento econômico já não é um fato espontâneo. Resulta de decisões. Já hoje os povos das regiões mais empobrecidas sabem que o desenvolvimento não é uma imposição de fatores naturais ou não decorre de condições que não possam ser modificadas. Ele é, acima de tudo, expressão de circunstâncias históricas que, como tais, podem ser radicalmente alteradas, tudo dependendo apenas da vontade e da determinação humana. Também sabem os povos de hoje que o desenvolvimento econômico e social deixou de ser função mecânica dos fatos, valendo dizer que tornou consequência e resultados da atitude consciente.

Não sendo o desenvolvimento resultante apenas de fatores materiais, sendo essencialmente consequência de atitudes, decisões e tenacidades humanas, não se tem, convém frisar, por que o definis como um fato espontâneo. Ele é, antes de tudo, um fato provocado. Resulta da inconformidade com uma situação que se declara insatisfatória ou injusta. Em tudo, e por tudo é consequência da intervenção humana na condução dos fatos sociais. Aos técnicos caberá, por certo, decidir do melhor meio de atingir o desenvolvimento, mas é aos homens que tem responsabilidade de direção na vida do Estado e aos homens de capacidade de compreensão, que cabe primordialmente provocá-los e pô-lo em andamento.

O documento ainda previa a competência do CODESUL:

- Efetuar o levantamento socioeconômico da região, estudar seus problemas, equacionar e propor soluções, visando, sob a égide da paz social, aos superiores interesses do país e da região.

- Formular diretrizes da política de desenvolvimento regional, em consonância com os planos nacionais e em coordenação com os

organismos estaduais de planejamento

- Zelar, sugerindo medidas adequadas, para que o intercâmbio econômico, inter-regional e com o exterior, venha a permitir a justa retenção e fixação da Região dos rendimentos do trabalho por parte das populações locais, como fator positivo para o desenvolvimento regional.

Além de prioridades para a concessão de financiamento no BRDE:

- Investimento em infraestrutura de interesse regional.
- Projetos especiais agropecuários, de colonização e de reforma agrária.
- A exploração de recursos minerais.
- O desenvolvimento industrial, investimento na pequena e média empresa, a expansão reequipamento das indústrias existentes, a instalação de novas indústrias, notadamente as que utilizem a matéria-prima local, e outras de caráter pioneiro.
- Construção e ampliação de armazéns, silos, matadouros e frigoríficos.
- A constituição e ampliação de empresas para a exploração de serviços de utilidade pública.
- Serviços de interesse regional.
- Financiar os estados membros para a execução de obras e serviços públicos, inclusive de caráter educacional técnico para o desenvolvimento.

Assim, em 15 de dezembro de 1962, por meio do decreto nº 51.517, foi autorizado o funcionamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, que embora, tenha enfrentando um grande desafio político, defendendo uma proposta de desenvolvimento regional, enquanto a acumulação de capital ganhava proporção nacional, veio a cumprir o seu papel no fomento ao desenvolvimento das atividades econômicas nos três Estados do sul, propiciando a criação de setores regionais, deixando de lado a restrição aos setores mais dinâmicos da indústria e um espaço no protagonismo industrial brasileiro, até então restrito ao centrismo do Estado de São Paulo (FONSECA, 1988).

Apesar da instalação do banco efetivar-se poucos dias após sua autorização de funcionamento ter sido expedida, no dia 22 de dezembro de 1961, as operações do banco somente iniciaram no último trimestre de 1962, haja vista, todo o período anterior ter sido utilizado para a organização estrutural do banco, que foi liderada pelo seu primeiro presidente Pery Pinto Diniz da Silva. Posteriormente para contratação dos demais funcionários do banco foi decidido que o ingresso no banco se daria somente por concurso público (FONSECA, 1988).

Para a formação de capital do banco e como forma de obtenção permanente de recursos, ficou decidido que cada Estado contribuiria com 1% da receita tributária anual e a União com 10% do Acordo do Trigo. Dos três Estados somente o Rio Grande do Sul contribuiu regulamente com parte que lhe cabia. E os recursos advindos do acordo do Trigo somente chegariam ao BRDE em 1964, muito por conta da pressão exercida por outros governadores, liderados por Minas Gerais e São Paulo, que discordavam do repasse.

Mesmo diante de muitas dificuldades iniciais, já em 1962 o recém-criado BRDE, formou seu primeiro contrato de financiamento com a empresa Irmãos Krolikowski S/A., que foi a primeira indústria de disjuntores do Brasil, que passou de uma prestadora de serviços a assistência para uma indústria de disjuntores para geradores. (FONSECA, 1988).

E a partir de 1965 o BRDE passou a operar com linhas de financiamento como o FINAME- voltado ao financiamento de máquinas e equipamentos de produção nacional, operada por todas as instituições financeiras, FIPEME-exclusivo dos bancos de desenvolvimento, voltado às pequenas e médias empresas, principalmente no financiamento de investimentos fixos, seja de expansão ou implementação, que eram linhas de crédito oferecidas pelo BNDE, e o FUNDECE – voltado ao financiamento de empresas industriais para aporte de capitais no caso de abertura para novos acionistas, era gerido pelo Banco do Brasil, e destinado somente aos bancos de desenvolvimento. O BRDE passou a ser o principal repassador de recursos do BNDE (FONSECA, 1988).

3.4 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA-BADESC

Na década de 1960, mais especificamente no ano de 1962, no Governo de Celso Ramos, foi criado o primeiro banco de desenvolvimento no Estado de Santa Catarina, na época simplesmente chamado de Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

S.A, o BDE. Este foi criado a fim de modificar a estrutura bancária catarinense, que até o início da década de 60 era formado apenas por pequenas casas bancárias de abrangência local, que concediam financiamentos de curto prazo. Com o intuito de recolher as poupanças até então existentes e pulverizar em diversos estabelecimentos, o banco foi criado na forma de um banco comercial (FILHO, 2016).

Em 1969, o BDE transformou-se no Banco do Estado de Santa Catarina S.A., o BESC. Neste mesmo íterim, o Estado do Paraná e o do Rio Grande do Sul, criaram seus próprios bancos de desenvolvimento o Badesul (RS) e o Badep (Paraná), com o propósito de não depender somente do BRDE.

Entretanto, foi na década de 1970 que o sistema estadual de crédito recebeu uma nova opção, pelas mãos do então Governador Colombo Machado Salles. Por meio de sua visão desenvolvimentista aguçada e de sua formação profissional, já que era professor universitário da Faculdade Mackenzie em São Paulo, Salles percebeu que os investimentos nacionais estavam diminuindo em plena crise do petróleo. Diante disto, e percebendo a necessidade de uma novo agente de fomento para o Estado e devido ao seu bom relacionamento com o Governo Federal, o mesmo sancionou a lei nº 4.950, em 11 de novembro de 1973, que autorizava a criação de uma novo agente para o desenvolvimento, um novo agente de crédito: o Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, o BADESC, que seria constituído sob a forma de uma sociedade anônima, ficando condicionada a sua criação a extinção do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul o BRDE e da extinção do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, o Codesul, para que do dinheiro resultando da liquidação dos dois órgãos, fosse constituído capital suficiente para a criação do BADESC (BADESC, 2016).

Entretanto, devido a estas restrições impostas para a criação do banco, o projeto de Colombo Salles, que contou com a colaboração de Alcides Abreu, outro professor universitário, doutor em direito e do advogado e administrador Sergio Uchoa Rezende, foi deixado de lado até o governo de Antônio Carlos Konder Reis. Somente no Governo de Konder Reis e de seu vice Atílio Fontana, fundador da Sadia, é que o projeto original do banco viria a ser modificado possibilitando o nascimento do BADESC.

Ao chegar ao Governo Konder Reis e Fontana elaboraram o PG-Plano de Governo, que estava alinhado ao Plano Nacional de Desenvolvimento, o II PND, do período (1975-1979), que tinham como finalidade o aumento da produção de insumos básicos, de bens de

capital, alimentos e energia. Entretanto, devido as consequências da crise do petróleo, que trouxeram inflação e estagnação econômica, Konder Reis decidiu implementar a criação do BADESC, retirando do texto legal, toda e qualquer disposição que condicionasse a criação do banco a extinção do BRDE e do Codesul e transformando sua estrutura societária de sociedade anônima, para mista de capital autorizado. De posse da carta patente nº I-350, que autorizava o funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, o governador instituiu uma comissão que ficou responsável estruturação, organização e formação dos futuros comandantes do Banco. Durante 113 dias de trabalho até a formação e posse da primeira diretoria, muitas entidades colaboraram para a formação dos primeiros 55 funcionários como o BESC, a CELESC- Centrais Elétricas de Santa Catarina, a TELESC- Empresa de telecomunicações de Santa Catarina, o IBAGESC- Instituto Brasileiro de Assistência Gerencial de Santa Catarina, atualmente denominado Sistema brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas – o Sebrae, além da Universidade do Estado de Santa Catarina- A Udesc, e a Escola Superior de Administração e Gerencia (ESAG) (BADESC,2016).

Com a primeira diretoria eleita, em 25 de julho de 1975, e com a posse efetivada em 26 de agosto de 1976, sob o comando de Renato Ramos, que era formado em Direito e dos diretores Carlos Passoni Junior- diretor de operações industriais e operacionais, de Altino da Cunha- Diretor de operações rurais, de Marcilio Joao da Silva Medeiros Filho- Diretor Administrativo e Esperidião Amin Helou Filho- Diretor Financeiro, o banco iniciou seus trabalhos investindo nos setores industrial e rural, de forma que a prioridade era garantir infraestrutura necessária a um eficiente sistema de transportes, apto a escoar a produção catarinense e um eficiente sistema de comunicações. Entre outros objetivos estavam, também, a mecanização da atividade rural, a fim de aumentar significativamente a produção, a pavimentação de mil quilômetros de estradas, construção de pontes e viadutos, sendo o Badesc então, um dos canais mais utilizados para o financiamento dos projetos de infraestrutura do Estado de Santa Catarina. (BADESC, 2016).

Por intermédio do Badesc, buscou-se também, a melhoria do aproveitamento dos recursos minerais do Estado, com a indução para a formação de novos polos regionais de industrialização, de modo que em 1976 o banco passou a ter metas por área operacional, setor econômico e linhas de crédito.

Os recursos liberados pelo Badesc foram essenciais para o

desenvolvimento da economia catarinense ajudando no dinamismo da indústria hoje existente no Estado, podendo-se observar seus reflexos nos setores agroindustrial, eletro-metal-mecânico, revestimentos cerâmicos e têxtil. Tudo isso, foi possível pela aliança formada entre os empreendedores e pelo novo arranjo financeiro criado pelo Estado, por meio do Badesc e de sua estrutura descentralizada.

Tal fato pode ser contado pelo depoimento de Jorge Alberto da Silva, que ao lado do Presidente Plínio de Nez foi até a região oeste, em um encontro com empresários da região. Conta Silva, que o então presidente após a apresentação das linhas de crédito do Banco disse “ Eu trouxe o Banco até aqui, agora não que me envergonhem” O resultado foi uma inadimplência zero (BADESC, 2016, p. 41).

Nos primeiros dez anos, a atuação do Badesc esteve concentrada de acordo com os setores econômicos mais importantes de cada região do Estado, de forma a fortalecer os setores já existentes. Assim, a região sul teve como principal objetivo o fomento a industrialização mineral e o revestimento cerâmico, além do incentivo às atividades turísticas, a região oeste teve no setor agroindustrial o pilar da sua industrialização e desenvolvimento econômico, o que possibilitou o surgimento de grandes empresas, que atuam na exportação para mais de 80 países. Na região serrana, o fomento a industrialização se deu a partir do incremento dos setores madeireiros, de celulose e papel, além da pecuária. Embora nos anos 1970, o setor madeireiro tenha enfrentado uma grave crise, pode-se observar uma expansão da indústria moveleira. Já na região do norte e planalto norte as ações do banco buscaram fomentar e fortalecer o setor metal mecânico, com a instalação de fábricas de motores elétricos, carrocerias de automóveis, refrigeradores, produtos sanitários, farmacêuticos entre outros. Para o Vale do Itajaí, foram desenvolvidas ações em torno da indústria têxtil e atividades ligadas ao porto de Itajaí. Por fim, na região de Florianópolis o banco intensificou o desenvolvimento de atividades turísticas (BADESC, 2016).

Por fim, pode-se concluir ao final deste capítulo que os bancos de desenvolvimentos são elementos importantíssimos para o processo de industrialização, e por consequência do processo de desenvolvimento econômico.

4 A ATUAÇÃO DOS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2014.

4.1 BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA- BADESC.

No período analisado entre os anos de 2003 a 2014, pode-se observar uma descontinuidade no volume de crédito liberado no primeiro período de 2004 a 2008. Este fato decorreu do desenquadramento de operações realizadas pelo banco com recursos do BNDES, no ano de 2004, impedindo o banco de operar com repasse de recursos não somente do BNDES, mas também dos bancos públicos federais. Este desenquadramento ocorreu em virtude de, os contratos de financiamento não estarem em conformidade com as normas das linhas de crédito, muito embora, não fosse observado inadimplência nesses. Referida situação foi resolvida apenas no ano de 2008, por meio dos diversos processos administrativos abertos pelo Badesc. Em virtude disto, neste período o banco somente pôde operar com recursos próprios, diminuindo em muito sua capacidade de liberação de recursos (BADESC, 2016). Pode-se atribuir a este problema, em parte, ao distanciamento do Governador Luiz Henrique da Silveira, 2003-2010, em relação do Governo Federal de Luiz Inácio Lula da Silva, que certa vez admitiu, em entrevista ao colunista político Moacir Pereira, da RBS TV, que ficou mais de dois anos sem falar com o Presidente da República.

Aliado a isto, ainda estava o fato do retorno dos recursos ao BNDES. Diante disso, durante o período de 2004-2008 o banco viu seu volume de desembolsos cair fortemente em todos os setores. Nesta senda, pôde-se observar, que os recursos disponíveis eram distribuídos quase equitativamente entre os setores, diferentemente do observado no ano de 2003, em que o setor industrial recebeu o dobro de recursos do setor de comércio e serviços. Por sua vez, pode-se verificar que em 2004, os recursos ficaram reduzidos a um terço, se comparado ao ano de 2003, a título comparativo o setor de comércio e reparação de veículos automotores recebeu somente R\$15.577.164,8, menos da metade dos recursos do ano anterior. Da mesma forma, os financiamentos destinados à indústria apresentaram uma queda significativa, saindo de R\$93.457.626.69 para R\$35.144.412.37.

Porém, a queda mais drástica foi sentida no período 2005-2007. Isso porque, em 2005, a queda foi ainda maior nos recursos destinados às indústrias, que somaram apenas R\$11.291.291.79, frente aos

R\$ 36.127.650,00 vistos um ano antes e os R\$ 95.644.326,66 observados dois anos antes, assim como, no setor industrial, o setor de comércio e serviços contratou apenas R\$12.840.758,32, valor muito inferior ao observado no ano de 2004, R\$30.613.101,84 e mais baixo, ainda, que os R\$47.135.262,30 observados em 2003. Assim como em 2005, os anos 2007 e 2008, o setor de comércio e serviços recebeu mais recursos que o setor industrial. No ano de 2008, o fato marcante foi pagamento total da dívida do Badesc para com o BNDES o que lhe possibilitou retornar a operar com o repasse de recursos deste banco e, também, com recursos da Caixa Econômica Federal. Já o ano de 2009 ficou marcado pela retomada do investimento no setor industrial, triplicando os investimentos feitos um ano antes e sendo em torno de 46% maior que os recursos liberados ao setor de comércio e serviços, isto em parte, pode ser atribuído ao fato das catástrofes naturais que atingiram algumas regiões ao Estado, acarretando prejuízos a diversas empresas, que foram socorridas por este. Em 2010 pode-se observar a continuidade neste movimento com o aumento na liberação de recursos e com o setor industrial recebendo 52% a mais de recursos, que o setor de comércio e serviços. Já em 2011, pode-se observar a ruptura do crescimento das liberações com o setor industrial, tendo o setor de comércio e serviços angariado a maioria dos recursos e representando um salto de 76% dos recursos liberados frente ao ano anterior.

No período 2012-2013, o banco retomou o foco das operações para o setor industrial, quase dobrando os valores liberados frente ao ano anterior e mantendo o crescente volume de recursos ao setor de comércio e serviços. No primeiro ano, a carteira de crédito do Badesc totalizou 632.43 milhões de reais, o que representou o incrível salto de 87,2%, se comparado com o ano de 2011. O setor privado deteve 56,88% do total das operações enquanto o setor público ficou com 43,12%. As operações de crédito contratadas somaram 407,68 milhões de reais, o que representou um crescimento de 21,28%, sendo que do total, 182,31 milhões foram destinadas ao setor privado, o que representou um aumento de mais de 50% em relação ao ano de 2011, e representou 44,68% dos recursos desembolsados. No que toca as operações oriundas de repasses de recursos do BNDES, tem-se que totalizaram 124,47 milhões, o que representou um aumento de 110,85% em relação ao período anterior. (BADESC,2012). Este movimento, deve-se, em parte, a aproximação do Governador de Santa Catarina Raimundo Colombo, com o Governo Federal, de Dilma Rousseff, o que permitiu um maior repasse de recursos do BNDES para o BADESC.

Em 2013, demonstrando a continuação do ciclo de crescimento, a

carteira de crédito do BADESC apresentou um incremento de 18,8%, sendo que a carteira de crédito privado representou 64% do total, um expressivo aumento frente ao 56,88% anteriores. Parte disso, deve-se ao repasse de recursos oriundos do BNDES que somaram 193,6 milhões de reais, o que representou um aumento de 57.6%, em relação ao exercício anterior (BADESC, 2013).

Fechando a série, o ano de 2014 demonstrou uma queda significativa no volume de recursos liberados para ambos os setores, mas mantendo, ainda, o setor industrial como principal destinatário dos recursos.

Verifica-se, ainda que durante todo o período analisado, no setor de comércio e serviços, o subsetor de comércio e reparação de veículos automotores foi o que mais recebeu recursos durante a série histórica 51,84% do total, liderando as contratações em quase todos os anos, com exceção de 2006, 2007, 2009. Anos em que, o setor de atividades financeiras foi o que mais recebeu recursos, sendo o segundo subsetor que mais recebeu recursos no período 2003-2014, 30,05% do total. Estes dois subsetores foram responsáveis por mais de 80% dos recursos contratados durante toda a série. Destaque, para as liberações no setor de educação, que somente não receberam recursos no período 2007-2009 e pela pulverização do restante dos recursos entre os demais setores. Do lado da indústria, embora pode-se concluir pela pulverização dos recursos entre os principais subsetores industriais do Estado de Santa Catarina, pode-se apontar de uma forma restrita que o subsetor plástico, alimentício, móveis e cerâmico foram os grandes responsáveis pelas contratações, com o setor de plástico contratando de uma forma contínua, mas não crescente no período 2009-2014.

Neste sentido, no quadro abaixo, estão os recursos contratados pelo banco por setor e o volume total ano por ano do período analisado, em valores deflacionados.

Tabela 1 - BADESC: Volume de crédito contratado por ano e setores de atividade econômica, no período 2003-2014. Dados deflacionados (IPCA). Valores em Reais.

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO/ SERVIÇOS	TOTAL GERAL
2003	-	204.871.983	100.964.636	305.836.620
2004	-	71.918.972	60.942.241	132.861.213
2005	-	21.267.714	24.186.212	45.453.926
2006	-	17.385.238	17.161.613	34.546.852
2007	-	17.449.158	22.555.527	40.004.685
2008	-	17.765.411	34.312.209	52.077.620
2009	9.415.267	57.933.771	39.753.896	107.102.935
2010	11.282.921	71.373.608	46.909.350	129.565.880
2011	-	67.162.945	77.544.980	144.707.925
2012	-	136.406.921	89.532.027	225.938.949
2013	-	154.602.222	97.038.879	251.641.101
2014	-	86.012.538	58.658.970	144.671.508
TOTAL	20.698.189	1.076.530.282	770.066.980	1.867.295.452

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa, fornecidos pelo BADESC (2017).

Dentro da distribuição dos recursos acima apontados, pode-se aduzir que o setor industrial ficou com o maior percentual dos recursos, liderando os desembolsos durante a maioria dos anos da série histórica. No período, 2009-2014, pós crise de 2008, o setor de comércio e serviços, somente recebeu maior volume de recursos no ano de 2011.

Tabela 2 - BADESC: Participação dos setores econômicos por ano, no período 2003-2014. (Em porcentagem)

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO/ SERVIÇOS	TOTAL GERAL
2003	0	66,99	33,01	100,00
2004	0	54,13	45,87	100,00
2005	0	46,79	53,21	100,00
2006	0	50,32	49,68	100,00
2007	0	43,62	56,38	100,00
2008	0	34,11	65,89	100,00
2009	8,79	54,09	37,12	100,00
2010	8,71	55,09	36,21	100,00
2011	0	46,41	53,59	100,00
2012	0	60,37	39,63	100,00
2013	0	61,44	38,56	100,00
2014	0	59,45	40,55	100,00

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa, fornecidos pelo BADESC (2017).

Por fim, demonstrado a comparação entre a taxa de variação de contratação entre os setores e o total geral do crédito, pode-se observar a queda no volume setorial e geral das contratações nos primeiros anos do período que foram afetados pela impossibilidade de operar com recursos de repasse do BNDES e a forte retomada no ano de 2009 como reflexo das políticas anticíclicas adotadas pelo Estado.

Tabela 3 - BADESC: Taxa de Variação para o ano anterior por setores, no período 2003-2014.(Em porcentagem)

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO / SERVIÇOS	TOTAL GERAL
2003				
2004	-	-64,90	-39,64	-56,56
2005	-	-70,43	-60,31	-65,79
2006	-	-18,26	-29,04	-24,00
2007	-	0,37	31,43	15,80
2008	-	1,81	52,12	30,18
2009	-	226,10	15,86	105,66
2010	19,84	23,20	18,00	20,97
2011	-	-5,90	65,31	11,69
2012	-	103,10	15,46	56,13
2013	-	13,34	8,38	11,38
2014	-	-44,37	-39,55	-42,51

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa, fornecidos pelo BADESC (2017).

4.2 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL-BRDE

No período pesquisado, entre 2003 a 2014, pode-se observar a evolução no volume de contratações de crédito pelo BRDE. Apesar da pequena queda apresentada no volume geral de recursos liberados, o ano de 2004 ficou marcado pelo desembolso maior de crédito para o setor de comércio e serviços, fato este, que, somente seria revisto em 2013. Com uma expressiva aceleração no ano de 2005, apresentando um incremento de 83% no volume de contratações no setor industrial, em especial nas indústrias de transformação, o ano ficou marcado como início de longo ciclo de aumento na liberação de crédito, que somente sofreria uma retração em 2014. Para a indústria, houve a liberação de R\$148.919.040,49, frente aos R\$ 41.260.408.12 vistos um ano antes. Referido movimento pôde ser novamente observado no ano de 2008, como reflexo da crise mundial e pela implementação de políticas anticíclicas. Em 2006, o BRDE atingiu uma importante marca histórica, na qual a carteira de crédito alcançou mais de 1 Bilhão, sendo que deste total, um terço foi destinado às micro, pequenas e médias empresas. Ainda em 2006, pode-se observar que Santa Catarina foi o Estado que

mais recebeu recursos do BRDE, 352,00 milhões de reais ou 41,7% do total de recursos contratados pelo banco, sendo que R\$45.974.984,76 foram destinados à agricultura, R\$ 196.694.383,68 destinados à indústria e o restante setor de comércio e serviços. No ano de 2008, como forma de enfrentamento à crise econômica mundial, diversas ações, medidas anticíclicas, foram tomadas para ajudar o país a sair da crise, como consequência destas ações o volume de desembolsos do banco aumentou significativamente, passando de R\$ 325.610.880,22, para R\$496.455.971,31. Pode-se observar, também, uma guinada nos desembolsos, direcionando parte do crédito ao setor de comércio e serviços, liderado pela forte liberação para o subsetor de comércio e reparação de veículos automotores. Embora, no período entre 2009 a 2010 não tenha havido um incremento significativo na liberação de crédito, no ano de 2010, o setor industrial apresentou um salto considerável, devido aos investimentos em eletricidade e gás, compensando a baixa apresentada pelo setor de comércio e serviços. Já no ano de 2011, pode-se observar uma descontinuidade no volume de investimentos, com uma pequena retração no volume de crédito liberado, mostrando apenas uma evolução no setor ligado à agricultura e pecuária. No que toca ao período de 2012 a 2013 pode-se observar um forte incremento no volume de crédito, mais do que dobrando os valores liberados no ano de 2011 e consolidando a expansão no setor agropecuário, e no subsetor de transportes, armazenagem e correios, que passou de R\$ 53.680.275,60 em 2011, para 85.164.300,17 em 2012, e o significativo salto para R\$171.818.621.80. Grande parte deste movimento deve-se a forte retomada no volume de investimentos no setor de comércio e serviços, que no ano de 2013, pela segunda vez no período, ultrapassa o volume de recursos liberados para setor industrial. Desta feita, o setor industrial liderou as contratações durante todo o período analisado, com exceção dos anos de 2004 e 2013. Importante constar que, no ano de 2013, o BRDE celebrou o contrato de financiamento da fábrica da BMW em Araquari, no valor de 240 milhões de reais.

Embora o ano de 2014 tenha apresentado uma queda em torno de 19% no volume de recursos contratados, ele representou a continuidade do crescimento do volume de recursos iniciada em 2012, representando, em média, o dobro das contratações no período 2008-2011, considerando dados não deflacionados.

Durante o período analisado pode-se perceber, que dentro do setor de comércio e serviços, os financiamentos ficaram em grande parte com o subsetor de comércio e reparação de veículos automotores com

45,63% do total. Sendo que este subsetor apresentou contratações em todos os anos do período, e de forma crescente entre 2003-2009. O subsetor de transporte da mesma forma, obteve grande parte dos recursos totais no período, ficando com 33,44% do total, embora o volume de contratações tenha oscilado bastante neste período. Outro subsetor que chamou atenção pelo volume de contratações nos anos de 2013 e 2014, embora bem abaixo dos supramencionados, foi o de atividades financeiras com 5% do total de contratações do período 2003-2014, e correspondendo a 11,74% das contratações entre 2013 e 2014.

O subsetor de saúde humana e serviços sociais ainda ficou com 4,44% do total das contratações do período, apresentando contratações constantes embora oscilantes no período.

Muito embora, a carteira de crédito total no banco o coloque dentro do contexto nacional, como uma pequena instituição financeira, importante destacar que, além de ser um banco oficial de crédito, este está voltado a oferecer linhas de financiamentos de médio de longo prazo, diferentemente dos grandes bancos privados, que somente dispõe a curto prazo.

No quadro abaixo, estão os recursos contratados pelo banco por setor e o volume total ano por ano do período analisado, em valores deflacionados.

Tabela 4-BRDE: Volume de crédito contratado, por ano e setores de atividade econômica, no período 2003-2014. Dados deflacionados (IPCA). Valores em Reais.

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO/ SERVIÇOS	TOTAL GERAL
2003	123.010.400	164.560.967	63.122.758	350.694.127
2004	105.924.841	82.138.091	113.976.407	302.039.340
2005	102.747.475	280.496.481	137.938.645	521.182.602
2006	83.959.850	359.204.709	134.856.451	578.021.010
2007	90.004.274	318.641.271	160.599.093	569.244.638
2008	145.833.065	365.758.984	307.975.621	819.567.672
2009	125.850.845	403.975.292	348.168.437	877.994.575
2010	94.659.920	520.143.812	217.975.418	832.779.151
2011	141.570.297	401.529.626	192.097.009	735.196.933
2012	220.879.039	428.747.255	328.792.179	978.418.475
2013	303.631.701	552.018.567	743.138.775	1.598.789.044
2014	224.705.835	650.252.037	342.193.038	1.217.150.910
TOTAL	2.170.988.204	5.172.342.223	3.873.367.393	11.216.697.821

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa, fornecidos pelo BRDE (2017).

Dentro da distribuição dos recursos, percebe-se a predominância do setor industrial na participação dos recursos durante a série histórica, com o setor de comércio e serviços ficando poucas vezes à frente.

Tabelas 5- BRDE: Participação dos setores econômicos por ano, no período analisado 2003-2014.(Em porcentagem)

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO/ SERVIÇOS	TOTAL GERAL
2003	35,08	46,92	18,00	100,00
2004	35,07	27,19	37,74	100,00
2005	19,71	53,82	26,47	100,00
2006	14,53	62,14	23,33	100,00
2007	15,81	55,98	28,21	100,00
2008	17,79	44,63	37,58	100,00
2009	14,33	46,01	39,65	100,00
2010	11,37	62,46	26,17	100,00
2011	19,26	54,62	26,13	100,00
2012	22,58	43,82	33,60	100,00
2013	18,99	34,53	46,48	100,00
2014	18,46	53,42	28,11	100,00
MÉDIA	20,25	48,80	30,96	100,00

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa, fornecidos pelo BRDE (2017).

Demonstrada a comparação entre a taxa de variação de contratação entre os setores e o total geral do crédito, pode-se observar a queda no volume setorial, em três momentos no setor industrial, em quatro momentos no setor de comércio e serviços e em 5 anos no total geral de contratações. Entretanto, tem-se que estas quedas ocorrem posteriormente a grandes expansões de crédito, sendo assim, absolutamente normal uma correção. No mais, há de se considerar que a época possa ter existido oferta de crédito, mas não demanda.

Tabela 6-BRDE: Taxa de variação para o ano anterior, por setores, no período 2003-2014. (Em porcentagem)

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO/ SERVIÇOS	TOTAL GERAL
2003				
2004	-13,89	-50,09	80,56	-13,87
2005	-3,00	241,49	21,02	72,55
2006	-18,29	28,06	-2,23	10,91
2007	7,20	-11,29	19,09	-1,52
2008	62,03	14,79	91,77	43,97
2009	-13,70	10,45	13,05	7,13
2010	-24,78	28,76	-37,39	-5,15
2011	49,56	-22,80	-11,87	-11,72
2012	56,02	6,78	71,16	33,08
2013	37,47	28,75	126,02	63,41
2014	-25,99	17,80	-53,95	-23,87
MÉDIA	10,24	26,61	28,84	15,90

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa, fornecidos pelo BRDE (2017).

4.3 BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-BNDES

Antes de analisar a atuação do BNDES no período 2003-2014, é mister abordar o plano estratégico da instituição elaborado no ano de 2000, com vigência para o quinquênio 2000-2005. Isso porque, este plano estabeleceu como prioridades para o banco o investimento em: desenvolvimento social, na infraestrutura, em transportes, telecomunicações, energia, o apoio às micro e pequenas empresas, o incentivo às exportações, as privatizações no setor público de forma a reduzir as desigualdades regionais. (BNDES, 2000).

Aliado ao plano estratégico, a crise no setor de energia elétrica, nos anos de 2001 e 2002, resultou na elaboração do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio as Concessionárias de Serviços Públicos e Geração de Energia Elétrica e produtores independentes, que visava o investimento em novas fontes de geração e transmissão de energia. (BNDES, 2002, b)

Desta forma, o setor que mais recebeu recursos no período analisado dentro do período de vigência do plano, 2003-2005, em Santa Catarina, foi o setor de energia elétrica.

Durante todo o período analisado pode-se observar uma alternância na liderança de contratações entre o setor de comércio e serviços e o setor industrial, sendo que este liderou o recebimento dos recursos na maioria dos anos. Entretanto, esta liderança somente foi garantida pelo investimento no subsetor de eletricidade e gás, subsetor, este, garantidor do crescimento de todos os demais setores, principalmente o industrial. No período, este subsetor foi responsável por 47,75% do volume de recursos contratados, no setor de comércio e serviços.

Embora o ano de 2004 tenha apresentando uma queda drástica no volume de contratações, durante todo o período analisado, e não se possa observar um crescimento constante no volume de contratações, pode-se afirmar que houve uma variação muito grande no primeiro período, entre 2003 a 2008, em razão dos investimentos no subsetor de eletricidade e gás. No segundo período, entre 2009 a 2014, ao contrário do primeiro, pode-se observar uma constância no volume de crédito e um aumento significativo deste, se comparado ao primeiro período. Parte do aumento significativo, no segundo período, deve-se também, a adoção de medidas anticíclicas pelo governo federal de forma a combater os reflexos da crise econômica de 2008 e ao forte volume de recursos destinados ao setor de construção de embarcações para transporte. Embora este ano tenha apresentado uma queda substancial nos investimentos em termos de volume, pode-se considerar que os investimentos no setor de comércio e serviços foi muito positivo, haja vista, que este esteve pulverizado em vários subsetores, não existindo uma concentração em energia e gás, como nos anos anteriores. Deste modo, o setor industrial liderou as liberações apresentando um volume superior ao registrado um ano antes.

No ano de 2009, pode-se observar uma forte retomada no volume de contratações, reflexo da autorização concedida pela lei nº 11.948/09, que permitiu que o Tesouro Nacional aportasse no banco R\$100 bilhões de reais. Entretanto, ainda no ano de 2009, a Medida Provisória 472/09, ampliou estes valores em mais R\$80 bilhões de reais, o que transformou os aportes dos recursos do tesouro como principal fonte de recursos, representando 46,1% dos recursos de capital do banco, contra 39,5% de recursos do FAT. Neste ano pode-se observar a retomada nos investimentos no setor de comércio e serviços, devido aos fortes desembolsos aos subsetores relacionados à infraestrutura, em especial, novamente a geração de energia, que conseguiu 50% dos recursos liberados ao setor.

Em 2010, além dos valores liberados pela Lei 11.948/09 e pela

Medida Provisória MP 472/09, uma nova MP permitiu a destinação de mais R\$30 bilhões de reais ao banco, MP 505/10, o que representou 49,7% da estrutura de capital do Banco em 2010. (BNDES,2010).

Isso permitiu ao banco uma oferta maior de crédito, que pode ser observado já no ano de 2010, com uma contratação recorde ao setor industrial de Santa Catarina de R\$2.059.625.420, na qual houve um forte investimento subsector de construção de embarcações, aliado à fabricação de cimento e motores elétricos. O setor de comércio e serviços, também, obteve um bom volume de recursos, que foram pulverizados em diversos subsectores.

Em 2011, o BNDES recebeu um novo aporte de recursos por parte do Tesouro Nacional, no montante de R\$50,25 bilhões de reais, compondo o saldo de R\$ 310 bilhões de reais de recursos do Tesouro Nacional, contra R\$177 bilhões de saldo de recursos do FAT. (BNDES, 2011)

Foi possível observar a retomada do investimento no setor de comércio e serviços, em especial os destinados à infraestrutura de transportes, o que garantiu ao setor o maior volume de recursos liberados. Na indústria, embora tenha havido uma queda no volume de investimentos, pode-se observar uma continuidade nos investimentos em equipamentos de transporte, em especial para construção de embarcações.

Em 2012, pode-se observar uma retomada no volume de recursos liberados para o setor de comércio e serviços, com a retomada nos investimentos em geração de energia elétrica, e transportes, aliado a um forte volume de recursos destinados a administração pública. O que garantiu ao setor o maior volume de recursos frente ao setor industrial. Neste setor pode-se observar a continuidade nos investimentos para construção de embarcações comerciais.

O ano de 2013, ficou marcado pelo forte desembolso no setor de comércio e serviços, existindo, entretanto, uma concentração dos recursos destinados, à administração pública e com o retorno do investimento em geração de energia elétrica. Muito embora os recursos destinados ao setor industrial tenham apresentado uma queda expressiva, pode-se notar os desembolsos destinados ao setor de alimentos, em especial os destinados à exportação.

Fechando a série histórica, 2003-2014, observou-se uma continuidade no volume de contratações para o setor de comércio e serviços, com forte destinação ao subsector de eletricidade e gás. Neste ano o setor industrial liderou os investimentos, com a continuidade de desembolsos no setor de construção de embarcações, e fabricação de

máquinas e equipamentos.

Durante o período analisado 33,56%, os recursos destinados ao setor de comércio e serviços, foram contratados pela administração pública, seguidos por 9,55% para as atividades auxiliares de transporte.

Já no setor industrial, 33,22% dos recursos foram contratados pelo subsetor de equipamento de transporte. Seguidos pelo de máquinas e aparelhos elétricos com 13,57%, produtos alimentícios 11,75%, papel e celulose com 9,78%, embora este setor somente tenha contratado em dois anos da série histórica e 7,2% com o setor de madeira.

Abaixo está o quadro comparativo da distribuição dos recursos do BNDES entre os setores de atividade econômica, em dados deflacionados.

Tabela 7-BNDES: Volume de crédito contratado, por ano e setores de atividade econômica no Estado de Santa Catarina, no período 2003-2014. Dados deflacionados (IPCA). Valores em Reais.

ANO	AGROPE- CUÁRIA	INDÚSTRIA/ INFRA- ESTRUTURA	COMÉRCIO\ SERVIÇOS	TOTAL GERAL
2003	-	2.740.870.503	13.668.805	2.754.539.309
2004	-	225.455.041	47.221.799	272.676.840
2005	31.135.084	1.167.818.410	105.546.910	1.304.500.405
2006	-	862.978.914	74.402.497	937.381.411
2007	28.701.347	4.443.909.586	50.692.657	4.523.303.591
2008	28.136.480	1.325.868.550	42.284.059	1.396.289.091
2009	31.652.508	3.073.400.122	188.819.113	3.293.871.744
2010	-	3.182.792.294	229.791.616	3.412.583.910
2011	-	2.589.745.622	252.657.497	2.842.403.119
2012	1.459.848	2.464.339.617	1.182.227.370	3.648.026.836
2013	6.105.855	663.335.541	3.811.140.617	4.480.582.014
2014		1.640.239.748	261.290.402	1.901.530.151
ToTAL	127.191.125	27.463.603.630	6.575.729.882	34.166.524.638

Fonte: Dados disponibilizados pelo BNDES na internet (2017).

Dentro da distribuição dos recursos, percebe-se a predominância do setor industrial/infraestrutura na participação dos recursos durante a série histórica, haja vista o BNDES ser o financiador dos grandes

projetos de infraestrutura no Estado e responsável pelos grandes financiamentos industriais. Importante destacar, que considerando os recursos indiretos, a participação do BNDES é ainda maior que a apresentada no quadro.

Tabela 8- BNDES: Participação dos setores econômicos por ano, no período 2003-2014.(Em porcentagem)

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA/ INFRA- ESTRUTURA	COMÉRCIO/ SERVIÇOS	TOTAL
2003	0	99,50	0,50	100,00
2004	0	82,68	17,32	100,00
2005	2,39	89,52	8,09	100,00
2006	0	92,06	7,94	100,00
2007	0,63	98,24	1,12	100,00
2008	2,02	94,96	3,03	100,00
2009	0,96	93,31	5,73	100,00
2010	0	93,27	6,73	100,00
2011	0	91,11	8,89	100,00
2012	0,04	67,55	32,41	100,00
2013	0,14	14,80	85,06	100,00
2014	0	86,26	13,74	100,00

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa e disponibilizados pelo BNDES na internet (2017).

Em que pese, o BNDES apresente grandes variações no volume de recursos desembolsados de ano para ano, principalmente no setor industrial e de infraestrutura, isto deve-se em parte, que os recursos contratados são liberados não de uma forma única e imediata, talvez por isso, a grande variação apresentada neste setor. Entretanto para o setor de comércio e serviços, pode-se observar grandes saltos em alguns anos do período, em especial os anos, de 2004,2005,2009,2012 e 2013.

Tabela 9- BRDE: Taxa de variação para o ano anterior, por setores, no período 2003-2014.(Em porcentagem)

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA/ INFRA- ESTRUTURA	COMÉRCIO\ SERVIÇOS	TOTAL
2003	-	0	0	0
2004	-	-91,77	245,47	-90,10
2005	-	417,98	123,51	378,41
2006	-	-26,10	-29,51	-28,14
2007	-	414,95	-31,87	382,55
2008	-1,97	-70,16	-16,59	-69,13
2009	12,50	131,80	346,55	135,90
2010	-	3,56	21,70	3,60
2011	-	-18,63	9,95	-16,71
2012	-	-4,84	367,92	28,34
2013	318,25	-73,08	222,37	22,82
2014	-	147,27	-93,14	-57,56

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa e disponibilizados pelo BNDES na internet (2017).

4.4 SÍNTESE DOS VALORES LIBERADOS PELOS TRÊS BANCOS.

De maneira geral e como forma de melhor apresentar os dados obtidos com a pesquisa, seguem reunidos em quadros os números dos três bancos, de modo a compará-los.

Tabela 10 Total de desembolsos por Banco de Desenvolvimento, no período 2003-2014. Dados deflacionados (IPCA). Valores em Reais.

ANO	TOTAL/BNDES	TOTAL/BRDE	TOTAL/BADESC	TOTAL GERAL
2003	2.754.539.309	350.694.127	305.836.620	3.411.070.056
2004	272.676.840	302.039.340	132.861.213	707.577.394
2005	1.304.500.405	521.182.602	45.453.926	1.871.136.934
2006	937.381.411	578.021.010	34.546.852	1.549.949.275
2007	4.523.303.591	569.244.638	40.004.685	5.132.552.916
2008	1.396.289.091	819.567.672	52.077.620	2.267.934.384
2009	3.293.871.744	877.994.575	107.102.935	4.278.969.255
2010	3.412.583.910	832.779.151	129.565.880	4.374.928.943
2011	2.842.403.119	735.196.933	144.707.925	3.722.307.978
2012	3.648.026.836	978.418.475	225.938.949	4.852.384.260
2013	4.480.582.014	1.598.789.044	251.641.101	6.331.012.160
2014	1.901.530.151	1.217.150.910	144.671.508	3.263.352.570
TOTAL	34.166.524.638	11.216.697.821	1.867.295.452	47.250.517.912

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa, fornecidos pelos bancos BADESC, BRDE e BNDES (2017).

Em relação à participação no volume total de recursos contratados, pelos bancos, pode-se observar, que em todo o período, o BNDES foi o grande responsável pelo volume final de crédito contratado, com exceção do ano de 2004, em que o BRDE obteve a maior participação. Embora o BADESC, presente, ao final, uma diminuta participação, isto não retira sua importância dentro da oferta de crédito, haja vista, ainda, que nos últimos anos este tem retomado seu percentual de participação, vistos nos anos anteriores ao seu impedimento de repassar recursos do BNDES.

Tabela 11-Participação no volume total de recursos, por banco, no período 2003-2014. (Em porcentagem)

ANO	TOTAL/BNDES	TOTAL/BRDE	TOTAL/BADESC	TOTAL GERAL
2003	80,75	10,28	8,97	100,00
2004	38,54	42,69	18,78	100,00
2005	69,72	27,85	2,43	100,00
2006	60,48	37,29	2,23	100,00
2007	88,13	11,09	0,78	100,00

2008	61,57	36,14	2,30	100,00
2009	76,98	20,52	2,50	100,00
2010	78,00	19,04	2,96	100,00
2011	76,36	19,75	3,89	100,00
2012	75,18	20,16	4,66	100,00
2013	70,77	25,25	3,97	100,00
2014	58,27	37,30	4,43	100,00

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa, fornecidos pelos bancos BADESC, BRDE e BNDES (2017).

No total do volume contratados entre os três grandes setores é notória a predominância da indústria nas contratações, principalmente em virtude da atuação do BNDES. Destoando do movimento predominante do período, no ano de 2013 o setor de comércio e serviços foi o grande destino dos financiamentos contratados.

Tabela 12-Volume de crédito contratado (BNDES+BRDE+BADESC), por ano e setores de atividade econômica, no período 2003-2014. Dados deflacionados (Valores em Reais)

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO/ SERVIÇOS	TOTAL GERAL
2003	123.010.400	3.110.303.455	177.756.201	3.411.070.056
2004	105.924.841	379.512.104	222.140.447	707.577.394
2005	133.882.559	1.469.582.606	267.671.768	1.871.136.934
2006	83.959.850	1.239.568.862	226.420.562	1.549.949.275
2007	118.705.621	4.780.000.016	233.847.278	5.132.552.916
2008	173.969.546	1.709.392.947	384.571.890	2.267.934.384
2009	166.918.621	3.535.309.186	576.741.447	4.278.969.255
2010	105.942.842	3.774.309.714	494.676.385	4.374.928.943
2011	141.570.297	3.058.438.193	522.299.486	3.722.307.978
2012	222.338.888	3.029.493.794	1.600.551.577	4.852.384.260
2013	309.737.557	1.369.956.331	4.651.318.271	6.331.012.160
2014	224.705.835	2.376.504.324	662.142.410	3.263.352.570
TOTAL	1.910.666.862	12.824.602.389	32.107.038.005	41.763.176.131

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa, fornecidos pelos bancos BADESC, BRDE e BNDES (2017).

Ainda, como reflexo dos números acima apresentados, pode-se observar abaixo, como a indústria mantém forte sua participação percentual na distribuição das contratações, com exceção do ano de 2013, em que o setor de serviços obteve 73,47% dos recursos.

Tabela 13-Participação dos setores econômicos por ano, no período 2003-2014. (Em porcentagem)

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO/ SERVIÇOS	TOTAL GERAL
2003	3,61	91,18	5,21	100,00
2004	14,97	53,64	31,39	100,00
2005	7,16	78,54	14,31	100,00
2006	5,42	79,97	14,61	100,00
2007	2,31	93,13	4,56	100,00
2008	7,67	75,37	16,96	100,00
2009	3,90	82,62	13,48	100,00
2010	2,42	86,27	11,31	100,00
2011	3,80	82,17	14,03	100,00
2012	4,58	62,43	32,98	100,00
2013	4,89	21,64	73,47	100,00
2014	6,89	72,82	20,29	100,00

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa, fornecidos pelos bancos BADESC, BRDE e BNDES (2017).

De forma a melhor analisar o movimento de contratação de crédito durante todo o período, demonstra-se a taxa de variação por setor ano após ano, na série histórica.

Tabela 14- Taxa de Variação para o ano anterior, por setores, no período 2003-2014. (Em porcentagem)

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO/ SERVIÇOS	TOTAL GERAL
2003	0	0	0	0
2004	-13,89	-87,80	24,97	-79,26
2005	26,39	287,23	20,50	164,44
2006	-37,29	-15,65	-15,41	-17,17
2007	41,38	285,62	3,28	231,14
2008	46,56	-64,24	64,45	-55,81
2009	-4,05	106,82	49,97	88,67
2010	-36,53	6,76	-14,23	2,24
2011	33,63	-18,97	5,58	-14,92
2012	57,05	-0,95	206,44	30,36
2013	39,31	-54,78	190,61	30,47
2014	-27,45	73,47	-85,76	-48,45

Fonte: Dados obtidos com a pesquisa, fornecidos pelos bancos BADESC, BRDE e BNDES (2017).

4.5 CONTRIBUIÇÃO DOS BANCOS PARA A GERAÇÃO DE NOVAS VAGAS DE EMPREGO.

As contratações pelos três bancos de desenvolvimento, acima demonstradas, contribuíram para a geração de novos postos de trabalho durante quase todo o período analisado, no qual somente os anos de 2013 e 2014 apresentaram um saldo negativo no número de novos empregos.

Tabela 15 – Saldo da movimentação dos empregos formais, por setor, no Estado de Santa Catarina , no período 2003-2014

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO/SERVIÇOS
2003	608	38.167	24.856
2004	27	39.908	21.387
2005	341	57.983	25.306
2006	1.022	44.099	28.785
2007	-576	25.162	26.428
2008	259	73.065	27.657
2009	33	40.922	34.333
2010	460	30.113	23.267
2011	362	36.464	31.956
2012	101	19.478	28.242
2013	-638	-54.093	-5.408
2014	-167	-23.985	-8.854

Fonte: CAGED/MTE, série completa 2003-2014;

Dentre os setores analisados e os listados pela RAIS, pode-se acompanhar a movimentação do número de empregos entre os principais setores no Estado de Santa Catarina, no período analisado de 2003-2014.

Tabela16-Número de vínculos ativos, por setor, no período 2003-2014.

Ano	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Extrativo mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Total
2003	39.937	5.432	428.723	13.840	40.874	231.860	344.944	185.844	1.292.407
2004	44.274	6.501	478.002	14.022	43.943	258.554	368.722	192.229	1.406.247
2005	44.511	6.773	493.294	14.435	49.907	283.871	397.886	196.292	1.486.969
2006	42.574	6.299	531.464	12.302	52.822	298.070	432.335	222.588	1.598.454
2007	42.864	6.697	569.590	17.449	63.005	322.586	443.208	232.401	1.697.800
2008	42.802	7.711	581.610	17.453	75.901	344.885	481.475	225.767	1.777.604
2009	44.254	7.071	585.833	17.405	76.162	365.990	516.247	225.372	1.838.334
2010	43.105	7.377	630.596	17.322	89.045	395.888	554.063	232.258	1.969.654
2011	43.755	7.607	644.455	18.796	98.124	415.977	592.052	240.811	2.061.577
2012	41.634	8.125	641.212	19.089	98.979	427.408	625.134	241.421	2.103.002
2013	43.260	8.654	680.223	19.040	103.479	443.977	658.196	254.098	2.210.927
2014	44.872	8.496	684.309	20.124	105.331	455.439	694.185	261.177	2.273.933

Fonte: RAIS Vínculos/MTE série completa 2003-2016.

Tendo em vista, investimentos oportunizados pelos bancos por meios de seus financiamentos, além de contribuírem para a geração de novas vagas de trabalho, esses contribuíram para o crescimento do PIB Catarinense em todo o período.

Tabela 17-Evolução do PIB, PIB per capita, população em Santa Catarina, no período 2003-2014.

Ano	PIB Total (R\$ milhão)	Per capita (R\$)	População (hab.)	Taxa de Crescimento (PIB)
2003	143.192	25.199,91	5.682.236	9,74%
2004	154.068	26.681,02	5.774.446	7,60%
2005	160.697	27.391,99	5.866.568	4,30%
2006	170.106	28.549,54	5.958.266	5,85%
2007	182.906	31.178,06	5.866.487	7,52%
2008	203.518	33.625,03	6.052.587	11,27%
2009	205.434	33.574,59	6.118.743	0,94%
2010	229.715	36.756,20	6.249.682	11,82%
2011	244.236	38.663,03	6.317.054	6,32%
2012	254.261	39.832,24	6.383.286	4,10%
2013	268.507	40.472,89	6.634.254	5,60%
2014	285.318	36.055,90	6.727.148	6,26%
Média	178.711	28.427,17	5.259.340	5,81%

Fonte: IBGE/Censo; IBGE/Contas Regionais ; IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

4.6 CONCLUSÃO DA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS BANCOS

Diante de análise da atuação de cada banco no período pesquisado, 2003-2014, pode-se observar que o BNDES foi o grande responsável pelo financiamento da infraestrutura catarinense. Mas foi o BRDE aliado ao Badesc, os grandes responsáveis pelo financiamento à indústria e ao comércio de uma forma mais pulverizada.

Como reflexo disso, a taxa de crescimento do PIB Catarinense demonstrou um forte incremento para o primeiro período analisado de 2003-2008, ano em que se deu a crise econômica mundial. Ao analisar este período percebe-se que o volume de desembolsos dos três bancos, refletiram sozinhos até 2,8% do PIB. Acompanhando estas contratações houve um grande salto positivo na geração de empregos no primeiro período analisado, fechando 2008 com o maior número de empregos da série histórica.

Durante o segundo período, 2009-2014, já sofrendo consequências da crise econômica mundial, pode-se observar um salto no volume de contratações, refletindo a implementação de políticas públicas anticíclicas, que quase dobraram os valores liberados, aumentando a participação destes recursos no PIB de 1,12% em 2008 para 2,08% em 2009 e mantendo o forte volume de desembolsos até o ano de 2014. Tudo isto ajudou a economia do Estado a sustentar altas taxas de crescimento, como os 6,26% do ano de fechamento da série. Como reflexo dos recursos contratados e estas taxas de crescimento o número de vagas de emprego se mostrou positivo durante toda série histórica, com exceção dos dois últimos anos.

Tabela 18- Tabela comparativo de indicadores, PIB, taxa de crescimento do PIB, volume de desembolsos dos bancos (BNDES+BRDE+BADESC) e percentual dos desembolsos em relação ao PIB, no período 2003-2014.

Ano	PIB Total (R\$ milhão)	Taxa de Cresciment o (PIB)	Total de desembolsos BNDES BRDE e BADESC (R\$)	Percentual de desembolso s no PIB	Saldo de Empregos/CAGE D
2003	143.192	9,60%	3.411.070.056	2,38%	63.631
2004	154.068	7,60%	707.577.394	0,46%	61.322
2005	160.697	4,30%	1.871.136.934	1,16%	83.630
2006	170.106	5,85%	1.549.949.275	0,91%	73.906
2007	182.906	7,52%	5.132.552.916	2,80%	51.104
2008	203.518	11,27%	2.267.934.384	1,12%	100.981
2009	205.434	0,94%	4.278.969.255	2,08%	75.288
2010	229.715	11,82%	4.374.928.943	1,90%	53.840
2011	244.236	6,32%	3.722.307.978	1,52%	68.782
2012	254.261	4,10%	4.852.384.260	1,91%	47.821
2013	268.507	5,60%	6.331.012.160	2,36%	-60.139
2014	285.318	6,26%	3.263.352.570	1,14%	-33.006

Fonte: IBGE/Censo; IBGE/Contas Regionais; IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Dados disponibilizados pelos Bancos. CAGED

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que uma economia capitalista possa se desenvolver é necessário que os instrumentos financeiros de determinado país, ou região, estejam aptos a apoiar o desenvolvimento. Não existe uma fórmula certa e determinada que seguida, traga o desenvolvimento. As especificidades do atraso econômico de cada país, ou região, moldam o seu próprio processo de desenvolvimento. Diante disto, este trabalho procurou demonstrar como alguns países alcançaram o desenvolvimento, e como, de certa forma, cada um construiu seu desenvolvimento baseado em suas próprias peculiaridades. Entretanto, muito embora, cada Estado enfrentasse seus próprios problemas a questão do financiamento era um problema comum a todos, com exceção da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Para se entender a importância do financiamento e compreender a importância dos bancos, e dos bancos de desenvolvimento, é necessário entender o papel do crédito no processo de industrialização, há de citar CELSO Furtado, em sua frase, “não há como compreender o desenvolvimento sem entender a função do crédito”.

O dinheiro é o instrumento pelo qual os bancos se situam entre os poupadores e os empresários desprovidos de recursos, intermediando as reservas monetárias acumuladas e colocando-as à disposição dos empresários na forma de crédito bancário. Desta forma os bancos passaram a exercer uma importante função na economia capitalista, que é a sua financeirização, funcionando como uma alavanca dentro do processo de industrialização e do crescimento econômico.

Além disso, a importância do crédito não reside por si só, na disponibilidade de recursos ofertados pelos bancos em um volume suficiente diante da sua demanda. A decisão pelo investimento é decorrente de diversos fatores, dentre eles o custo do dinheiro, no qual a baixa taxa de juros, aliado a um longo período para pagamento são essenciais para o desenvolvimento de atividades com longos períodos de maturação.

Por isso, é essencial que as instituições financeiras ofertantes de crédito possuam um “funding” de longo prazo, alheio as incertezas econômicas e potenciais oscilações especulativas. Como na maioria das economias capitalistas não desenvolvidas o mercado financeiro não é desenvolvido, a grande maioria das instituições financeiras somente fornecem linhas de crédito de curto prazo, “finance”, não sendo suficientes para o apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas com retorno a longo prazo.

Devido a este problema que afetou o processo de industrialização da maioria dos países, com exceção dos EUA e Inglaterra, a grande parte dos Estados passaram a intervir na atividade econômica por meio de bancos de desenvolvimento, a fim de transpor a barreira da falta de crédito para investimentos.

No Brasil não foi diferente, com a Crise do Café em 1930, o Estado Novo passou a formular políticas públicas de industrialização do Brasil que foram aprimoradas por meio de Comissões Mistas do Brasil-EUA que buscaram identificar e corrigir os gargalos da indústria nacional. Neste momento histórico, o Brasil adotou as ideias desenvolvimentistas, que culminaram com a Criação da CEPAL e do primeiro Banco de Desenvolvimento do Brasil o BNDE, fundado em 1954. O BNDE se mostrou elemento indispensável para a execução dos projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil- EUA e no apoio aos programas de desenvolvimento dos governos seguintes, incluído o Governo JK e o Período Denominado Milagre Econômico.

Na década de 1960, atentas as medidas implementadas pelo governo JK, os governadores dos três Estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tomaram medidas a fim de inserir os três Estados no processo de industrialização liderado pelo Governo Federal e implementado no Estado de São Paulo. Dentre estas Medidas estavam a Criação de um Banco Regional de Desenvolvimento, o BRDE.

Entretanto, o Estado de Santa Catarina no governo Celso Ramos, atento ao já nascente processo de industrialização, conseguiu enxergar a necessidade de criação de um Banco Estadual, capaz de reunir as poupanças pulverizadas em diversas instituições bancárias, que não eram capazes de fornecer linhas de crédito a longo prazo, para o financiamento da indústria. Diante disso, fundou-se em 1964 o BDE, Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, que posteriormente foi transformado em Banco Comercial, sendo redenominado para BESC. Diante desta transformação Estado detectou a necessidade de uma nova instituição de fomento, destinada a fornecer linhas de crédito a longo prazo, que culminou com a criação do BADESC- Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, na década de 1970. Os bancos, BNDES, BRDE e BADESC foram os grandes responsáveis pelo fornecimento de linhas de crédito a longo prazo para as atividades econômicas desenvolvidas no Estado de Santa Catarina.

Diante da nova roupagem desenvolvimentista, adotadas em especial pelo Governo Federal em 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e seguidas pelos governos seguintes, de Dilma Rousseff,

pode-se observar, com o desenvolvimento do presente trabalho, a fundamental importância destes como elementos de apoio ao desenvolvimento socioeconômico, haja vista o destino dos recursos liberados nos anos de 2003 a 2014.

A análise setorial permitiu identificar os setores que mais receberam recursos e que faziam parte de políticas governamentais destinadas a alancar o crescimento dos demais setores. A exemplo disso, já em 2003, como reflexo da crise energética enfrentada pelo Brasil nos anos anteriores, pode-se observar um forte investimento em projetos de geração e transmissão de energia elétrica durante o período da série histórica 2003-2014.

Ao longo do trabalho, pode-se observar e comparar com as taxas de crescimento do PIB Catarinense e com o número de empregos gerados, que a função desempenhada pelos bancos foi essencial para o processo de acumulação capitalista, no primeiro período entre 2003 e 2007, e mais fundamental, ainda, para a implementação de políticas anticíclicas, combatendo a crise de 2008, estendendo fortemente a atuação até o ano de 2014 quando foi observado o menor desemprego da história.

Este é, inclusive, talvez, a principal função atual de um banco de desenvolvimento, o combate a crises econômicas com a implementação de políticas anticíclicas. Tanto, que há um debate na Grã-Bretanha sobre a necessidade da existência deste tipo de instituição financeira destinada a este fim, mesmo nas economias já desenvolvidas.

Portanto, este trabalho buscou evidenciar necessidade da existência e da atuação dos bancos de desenvolvimento, demonstrando a vinculação da atuação destes aos modelos de desenvolvimento seguidos pelo Estado em diferentes momentos da história. Quando o Estado assumiu a forma desenvolvimentista os bancos também assumiram esta forma, atuando como agentes financeiros dos planos de desenvolvimento, durante o período desenvolvimentista.

REFERENCIAS

- ALVES FILHO, Antonio **BESC: uma ideia: 35 anos depois.** [S. L.]: [s.n.], 1997. 157 p.
- BARKER, Wendy. **Os Bancos, a indústria e o Estado no Brasil.** Revista de Economia Política (REP). Vol. 10, nº 2, Abr-Jun – 1990. São Paulo.
- BASTOS, Pedro Cezar Zahluth. **A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo.** Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, dez. 2012.
- BIANCHI, Ítalo. História do Banco do Brasil. Rio de Janeiro. 1988
- BIELSCHOWSKY, Ricardo A. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 4.ed Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 480 p. ISBN 8585910089
- BNDES. **BNDES, 40 Anos: um agente de mudanças.** Rio de Janeiro, BNDES, 1992a.
- _____. **BNDES 50 anos de desenvolvimento.** 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_bndes50anos.html>. Acesso em: 03 nov. 2011.
- _____. **Relatório de Atividades.** 2000, 2001, 2002b, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011,2012,2013,2014,2015,2016.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia nacional e desenvolvimento. **Revista de Economia Política.** 2006, vol.26, n.2, pp. 203-230.
- _____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. In: Eli Diniz, org. **Globalização, Estado e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 63-97
- _____. O conceito histórico de desenvolvimento econômico.2006.

BRUCK, Nicholas. **Future role of national development banks in the 21st century**. Group Meeting “Rethinking the Role of National Development Banks”. Nova York: United Nations, Dec. 1-2 2005.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: UNESP, 2002. 423 p. ISBN 8571394040 Disponível em

CORREIO DO POVO. Porto Alegre. 03.12.1927

FERRAZ, ALEM, MADEIRA. A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, n. 40, p. 5-42, dez. 2013.

FERREIRA, Francisco Marcelo Rocha; MEIRELLES, Beatriz Barbosa (Org). Ensaio sobre economia financeira. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2009. 318 p. ISBN 9788587545312

FONSECA, Pedro C. Dutra. **BRDE**: da hegemonia a crise do desenvolvimento. Porto Alegre: BRDE, 1988. 131 p.

_____. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Paper para o seminário na UFRJ. Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade futura, 2002. 500p.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. 2.ed São Paulo: Nova cultural, 1985. 346 p

HOBSON, John A. A evolução do capitalismo moderno : estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 368 p. (Os economistas)

HUDSIN, BEZEMER .**A economia da bolha e a deflação da dívida Michael Hudson e Dirk Bezemer**. Disponível em:http://resistir.info/crise/hudson_16set12.html

LSE Growth Commission (2013, p. 25). Disponível em <http://www.lse.ac.uk/researchAndExpertise/units/growthCommission/documents/pdf/lseGCrep-Chap3.pdf>

KALECKI, Michel. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. São Paulo: Hucitec, 1977. 193 p

KEYNES, John Maynard. . *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda :inflação e deflação.* 2.ed São Paulo: Nova cultural, 1985. 333 p.

PAIVA, Marcia. **BNDES:** um banco de história e do futuro. 2012

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 2.ed São Paulo: Nova cultural, 1985. 169 p. (Os economistas)

SUZIGAN, Wilson. Crescimento industrial no Brasil incentivos e desempenho recente. Rio de Janeiro: IPEA, 1974. 281 p

STIGLITZ, J. The role of the financial system in development. The World Bank Group, *Presentation at the Fourth Annual Bank Conference on development in Latin America and the Caribbean (LAC-ABCDE).* The World Bank, 1998

WORLD BANK. Finance for growth: policy choices in a volatile world. A World Bank Policy Research Report. Washington: World Bank, 2001

TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas, SP: UNICAMP, 1985. 161 p.

ZYSMAN, J. *Governments, Markets and Growth.* London: Cornell University Press, 1983.

ANEXO

ANEXO I- COLETÂNEA DE DADOS

Deflator Utilizado:

SÉRIE HISTÓRICA DO IPCA		
ANO	NÚMERO ÍNDICE (2016 = 100)	IPCA ACUMULADO
		100,00
2002	42,71	112,53
2003	46,68	123,00
2004	50,23	132,34
2005	53,09	139,87
2006	54,76	144,27
2007	57,20	150,70
2008	60,58	159,59
2009	63,19	166,47
2010	66,92	176,31
2011	71,27	187,77
2012	75,43	198,73
2013	79,89	210,48
2014	85,01	223,97
2015	94,08	247,87
2016	100,00	263,46

Fonte: IBGE,
Diretoria de
Pesquisas,
Coordenação de
Índices de
Preços,Sistema
Nacional de
Índices de Preços
ao Consumidor.